

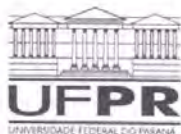
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

NARCELIO INÁCIO DEBONA

**O CABOCLO DE PALMA SOLA E ARREDORES: Depoimentos
sobre as décadas de 1930 - 1960**

CURITIBA

2010

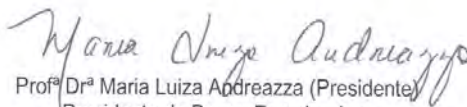


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.
E-mail: cpghis@ufpr.br Website: www.poshistoria.ufpr.br


PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **Narcelio Inácio Debona**, intitulada: **O caboclo de Palma Sola e arredores: depoimentos sobre o período 1930-1960**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua *aprovação*, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em História**.

Curitiba, vinte e dois de novembro de dois mil e dez.


Prof.^a Dr.^a Maria Luiza Andrezza (Presidente)
Presidente da Banca Examinadora


Prof. Dr. Ismael Antonio Vannini (UNIPAR)
1º Examinador


Prof. Dr. Dennison de Oliveira (UFPR)
2º Examinador

Catálogo na publicação
Sirlei do Rocio Gdulla – CRB 9ª/985
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Debona, Narcelio Inácio

O caboclo de Palma Sola e arredores: depoimentos sobre as décadas de 1930-1960 / Narcelio Inácio Debona. – Curitiba, 2010.

120 f.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima

Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. Caboclos – identidade – Palma Sola (SC). 2. Caboclos – identidade – Santa Catarina. 3. Caboclos – colonos – relações étnicas – Santa Catarina. 4. Caboclos – condições sociais – Santa Catarina. I. Título.

CDD 305.898164

DEDICO

Aos meus pais Ivres e Maria que
me deram a vida. A minha esposa Irce
que acompanhou minhas angústias e aos meus
filhos que muito amo Bruno Luís e Giordana Luiza.

RESUMO

O presente trabalho discute os elementos da identidade do caboclo e as transformações sofridas por eles, enquanto grupo social, a partir de suas relações com os migrantes de origem europeia, com as colonizadoras e com o processo de colonização, com a indústria madeireira e com a mudança de suas ocupações principais para as atividades ligadas à exploração madeireira e à prestação de serviços temporários para colonos. A pesquisa inicia com uma contextualização da região extremo-oeste de Santa Catarina, a partir da ocupação territorial, e os elementos da identidade do caboclo. No trabalho são discutidas as colonizadoras, os migrantes de origem europeia e as relações entre os migrantes e os caboclos. No trabalho aparecem de forma clara duas categorias centrais para a caracterização do extremo-oeste catarinense: o caboclo e o colono. Depois dessa contextualização é discutida a relação entre o caboclo e a indústria madeireira e entre eles e a agricultura comercial. O trabalho avança para o estudo das transformações na identidade e nas relações sociais do caboclo a partir da memória de caboclos de Palma Sola e dos arredores, identificando as novas condições culturais e sociais dos caboclos.

Palavras-chave: caboclo, identidade, colono.

ABSTRACT

This paper discusses the elements of the identity of the caboclo (mestizo) and the changes they experienced, as a group, as a result of their relations with migrants of European origin, with the colonizers and the colonization process, with the timber industry and with the changes in their occupations, from logging to the provision of temporary services to the new settlers. The research begins with a contextualization of the westernmost region of Santa Catarina, focusing on land use, and on elements of the identity of the caboclo. we discuss the colonizers, migrants of European origin and the relationships between migrants and the caboclo. Here appear clearly two specific categories to the characterization of the far western parts of Santa Catarina: the caboclo and the settler. After this background, we discuss the relationship between the caboclo, the timber industry and between themboth and commercial agriculture. The work advances to study the changes in identity and social relationships of native, from his memories and experiences in the Palma Sola area, identifying the new cultural and social conditions of caboclos.

Key words: Caboclo, identity, settler

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que contribuíram e me auxiliaram na construção deste projeto.

Aos meus pais Ivres Remígio Debona e Maria Luiza Galeazzi Debona pelo exemplo de sabedoria e perseverança souberam me incentivar para que eu realizasse meu sonho.

A minha esposa Irce Inês Capellari Debona e aos meus filhos Bruno Luis Debona e Giordana Luiza Debona, que souberam me aturar com calma durante todos os dias em que me dedicava a essa pesquisa.

Meus sinceros agradecimentos aos meus amigos de turma que compartilharam experiências significativas fazendo observações sábias a cada aula realizada. A todos os colegas e amigos dessa turma: Alessandro dos Santos Rosa; Anita Isabel de Mello da Silva; Celma Faria de Souza Burille; Débora Cristina Dal Molin; Dilma Luzia da Silva Schirr; Elza Bellé Rama; Kátia Graciela Jacques Menezes Malage; Lizandro Poletto; Márcio de Macedo; Marcio Lúcio Martins; Maria Cristina Rodrigues Fernandes; Marta Izabel Schneider Fernandes; Vanessa Balsanélío Xavier e em especial Jaci Poli.

Em especial ao meu orientador Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima que um dia me falou “Eu sabia que tu não desistirias. Você gosta disso”. Professor se não fosse pela tua sapiência, pelas suas observações, este trabalho não se realizaria.

Aos professores Dr. Dennison de Oliveira e Dra. Roseli Terezinha Boschilia pelos ajustes apontados na qualificação, fico grato a estas recomendações.

Aos professores meus colegas de trabalho que me incentivaram dando apoio quando precisava ir para as orientações. Principalmente a Rosalina de Lara Vargas que acompanhou a coleta dos depoimentos.

Aos meus alunos que muitas vezes tive que sair, deixar professores colegas substituindo enquanto fazia meus trabalhos e avaliações. Obrigado pela compreensão e entender que se eu me qualifiquei foi para ser melhor a vocês e quem ganhou e ganha com isso são vocês mesmos.

Aos entrevistados que confiaram em mim depois de longas e insistentes

conversas. A eles e a elas meu muito obrigado. Todas as informações reveladas arrancadas da memória serviram para elaboração deste trabalho.

Aos caboclos dessa região que trouxeram presente através da memória a fauna e flora, os meios de transporte, o trabalho, o estilo de vida, a sociabilidade, a religião o lazer e demais atividades culturais desenvolvidas por essa categoria.

SUMÁRIO

O CABOCLO DE PALMA SOLA E ARREDORES (1930-1960)

INTRODUÇÃO	10
1. O EXTREMO-OESTE DE SANTA CATARINA	26
1.1. A ocupação Territorial da Região	28
1.2. Elementos da Identidade do Caboclo	41
2. A COLONIZAÇÃO NO EXTREMO-OESTE DE SANTA CATARINA	45
2.1. As colonizadoras no Extremo-Oeste de Santa Catarina	48
2.2. Os Migrantes no Extremo-Oeste	54
2.3. As Relações entre os Caboclos e os Migrantes	58
3. AS EXPERIÊNCIAS DE VIDA DO CABOCLO DE PALMA SOLA E ARREDORES	64
3.1. Um estilo de vida	72
3.2. A sociabilidade	86
3.3. As Transformações Sofridas pela Identidade Cabocla em suas Relações Sociais.....	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
DEPOENTES	112
FONTES	113
REFERÊNCIAS	114

LISTA DE FIGURAS

- Figura 01. Mapa de Palma Sola. Destacando suas comunidades e seus municípios vizinhos.pg:09
- Figura 02. Mapa de Regionalização de Santa Catarina.....pg:26
- Figura 03. Vista parcial do centro de Palma Sola na década de 1950.....pg:62
- Figura 04. Residência de Arlindo Antunes de Lara na comunidade de São Sebastião Palma Sola.....pg:71
- Figura 05. Avelino Grabowski Linha Paraíso – Palma Sola.....pg:72
- Figura 06. Trabalhadores na lida com a erva mate.....pg:73
- Figura 07. Transporte de Mercadoria em lombo de burros.....pg:75
- Figura 08. Transporte de porcos de safra.....pg:77
- Figura 09. Criação de porco solto.....pg:81
- Figura10. Esporte Clube Fronteira.....pg:95
- Figura 11. Colégio das Irmãs.....pg:96
- Figura 12. Primeira serraria de Palma Sola 1952.....pg:99
- Figura13. Casa de Bernardino Ferreira em 1952 em frente à primeira serraria.....pg.:101

Apresentação

A presente pesquisa tem como tema o estudo da memória e a construção da categoria “caboclo” em Palma Sola e arredores, no Extremo-Oeste de Santa Catarina, a partir da sua relação com os migrantes de origem europeia, que passaram a ocupar esta área através do processo de colonização, e com os índios, que aqui viviam e que, paulatinamente, foram saindo, pressionados pelo processo de ocupação do território. O período deste estudo inicia em 1930 e se estende até 1960.

O recorte histórico foi motivado pela importância de discutir essa categoria antes e depois da relação do caboclo com os outros grupos sociais que ocorreram principalmente em meados da década de 1940.

Esta pesquisa enfrentou o desafio de apreender os modos de vida dos caboclos para identificar os elementos básicos que constituíram a sua identidade. Esses modos de vida expressam de forma clara as formas de relação social, os valores e as práticas que os diferenciam dos demais grupos sociais constituintes da sociedade da época estudada.

O processo de ocupação territorial por parte dos luso-brasileiros no século XIX trouxe para a região e na futura Palma Sola, algumas das famílias citadas neste trabalho, como é o caso da família Lara.

Quando iniciei o curso de história em 1999, sabia que teria que desenvolver uma pesquisa monográfica. Optei então em pesquisar sobre o início da colonização e como se tratava de depoimentos pensei que seria melhor denominar como Memórias da Colonização de Palma Sola - SC¹.

A experiência que tive com algumas entrevistas desenvolvidas para a monografia do curso de história em 2002 foi o motivo para optar pelas fontes orais em 2008 no curso de mestrado.

O potencial revelado por este trabalho foi surpreendente e me desafiou a mais sete entrevistas especificamente com caboclos do extremo oeste catarinense.

O motivo que me encorajou a realização de entrevistas com os caboclos foi a publicação em 2003, em forma de livro² uma pesquisa monográfica sobre o município

¹ O título original da monografia e que depois se tornou o Livro **Memórias da Colonização de Palma Sola** publicado em 2003.

² DEBONA, Nancelio Inácio. **Memórias da Colonização de Palma Sola**. São Miguel do Oeste. McLee, 2003

de Palma Sola- SC, utilizando fontes orais. Mesmo limitada, esta experiência, contribuiu para este trabalho que estou realizando. Primeiramente pelo contato que já tive com os caboclos e em seguida pelo conhecimento que foi possível abstrair através de reflexões dos diálogos que tive.

Ao dialogar com alguns que residiam a mais tempo no município, muitos me indicaram Pedro de Abreu que era filho de Severina (índia Kaingang) e Pacífico de Abreu (argentino).

A entrevista com Pedro de Abreu em 2001 se estendeu por seis meses, com vários encontros realizados todas as quartas feiras pela manhã. O diálogo desenvolvido entre o pesquisador e o entrevistado não foi tão simples assim. Eu tive que ser persistente e retornar a cada entrevista o que tinha sido comentado. Contou-me da caçada da onça que comia os porcos na “encerra” (mangueira). Narrou sobre a safra de porcos que fez onde hoje é a comunidade Nova Esperança e Cerro Azul. Discorreu sobre o extrativismo da erva-mate que era praticada pelo seu pai Pacífico de Abreu; sobre sociabilidade, religiosidade, culinária, e outros temas das décadas de 1930-1960. Ele representou possuir um vasto conhecimento da região por ter nascido no município de Palma Sola em 1915.

As experiências foram significativas e reveladoras inclusive quando envolveu nas conversas outros antigos moradores que poderiam ser entrevistados, entre eles Maria Zilda Pereira, Valdevino Pereira da Silva, Moralino Antunes de Lara, Avelino Grabowski, Leonardo Land, João Neir Pontes Rocha, Pedro Antônio Barbosa e Aurora Pereira Land.

Ao todo foram nove entrevistas. Elas iniciavam com uma proposta de conhecer um pouco da história do entrevistado em seguida ao conhecimento que tinham da região do extremo oeste catarinense. Nesse diálogo informal a cerca das experiências de cada entrevistado, solicitava a autorização para gravar, retomando partes interessantes já pautadas nas primeiras conversas.

Ainda em 2001, do outro extremo da cidade de Palma Sola, outra entrevista foi realizada com Maria Zilda Pereira, que chegou próximo a sede do município em 1929 vindo de Vacaria - Rio Grande do Sul. Filha de Pedro Mello dos Santos e Olga Mello dos Santos. Ela lembra muito bem, embora na época só tivesse cinco anos de idade que no acampamento que fizeram durante a viagem um peão de seu pai acidentalmente incendiou a lata de pólvora e cinco pessoas tiveram queimaduras inclusive ela teve seu

rosto e parte do corpo queimada. Em seu depoimento relatou sobre as viagens que fazia com seu pai que foi o primeiro carreteiro (fazia diversos tipos de fretes com carroça de grande porte). Também fazia safra de porcos, e comércio de compra e venda erva cancheada.

Na sequência foi entrevistado Moralino Antunes de Lara que nasceu em São Sebastião em 1937 futura Palma Sola. Nesta entrevista foi possível arrancar da memória lembranças do tempo de seu pai Arlindo Antunes de Lara popular (MARCA VÉIA) que nasceu em 1893 na mesma localidade. A experiência de vida e de conhecimento foi surpreendente. Neto de Custódia Maria da Rocha (índia) e Antônio Antunes de Lara (paulista), nunca esquece de uma passagem em que os índios estiveram nas proximidades de sua casa, ficaram nove dias e abateram nove cabeças de gado. Foi safrista³ criador de gado de leite e agricultor. Relatou que quando o Governador do Estado de SC Adolfo Konder esteve em Dionísio Cerqueira em 1929, seu pai Arlindo Antunes de Lara acompanhou a comitiva e pousou para foto junto à autoridade. É devoto de São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida. Carregou por longo tempo em sua carteira a carta celeste. Descreveu como eram os velórios e a fabricação de ataúdes, o batizado em casa, o compadrio, a culinária, a medicina cabocla e o artesanato.

Saindo de Palma Sola, me dirigi para Linha Altaneira, interior de Flor da Serra do Sul – Paraná entrevistar Leonardo Land e Aurora Land. Leonardo Land veio de Soledade RS no final da década de 1940 e conheceu Aurora Pereira Land que morava na Linha Capetinga, próximo à comunidade de São Sebastião. Foram eles os primeiros a casar em Palma Sola em 1959. Embora o município ainda não fosse emancipado. Conhecedor da região e dos conflitos fundiários entre os caboclos e as colonizadoras, conhece os costumes e os modos de vida cabocla. Mesmo não estando bem de saúde, Aurora fazia intervenções sábias sobre a religiosidade, artesanato e costumes caboclos. Seu Leonardo foi um dos primeiros da região a cultivar a soja. Trouxe de Pato Branco uma lata de soja e iniciou o plantio nas proximidades de Palma Sola onde residia.

A próxima entrevista foi realizada com João Neir Pontes Rocha em Campo Erê. Neto de Antônio Rocha Loures e Emilia Oliveira Lima, foi safrista, acompanhou várias comitivas com seu pai na maioria das vezes a Clevelândia e algumas vezes a São Paulo.

³ SAFRISTA: assim eram denominados os criadores de porco solto. Eles faziam suas roças de milho para soltar os animais para a engorda. Após um período solto na roça esses porcos eram conduzidos a pé até um comerciante para ser comercializado. POLI, Jaci, **Caboclo: pioneirismo e marginalização**, in CEOM, Para uma história do Oeste Catarinense: 10 anos de CEOM, Chapecó:UNOESC, 1995, p. 105.

Conhece tanto o interior de seu município quanto da região. Autodidata, possui uma grande quantidade de documentos do período de estudo. Conhecedor dos costumes caboclos mantém alguns até hoje.

Também próximo a Campo Erê – SC na Linha Santa Maria no Município São Bernardino SC, entrevistei Valdevino Pereira da Silva. Neto de Rosália e Alípio (fugitivo da Inglaterra que veio parar na Argentina), por esse motivo chamavam de “Alípio Castelhana”. Nascido em 1953 na Linha Itatiba - Campo Erê, conhece praticamente toda a região, pois, sempre exerceu a profissão de gaitero e de agricultor.

Na sequência visitei Avelino Grabowski em Linha Paraíso Palma Sola. Com seus mais de 60 anos ajudou a construir algumas estradas manualmente na década de 1960. Hoje tira todo seu sustento de plantas que cultivava. Não usa nenhum tipo de medicamento comprado, vive sozinho e praticamente isolado com seus costumes caboclos.

Finalizei as entrevistas com Pedro Antônio Barbosa, residente em Linha Palmerinha Dionísio Cerqueira SC. Filho de uma índia com um italiano, veio de Concórdia SC. Em 1931, com treze anos de idade, veio para Campo Erê e em seguida a Dionísio.

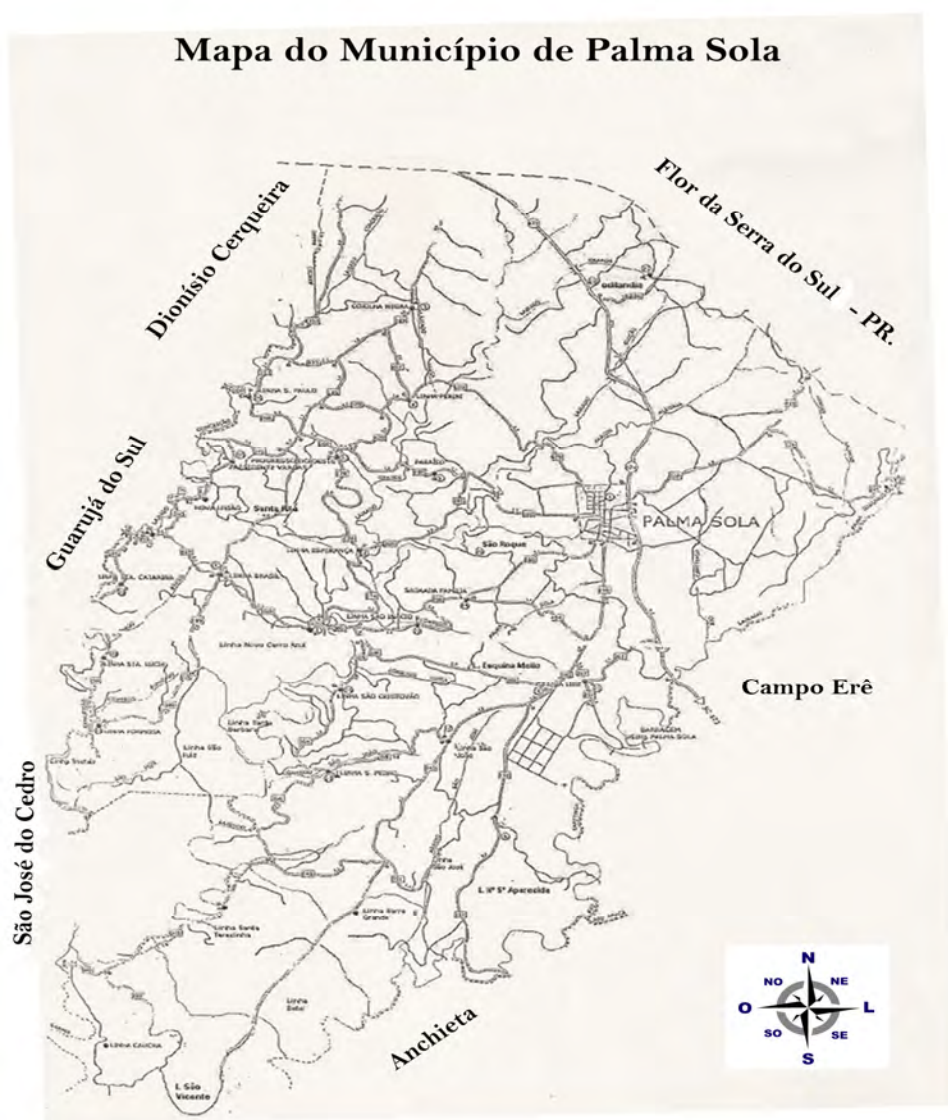
A transcrição das entrevistas gerou um texto de 92 páginas. Depois da digitalização, que foi feita por entrevistados, as falas foram estudadas para observar a auto identificação enquanto caboclos e as características que fundamentavam essa forma de definição, buscando os diversos aspectos que aproximam esses indivíduos para que adotem essa forma de identificação. Estes dados embasados numa concepção de história e de memória servirão como base dessa pesquisa histórica.

A comunidade cabocla da região está prestes a cair no esquecimento, pois alguns dos entrevistados já não se encontram entre nós e para uma comunidade ameaçada, a recordação é uma maneira de acentuar o sentimento de categoria.

Introdução

Palma Sola é um município localizado na região Extremo Oeste de Santa Catarina, na fronteira com o estado do Paraná. É município limeiro de Campo Erê, Guarujá do Sul, São José do Cedro, Anchieta e Flor da Serra do Sul. No século XIX fazia partes dos Campos dos Erê em seguida aos campos de Palmas, no Paraná. De 1916 a 1954 pertencia a Chapecó. De 1954 a 1961 a Dionísio Cerqueira. A partir de 30 de dezembro de 1961 ocorre sua emancipação.

Figura 01 – Mapa de Palma Sola Santa Catarina e seus limites.



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Palma Sola – SC

A região pesquisada centraliza-se em Palma Sola e em seus contornos. Conforme o que já foi exposto, sua emancipação aconteceu em 30 de dezembro de 1961 e passou a ter as seguintes confrontações: Ao Norte com Flor da Serra do Sul no Estado do Paraná por linhas secas com divisor de águas; Ao sul com os municípios de São José do Cedro e Anchieta, demarcado pelo Rio Capetinga; ao Oeste com os municípios de Guarujá do Sul e Dionísio Cerqueira demarcado pelos rios Lajeado Conceição, Tracutinga e Lageado Grande; Leste com o Município de Campo Erê demarcado pelo Rio Capetinga. Embora o período de estudo for anterior a emancipação, a localização geográfica é de fundamental importância. Primeiro devido a essa extensão toda pertencer a Chapecó até 1916, depois a Dionísio Cerqueira até 1954.

O tema foi delimitado aos poucos, no decorrer do desenvolvimento do trabalho. Dessa maneira foi possível construir contrapontos entre a documentação encontrada no Foro de Dionísio Cerqueira – Santa Catarina, sob Nº 017.59.000001-9 autos de 01 - 06 e as entrevistas realizadas.

O confronto entre os documentos e estas fontes possibilitou a construção da problemática da pesquisa que tem como eixo o manejo das relações e da transformação nos modos de viver de um grupamento humano para constituí-lo discursivamente como uma “identidade”, a do caboclo.

As relações do caboclo com os outros grupos sociais afirmam uma identidade assentada em diferenciações que envolvem sua forma de viver e de prover a sua sobrevivência. Telmo Marcon (2003) aponta em seu trabalho uma concepção de cultura pensada “como um conjunto de práticas, comportamentos e valores que orientam e dão significado às ações individuais e sociais” (MARCON, 2003, p.37) e que neste trabalho é considerada a base para a definição da identidade, que pressupõe não apenas a percepção das características que aproximam os indivíduos uns dos outros na formação de um grupo social, mas daquelas que os diferenciam de outros indivíduos e grupos sociais com os quais mantêm relações de contradição ou de conflito.

A perspectiva que procura investigar as diferentes culturas em sua evolução nos mais diversos grupos sociais, bem como seus usos, terá como uma das bases os escritos do filósofo e crítico literário Terry Eagleton, que investigou a complexa história do termo cultura. Uma das mais importantes observações está na concepção de cultura como um processo de intensa articulação e influência entre o meio e o ser humano, que produz seu modo de vida a partir de sua interação com o meio, com os outros grupos

sociais e com as pessoas de seu próprio grupo social.

Os seres humanos não são meros produtos de seus ambientes, mas tampouco são esses ambientes pura argila para a automodelagem arbitrária daqueles. Se a cultura transfigura a natureza, esse é um projeto para a qual a natureza coloca limites rigorosos. A própria palavra “cultura” compreende uma tensão entre o fazer e ser feito, racionalidade e espontaneidade, que censura o intelecto desencarnado do iluminismo tanto quanto desafia o reducionismo cultural de grande parte do pensamento contemporâneo (EAGLETON, 2005, p.14).

O que se pode compreender é a relação estreita entre a ação humana e as características do ambiente na construção da cultura. Ao ser concebida a questão da identidade do caboclo e suas características culturais observa-se a necessidade de perceber uma relação direta com o ambiente onde vivia, a forma como organizava sua sobrevivência, como estabelecia suas relações com seu grupo social e com os demais grupos sociais existentes.

Pode-se constatar que o pensador da história cultural, ao avaliar a palavra cultura no início do século XX enfatiza o multiculturalismo, ou seja, a sociedade é constituída por culturas distintas. O que torna ainda mais relevante é o fato que o contato entre culturas nos diversas etnias evolui e pode inclusive uma sobrepor a outra.

A raiz latina da palavra “cultura” é colere, o que significa cultivar, habitar, adorar e proteger. Por ser um termo abrangente, a cultura é uma das palavras mais complexa de nossa língua e que tem como oposto à natureza, mas etimologicamente é derivado dela (EAGLETON, 2005, p.10).

Terry Eagleton que realizou suas pesquisas apoiadas em Raymond Williams dedicou-se por muito tempo a complexa história da palavra cultura que pode nos ajudar a entender nos três sentidos modernos do termo comparada com civilização.

Com base em suas raízes etimológicas no trabalho rural, a palavra primeiro significa algo como “civildade” depois, no século XVIII, torna-se mais ou menos sinônima de “civilização”, no sentido de um processo geral de progresso intelectual, espiritual e material. Na qualidade de idéia, civilização equipara significativamente costumes e moral: ser civilizado inclui não cuspir no tapete assim como não decapitar seus prisioneiros de guerra. A própria palavra implica uma correlação dúbia entre conduta polida e comportamento ético, que na Inglaterra também pode ser encontrada na palavra gentleman. Como sinônimo de “civilização”, “cultura” pertencia ao espírito geral do iluminismo, com seu culto do autodesenvolvimento secular e progressivo (WILLIAMS, in EAGLETON, 2005, p.19).

Para o autor, cultura é o modo de vida, arte, crenças e outras atividades ligadas

aos costumes e tradições.

É claro que Eagleton analisa antes de qualquer coisa a sociedade europeia e sua análise considerava-a como padrão de civilização. A superioridade europeia aparecia em suas análises da mesma forma como aparecia a concepção da superioridade branca desde o início do processo de colonização brasileira. Porém, podemos observar que o imigrante e o migrante tinham essa visão a respeito do caboclo. Muitos descendentes de alemães e italianos se viam superiores culturalmente em relação o mundo em que viviam os caboclos.

A história oral é um método de registro da memória de grupos que ficaram a margem da história escrita e daqueles que se sentiram modificados por ela. Embora quando realizada por meio de coleta de depoimentos e de análises ela poderá ser utilizada para compreender fatos e acontecimentos tanto coletivos quanto individuais. No entanto, é fundamental compreender, como Telmo Marcon (2003) que “as fontes orais deixaram de ser pensadas apenas como fornecedoras de informações em si mesmas, para serem reveladoras de significados, de valores e de práticas sociais” (MARCON, 2003, p. 14).

As fontes orais permitem incorporar alguns grupos sociais que não produziram registros documentais às investigações. Nesse sentido as discussões a respeito da história popular trazem presente experiências valorativas, que servem para legitimar ou não ações desenvolvidas hoje, sejam elas políticas ou étnicas.

Portanto, ao pensar uma pesquisa sobre a identidade dos caboclos do Extremo-Oeste de Santa Catarina, não se pode imaginar que o historiador vá fazer uma reconstituição da realidade conforme ocorreu na época em que esses caboclos viveram. O que emerge são valores, formas de vida, formas de relação social que constroem uma identidade, onde a diversidade passa a ser fundamental e a diferenciação com os demais grupos sociais uma necessidade para que possam ser reconhecidos.

O conjunto de técnicas e métodos adotados ao tratamento documental não pode limitar-se ao registro do depoente e sim a reflexão técnica e metodológica.

A história oral não é necessariamente um instrumento de mudança; isso depende do espírito com que seja utilizada. Não obstante, a história oral pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação; pode derrubar barreiras que existam entre professores e alunos, entre gerações, entre instituições educacionais e o mundo exterior; e na produção da história – seja em livros, museus, rádio ou cinema – pode devolver às pessoas

que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras (THOMPSON, 1992, p22).

A narração do passado faz reviver a memória e caracteriza o agir do indivíduo e das comunidades. Essa construção tanto coletiva ou individual contém em si vigor imaginativo, de comentários, dos boatos e das lendas.

A construção das fontes de pesquisas é indispensável quando se quer registrar experiências vivenciadas e reconstruídas pelos caboclos. Como em qualquer outro tipo de pesquisa histórica, a seriedade na construção das fontes implica a utilização de métodos que garantam a produção de novos conhecimentos a partir das experiências e vivências na memória.

A história oral poderia distinguir-se como um procedimento destinado à constituição de novas fontes para a pesquisa histórica, como base nos depoimentos orais colhidos sistematicamente em pesquisas específicas, sob métodos, problemas e pressupostos teóricos explícitos. Fazer história oral significa, portanto, produzir conhecimentos históricos, científicos, e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência dos “outros” (LOZANO, 2002, p. 17)

A comunicação exercida entre o entrevistador e o entrevistado traz presente questões éticas, políticas e de conhecimento em geral, que ultrapassam o registro de geração e que desafia o pesquisador a uma análise histórica.

Outro aspecto abstraído das entrevistas foi a linguagem. Esta entendida como responsável pela interação entre sujeitos e como estrutura fundamental da comunicação.

Como parte deste processo, foi preciso repensar o conhecimento e as concepções de história, a linguagem e seus significados, a dimensão da subjetividade, o envolvimento do pesquisador e dos entrevistados na construção das fontes, a historicidade das próprias fontes e das construções teóricas e metodológicas, bem como o papel da memória (MARCON, 2003, p.16).

O cultivo do saber vivido numa categoria é expresso na linguagem, num horizonte da vida comum. Para quem é filho de produtor familiar como eu sou não é novidade muitos códigos utilizados e vivenciados pelos entrevistados.

A linguagem é um meio para conhecer a cultura. Através das entrevistas foi possível compreender alguns de seus hábitos, práticas, valores e algumas de suas experiências. Habermas chamou isto de “mundo da vida”.

Neste sentido, Habermas traz presente os elementos formadores do “mundo da vida” constitutivos das práticas comunicativas: a cultura, a personalidade e a sociedade.

Os componentes do mundo da vida resultam da continuidade do saber válido, da estabilização de solidariedades grupais, da formação de atores responsáveis e se mantêm através deles. A rede da prática comunicativa cotidiana espalha-se sobre o campo semântico dos conteúdos simbólicos, sobre as dimensões do espaço social e sobre o tempo histórico, constituindo o meio através do qual se forma e se reproduz a cultura, a sociedade e as estruturas da personalidade (HABERMAS, 1990, p. 96).

O pensador e professor da Escola de Frankfurt desenvolveu numa perspectiva crítica, uma racionalidade não-instrumental, baseada no agir comunicativo entre os sujeitos livres, de caráter emancipador quanto à dominação técnica. Habermas foi o responsável pela formulação da chamada teoria crítica da sociedade (DEBONA, 2006, p. 88).

A pesquisa com fontes orais nos revelou uma outra concepção a respeito do caboclo, o que permitiu a compreensão, na cultura, do aspecto constitutivo das confrontações, na origem de sua construção, transformação e reconstrução.

É importante a compreensão de que não se reconstitui o passado da forma como realmente aconteceu, mas se promove um olhar sobre ele a partir da memória dos entrevistados. Neste sentido, Walter Benjamin nos permite compreender o papel da memória no processo da história oral.

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ela tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem como vencedor do Anticristo. O Dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer (BENJAMIN, 1994, p. 224).

Entender o modo de vida dos caboclos com fontes orais é compreender a formação de um grupo social a partir da memória, seus costumes e suas tradições. Porém, como diz Benjamin, as imagens deste passado chegam a nós em “relampejos” que precisam ser abstraídos, captados pelo historiador. No entanto, a partir da memória se pode avançar na identificação dos elementos que formam a identidade e que, portanto, apresentam contradições com os outros grupos sociais que viviam contemporaneamente.

A memória, base para a história oral, precisa ser utilizada de forma adequada, sem assumir a perspectiva de reconstruir a trajetória dos caboclos na região, mas

identificar os elementos da constituição da identidade e da estruturação da categoria caboclo no Extremo-Oeste de Santa Catarina.

Não basta ao historiador captar somente o que dizem os documentos. É fundamental saber o que os homens queriam com eles. É preciso refletir sobre eles. Portanto, documentos por si sós não satisfazem o historiador, é necessário questionar. Dependendo de como nós interrogamos nossas fontes e dependendo de qual a compreensão que temos sobre o homem é que podemos construir nossa análise como afirma Bloch.

Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, [os artefatos ou as máquinas,] por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que a criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça (BLOCH, 200, p. 54).

O historiador deve ser um explorador, um pesquisador. Bloch nos alerta para a importância de olhar à volta de si mesmo, não unicamente aos documentos escritos, mas aos fatos e aos acontecimentos. Quem não conseguir ir além disso, deve renunciar ofício de historiador.

A tarefa nesta pesquisa está na articulação dos fragmentos surgidos a partir da memória dos caboclos entrevistados para que possa emergir do conjunto uma identidade, cuja base é a concepção de que existiria um modo de vida que se diferenciava dos demais grupos sociais.

A transformação das falas dos caboclos, a partir de sua memória sobre o processo vivido, em fonte de pesquisa histórica exige do historiador uma compreensão sobre os significados construídos por eles e tratados pelo tempo e pela memória. Por essa razão, essas fontes não podem ser tomadas de forma aleatória, mas precisa estar situadas no tempo e no espaço.

Como os registros da presença desses caboclos, e dos demais grupos que residiram na região, são poucos e esparsos, o estudo precisa ser feito, em boa medida, a partir da memória das pessoas que ainda vivem e que fizeram parte de processos mais antigos de ocupação.

É importante ressaltar que o significado da memória no estudo dos processos históricos reflete uma forma de interpretar o que ocorreu e não uma descrição de fatos como realmente ocorreram no período considerado.

Para compreender melhor o objeto de estudo é preciso identificar os traços da identidade cabocla e suas diferenças com a do colono, normalmente migrante de origem europeia. A autoimagem local, corporificada na categoria “caboclo” comporta a ideia de que haveria um modo de vida adaptado às condições naturais e sociais da época, produzindo sua sobrevivência a partir dessa relação com a natureza, com sua vizinhança e com a sociedade.

As características da produção, da relação com a terra, da alimentação, da habitação e das relações sociais eram adequadas à uma situação de vida em uma região de terras abundantes e sem dono, que podia ser ocupada sem que alguém estivesse próximo para reclamar. “Normalmente era uma terra de matas onde a criação de gado não se interessava e situada a uma distância normalmente grande do mercado” (POLI, 2009, p. 160-161).

Essa forma de vida implicava em produzir praticamente todo o seu alimento e toda a sua energia. Por isso, para esse caboclo era importante a caça, a pesca e a coleta. Nas matas do Extremo-Oeste de Santa Catarina ele poderia encontrar as condições favoráveis a abundância, permitindo uma boa alimentação. Uma pesca fácil pela presença de cursos de água limpos e piscosos para complementar o abastecimento de carnes. Coleta de frutas de época muito fácil em função da abundância e variedade das matas da região. Terras férteis para desenvolver o cultivo de grãos e outros alimentos necessários para a sua alimentação. Essas condições naturais permitiam que buscasse sua sobrevivência sem necessidade de produzir, mas implicava na sua permanente atividade de caça, pesca, coleta e pequenos cultivos (WACHOWICZ, 1985, p. 69-72).

A partir da forma de vida que esses caboclos passaram a adotar, adaptando-se ao meio natural e às condições sociais para sua sobrevivência, alguns elementos passaram a fazer parte de sua identidade enquanto grupo que se diferenciava do restante da sociedade da época. Este estudo buscará identificar alguns elementos caracterizadores dessa identidade do caboclo para identificar as transformações ocorridas na sua forma de vida e na sua identidade a partir das relações mais intensas com os migrantes de origem europeia que passaram a viver na região a partir da colonização.

O município de Palma Sola, bem como a região Extremo-Oeste como um todo, faz parte de um território que foi disputado por portugueses e espanhóis durante o período colonial, por brasileiros e argentinos após a independência das colônias portuguesas e espanhola, e pelos estados de Santa Catarina e do Paraná. Em função da

disputa territorial, os governos passaram a adotar políticas incentivadoras da ocupação territorial. Uma das políticas adotadas foi a implantação de processos colonizadores para atração de colonos migrantes de regiões mais povoadas e, mesmo, de outros países. As colonizadoras recebiam concessões de terras com o compromisso de povoá-las. Além de atraírem a população, essas empresas promoviam a exploração da madeira, abundante em toda a região, e a comercialização da terra para os migrantes que chegavam.

O segundo capítulo deste estudo estará dedicado ao estudo do processo de colonização a partir da compreensão do processo de ocupação do território provocada pelas políticas governamentais da época, visando garantir a posse da terra para o Brasil e depois pelo Estado de Santa Catarina, pela entrada de empresas colonizadoras em toda a região promovendo programas de atração de migrantes e venda das terras para uma população normalmente oriunda do Rio Grande do Sul e que eram descendentes dos imigrantes europeus que haviam sido assentados anteriormente naquele estado.

A identificação de sua forma de vida e dos traços de sua identidade fazem parte deste estudo para que possa ser percebida a relação social estabelecida entre esses migrantes e os caboclos, gerando uma influência mútua e promovendo transformações na forma de vida dos dois grupos sociais.

Para que a transformação da identidade do caboclo possa ser percebida é necessária, também, a identificação de elementos constitutivos da identidade dos migrantes que passam a viver na região e que eram denominados de colonos.

A partir de sua entrada na região uma nova forma de viver e de se relacionar com a terra passou a fazer parte das relações sociais, influenciando de forma intensa a vida dos caboclos.

As atividades econômicas, a forma de produzir, as técnicas de produção, a forma de se alimentar e de trabalhar, as festas, a organização das comunidades, e tantas outras características, tudo isso foi invocado pela articulação discursiva incidente na formação da identidade do colono, migrante normalmente de origem europeia, que passaram a influenciar e ser influenciados pelo estilo de vida dos caboclos, promovendo transformações.

É claro que essas transformações não ocorreram somente na forma de vida dos caboclos. Certamente a forma de vida desses colonos também passou a ser influenciada e transformada pela maneira como os caboclos viviam.

O objeto da pesquisa pode ser definido, então, como as transformações culturais sofridas pelos caboclos na sua relação com os migrantes de origem europeia, levando em consideração as disputas territoriais na fronteira com a Argentina e com o Estado do Paraná e no contexto da exploração madeireira e da estruturação do processo de colonização. O período considerado é de 1930 -1960 e a região é o Extremo-Oeste de Santa Catarina.

No primeiro capítulo será contextualizada a região do extremo oeste. Neste serão analisadas de modo superficial as disputas territoriais entre Portugal e Espanha, entre Brasil e Argentina, entre os Estados de Paraná e Santa Catarina e as populações que ali viviam bem como os elementos que compunham sua identidade.

O segundo capítulo será desenvolvido sobre o processo de colonização do Extremo Oeste de Santa Catarina, a atuação das colonizadoras e a relação entre os migrantes e os caboclos.

Na primeira parte do terceiro capítulo é dedicado ao estudo do estilo de vida dos caboclos conforme os depoimentos. A sociabilidade estabelecida na religião, no trabalho, na alimentação e no lazer. A segunda parte do terceiro capítulo estará dedicada às transformações que afetaram a construção da categoria “caboclo” em função da disputa territorial, com a colonização, com a exploração madeireira, com a implantação da agricultura comercial e a partir das relações da população cabocla com os índios, negros e migrantes. Nesse capítulo é estudado, também, a entrada das empresas colonizadoras e os conflitos gerados pela apropriação da terra e pela exploração da madeira. A terra passava a assumir valor comercial que provocou disputas por sua propriedade, influenciando nas relações entre as populações.

Se torna importante o questionamento sobre as transformações sofridas na identidade cabocla através das atividades econômicas como a exploração madeireira e a implantação de uma agricultura de base comercial. Pode-se salientar especialmente na relação com os colonos, em função de sua vinda a partir de um processo organizado de colonização com base na compra e venda de terras por parte de colonizadoras. Vieram para a região na condição de solução para o desenvolvimento econômico e ocupação territorial, sempre considerados muito mais trabalhadores que as populações nativas.

Mesmo com a diversidade populacional existente na região este trabalho dará prioridade ao estudo do caboclo na região Extremo-Oeste. Vários são os estudos realizados sobre essa população e sempre enfrentando as mesmas dificuldades para sua

realização. Existem poucos registros deixados por esta população e sobre ela pelos estudiosos e pela população no geral.

Na maior parte dos casos, o historiador da história feita pelo povo encontra apenas o que procura, não o que já está à sua espera. A maioria das fontes desse tipo de história foi reconhecida como tal apenas porque alguém fez uma pergunta e, em seguida, garimpou desesperadamente à procura de uma maneira – qualquer maneira de respondê-la (HOBBSAWN, 1990, p. 09).

Conforme o autor, não existem resposta acabadas e esperando o historiador, mas o que o move são as perguntas bem estruturadas e a busca de respostas a partir da construção de hipóteses passíveis de comprovação ou de resposta.

O que se pode deduzir é que a categoria cabocla envolvia uma pluralidade muito grande de indivíduos, de origem e condição muito diferente, desde o originário de coletores de erva-mate vindos em busca de um lugar seguro para viver, passando pelos fugitivos das revoluções ocorridas no Sul do Brasil e até de migrantes paulistas que vieram em busca de novas alternativas para as suas atividades pecuárias.

Ao longo deste trabalho, será enfatizado que os relatos da migração e da mistura, da mestiçagem, foram pontos centrais nas memórias (depoimentos). Aqueles relatos sobre movimentação geográfica e mestiçagem chegavam a organizar as memórias das pessoas.

No entanto, somente a partir da construção de fontes é que se pode realizar um estudo histórico sobre os caboclos, a partir de perguntas que possam evocar respostas que, a partir da memória e dos poucos documentos escritos, caracterizem o caboclo em sua diversidade cultural e nas suas relações com os demais grupos sociais.

Algumas transformações podem ser identificadas nas famílias se observada a sua memória em relação ao começo de sua chegada na região e as influências sofridas em relação à presença dos outros grupos sociais e das atividades econômicas desenvolvidas especialmente pelos colonos, madeireiros e colonizadores.

Na medida em que colonizadores e madeireiros passam a atuar na região e a transformar o papel dos caboclos e sua maneira de prover a sobrevivência das famílias ocorre, também, uma profunda transformação na forma como a terra era concebida, passando de uma noção de posse e transitoriedade para a de propriedade e domínio absoluto sobre ela.

Essa transformação influencia de forma decisiva a percepção do caboclo sobre

seu mundo e sobre o espaço em que vive, especialmente se observarmos que deixa de ter a terra como espaço livre e onde poderia criar seus animais e fazer seus roçados apenas considerando as relações com os seus vizinhos, normalmente solidários e com costumes semelhantes.

Neste processo de transformação as relações com as elites e com as autoridades passam a sofrer influências decisivas, e que podem ser percebidas pelos significados expressos em suas entrevistas.

Neste aspecto da análise o principal autor que fundamenta a discussão é Telmo Marcon, que pesquisa a realidade do caboclo no Oeste de Santa Catarina, na região de Chapecó.

Toma-se, também, por base os estudos de Jaci Poli, em sua Dissertação de Mestrado, que pesquisa o caboclo e o colono no Sudoeste do Paraná em sua luta pela terra.

Também busco apoio na pesquisa realizada em Porto Novo por Patrício Reichert, onde discute a relação entre os caboclos e os colonos teuto-brasileiros.

1. O Extremo-Oeste de Santa Catarina

Este capítulo se destina a contextualizar a região onde é desenvolvida a pesquisa. Essa contextualização é importante para situar no tempo e no espaço os caboclos entrevistados. É a partir da relação que estabelece com o ambiente e com a população existente no local, ou que chega para se fixar ali, que o caboclo constrói seus costumes e seu modo de viver.

O primeiro passo do estudo procura situar o processo de ocupação territorial a partir dos primeiros movimentos de entrada de uma população migrante que passou a viver na região.

O estudo considera o movimento de entrada da população a partir da vinda de portugueses e luso-brasileiros através do Paraná, pela ocupação dos campos para a criação e, como consequência, provocou a ocupação das matas, por parte dos caboclos, não incluídos nas atividades da pecuária como mão-de-obra e que formavam suas posses em locais não reclamados pela atividade da criação.

O outro movimento considerado é o da exploração da erva-mate, feita principalmente por castelhanos e que se utilizava da presença dos caboclos para ter mão-de-obra para a colheita do produto.

Ao mesmo tempo em que colhia a erva-mate, esse caboclo desenvolvia uma agricultura de subsistência em função das diferentes épocas do ano que eram utilizadas para cada uma das atividades.

Vindos da região sul surge um outro movimento para praticar o extrativismo da madeira, principalmente da araucária com a implantação das primeiras serrarias. Aproveitando os recursos florestais que eram vendidos na maioria das vezes na Argentina deixava a terra preparada para as colonizadoras realizarem a comercialização.

Estas transformações geraram a escassez da erva mate e da floresta nativa, dando pouca alternativa ao caboclo a seguir seus hábitos, seus costumes e seus modos de vida. Restava a eles se adequar a um novo estilo de vida influenciado e sendo influenciado pelos migrantes.

Em função dos poucos registros deixados por essa população cabocla utilizou-se da memória dos descendentes desses primeiros caboclos para estudá-los. Para isso foram assumidos alguns cuidados e fundamentos para que pudesse realmente tornar-se um

estudo válido.

Para poder identificar as características da população cabocla, foi feita uma pesquisa bibliográfica a partir de estudos recentes desenvolvidos sobre sua presença em outros espaços e que estabelecem algumas características dessa população para que se possa, mais adiante, trabalhar sobre as transformações sofridas sob a influência do processo de colonização.

Nos seus três inter-títulos busca-se uma contextualização da pesquisa e a explicitação de suas bases.

1.1. A ocupação territorial da região

O Extremo-Oeste de Santa Catarina está localizado na fronteira entre Brasil e Argentina. Ao Sul pelo Rio Uruguai, que delimita com o Estado do Rio Grande do Sul, a Oeste com a Argentina, através do leito do Rio Peperi-Guaçu e ao Norte seu limite é o divisor de águas entre as bacias dos Rios Uruguai e Iguaçu, entre os estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. A sua delimitação ao Leste é com a própria região Oeste de Santa Catarina, da qual faz parte.

Figura 02 – Mapa das regiões de Santa Catarina



Fonte:

cepa.epagri.sc.gov.br/.../mapa_associacao.gif. <http://WWW.google.com.br/imghp?hl=pt-BR&tab=wi&q=mapa%20extremo%20oeste%20de%20santacatarina>. Dia 03-10-10

Figura: 02 Mapa de regionalização de Santa Catarina.

- 01 Região do Extremo Oeste de Santa Catarina.
- 02 – 21 Demais regiões do Estado de Santa Catarina.

Fez parte, junto com o restante do Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná do território disputado durante vários séculos entre os impérios colonial

português e espanhol, depois pelo Brasil e pela Argentina e, finalmente, entre os Estado de Santa Catarina e do Paraná.

As disputas por terras da América pelos países ibéricos iniciaram no final do século XV e início do século XVI entre Portugal e Espanha. Após a independência efetiva da Argentina em 1818 e do Brasil em 1822 se acirraram ainda mais as rivalidades entre castelhanos e lusitanos. Depois dos limites internacionais serem definidos em 1895, o Paraná e Santa Catarina passaram disputar à mesma região.

Foi no Tratado de Tordesilhas, realizado na cidade espanhola de Tordesilhas em 1494, que Portugal e Espanha decidiram dividir as terras e mares conquistados e a conquistar. Segundo o acordo, pertenceria aos portugueses as terras até 370 léguas a oeste das ilhas do Cabo Verde, localizadas no Oceano Atlântico. Além dessa medida seriam espanholas.

Após o Tratado de Madri, comissões espanholas e portuguesas passaram a fazer o reconhecimento dos limites entre as duas coroas ibéricas. Conforme o acordo entre ambas, os índios guaranis da região dos Sete Povos das Missões teriam que se transferir para o outro lado do rio Uruguai.

A Colônia do Sacramento se entregará por parte de Portugal sem tirar della mais que a Artelharia, Armas, Polvora e Municções, e Embarcações do serviço da mesma Praça; e os moradores poderão ficar livremente nella, ou retirar-se para outras terras do Domínio Portuguez, com seus effeitos e móveis, vendendo os bens de raiz. O Governador, Officiais, e soldados levarão também todos os seus effeitos, e terã a mesma liberdade de venderem os seus bens de raiz.⁴

Em 1753 apoiados por alguns jesuítas, os índios guaranis missioneiros decidiram resistir às demarcações e não passar a outra margem. Em 1754 os exércitos castelhanos e lusitanos atacam os indígenas. A situação é dominada somente em 1756.

A fronteira entre os territórios português e espanhol teve sua definição em 1750, com a assinatura do Tratado de Madrid, mas que logo foi cancelado em função da insatisfação de ambos os lados. Posteriormente foi assinado um novo tratado, o de Santo Ildefonso, assinado em 01 de outubro de 1777, quando as fronteiras foram definidas

⁴ Tratado de Madri. Artigo XV.

pelos cursos dos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio e pelo curso do Rio Grande de Curitiba ou Iguaçu.

O extremo oeste foi a última parte do território do Estado de Santa Catarina a ser definido. Localizado na Região Sul do Brasil, sua história antecede a chegada dos portugueses em 1500 e se estende ao longo de séculos.

Abordar sobre a fronteira entre Brasil e Argentina é discutir relações diplomáticas e soberania nacional. A fronteira é área limite de uma faixa de terra ou água que divide dois lados. Porém, as fronteiras não passam de invenções do homem, que com o passar do tempo poderão servir de delimitação do espaço.

Os bandeirantes contribuíram significativamente para alterar os limites territoriais. É possível considerar que a primeira “marcha para o oeste” que ocorreu praticamente em todo o Brasil, foi feita principalmente por suas ações. Eles foram os principais atores a alterar o meridiano. Entretanto, descobrir metais preciosos e aprisionar os nativos não era suficiente, era preciso ocupar para garantir a posse.

Na região de Palmas como ficou conhecida pelos brasileiros ou Missiones como ficou conhecida pelos argentinos, mais precisamente no extremo oeste de Santa Catarina a “marcha” consistiu principalmente por interesse na definição da fronteira entre Brasil e Argentina e pelo potencial econômico como a pecuária, erva mate e a madeira que eram abundantes.

Devido este potencial e principalmente pela proteção na área de fronteira, o imperador do Brasil Dom Pedro II criou em 1859 duas colônias militares na província do Paraná ao ocidente dos rios Chapecó e Chopim⁵.

As finalidades destas colônias passavam pela defesa da fronteira, proteção dos habitantes dos campos de Palma, Erê, Xagú e Guarapuava, contra as incursões dos índios.⁶

O povoamento da área não foi alcançado devido ao fracasso das colônias militares. Entretanto, a pacificação e a catequização dos índios foram possíveis em grande parte pelas negociações do Índio Vitorino Condá⁷.

⁵ Decreto N°. 2.502 de 16 novembro de 1859.

⁶ Artigo 2º do decreto 2.502 de 16 de novembro de 1859.

⁷ Vitorino Condá – Líder indígena, pertencente a tribo Kaingang e que pelos acordos aceitara a convivência pacífica com os fazendeiros . Atuou nos campos de Palmas e Nonoai.

A Argentina, interessada nesta porção de terra queria que prevalecesse o que os comissários espanhóis haviam expedido em 1788. Neste sentido, o ministro das relações exteriores de 1876 Bernardo Irigoyen, defendia o que a comissão havia identificado. Os rios Chapecó e Chopim seriam respectivamente o peperi-guaçu e Santo Antônio.

As pretensões sobre os limites iniciaram ainda na independência. Porém, foram tornando mais intensas em meados do século XIX. Até 1881, os argentinos consideravam seus limites os rios Peperi-guaçu e Santo Antônio. A partir de 1888, as reivindicações foram levadas mais adiante e a parte a ser requisitada foi as terras entre os rios Chapecó e Jangada. Novas interpretações surgiriam. “Em 1888, uma nova interpretação era feita pela argentina, que passa a reivindicar o Rio Jangada (afluente do Iguaçu), como sendo o Santo Antônio, do Tratado de Santo Idelfonso. A área contestada pelo governo argentino passou então a ter uma superfície de 30.321 Km” (WACHOWICZ, 1985, p. 29).

A nova interpretação, baseada na expedição de 1788, aumentava as pretensões dos argentinos e deixava fragmentada a região sul do Brasil.

Com a Proclamação da República do Brasil em 15 de novembro de 1889, o Marechal Deodoro da Fonseca aceita a dividir o território de Palmas ou Missões com a Argentina. Quintino Bocayuva e Estanislao Severo Zeballos assinam em 25 de janeiro de 1889 o Tratado de Montevideu⁸. Por meio deste o Marechal procurou se firmar no poder, evitar um futuro conflito e obter uma relação amigável do país vizinho pelo reconhecimento no novo regime.

Se esse tratado não trouxesse acordo, entre Brasil e argentina a comissão mista formada em 1886 seria dissolvida e recorrer-se-ia ao arbitramento dos Estados Unidos da América.

A comissão mista foi responsável pelo reconhecimento das divisas entre os rios Peperi-guassú e Santo Antônio, Chapecó e Chopim. Do terreno elevado que se estende das nascentes dos primeiros às do segundo e do rio Santo Antônio Guassú ou Jangada.

A fronteira da República dos Estados Unidos do Brasil e da República Argentina no território litigioso das missões começa na foz e margem direita do Chapecó ou pequiry-Guazú, sobe o

⁸ Preâmbulo do Tratado de Montevideo. 25 de janeiro de 1890.

Uruguay, atravessa o divisor das águas do Iguassú e do Uruguay entre o Campo Erê e o Campo Sant'Anna, no ponto médio da distancia entre a casa Coelho no primeiro campo e a ponte do Passo do Rio Sant'Anna no caminho para a Serra da Fartura, Segundo o mappa da Commissão Mixta Exploradora do mesmo território e termina na foz e margem esquerda do Chopim sobre o Iguassú⁹.

O acordo assinado por Quintino Bocayuva e Estanislao Severo Zeballos em 25 de janeiro de 1890 em Montevideú, foi, no entanto, rejeitado pelo Congresso Nacional Brasileiro em 1891, por 142 votos a 5.

Conforme o tratado de 07 de setembro 1889, se fosse anulado o Tratado de Montevideú o arbitramento seria internacional. A formulação da organização da defesa pela Argentina dentre muitos nomes sobressaiu Estanislao Severo Zeballos e pelo Brasil José Maria da Silva Paranhos Júnior (Barão do Rio Branco).

Barão do Rio Branco preparou a defesa baseada no princípio do **uti possidetis** e num mapa feito pelos diplomatas que demarcaram a área do Tratado de Madri de 1750. Por essas argumentações demonstrava que a região deveria pertencer ao Brasil.

O Presidente dos Estados Unidos Grover Etephen Cleveland em 06 de fevereiro de 1895 deu ganho de causa ao Brasil.

O professor José Paradiso da facultad Latinoamericana de Ciencias Sociáles da Argentina, em sua obra dedicada à análise externa da sua política afirmou que os Estados Unidos deu a sentença favorável ao Brasil não por razões territoriais, mas pelas difíceis relações da época e pela suspeita do Brasil apoiar o Uruguai quanto a soberania na Região do Prata.

O apoio brasileiro às teses paraguaias fez com que deteriorassem rapidamente as relações entre os dois grandes vencedores da recente conflagração, levando-os à beira do rompimento e até mesmo de uma guerra. O problema foi agravado pela controvérsia que os dois sustentavam sobre as regiões que tinham sido ocupadas pelas missões jesuíticas e os rios que limitavam a respectiva soberania nessa área. Iniciadas em 1857, as negociações foram logo interrompidas e reativadas duas décadas mais tarde, prolongando-se até fevereiro de 1895, quando o litígio foi resolvido, novamente mediante a arbitragem do presidente E.G. Cleveland, dos Estados Unidos, que deu também uma sentença favorável ao Brasil. Embora não por razões territoriais, as relações com o Rio de Janeiro voltaram a se tornar mais difíceis durante a primeira década do século, devido a um ambicioso programa naval promovido por Rio Branco e interpretado por alguns círculos argentinos – sobretudo na fase em que Estanislao Zeballos esteve à frente da Chancelaria – como

⁹Relatório das Relações Exteriores do Brasil. Ano 1890: 35 e 36

manifestação de uma vontade hegemônica que alterava o equilíbrio regional. A questão era agravada pela suspeita de que a diplomacia brasileira apoiava a posição do Uruguai a respeito da delimitação da soberania sobre o Rio da Prata (PARADISO, 2005, p. 39 e 40).

Embora Paradiso enfatize as relações diplomáticas da Argentina com mais ênfase, não quer dizer que ele deixou de analisar a política externa dos países platinos, bem como o status periférico e o poder hegemônico da região.

Portanto, após as independências de Brasil e Argentina o processo de disputa territorial continuou, especialmente a partir do questionamento da localização dos dois rios em questão. A contestação entre os dois países somente foi resolvida a partir da mediação do presidente dos Estados Unidos, em 1895. Mesmo assim há insatisfação dos Argentinos. As fronteiras passaram a ser definidas a partir do arbitramento internacional e da demarcação das fronteiras (POLI, 2009, p. 87).

Posteriormente ocorreu uma disputa entre os estados de Santa Catarina e do Paraná acerca da localização das divisas entre as duas unidades da federação. O território em disputa era o localizado entre os rios Uruguai e Iguaçu que, atualmente, correspondem ao Oeste de Santa Catarina e ao Sudoeste do Paraná.

Os governantes do Paraná consideravam qualquer discussão em relação aos limites uma questão absurda, pois tinham absoluta segurança em relação à posse dos territórios em questão. Suas convicções estavam firmadas sobre alguns elementos que podem ser resumidos da seguinte forma:

- 1.O Brasil conseguira ganhar a questão dos limites com a Argentina porque a população que habitava a região era brasileira e não argentina, usando o princípio do “*uti possidetis*”.
- 2.O Brasil tivera ganho de causa porque o Paraná havia atuado fortemente na ocupação da região. O próprio governo central reconhecia que o território era paranaense quando da criação das duas colônias militares de Xapecó e Chopim.
- 3.Os documentos portugueses que apontavam os limites provinciais pelos rios Negro e Iguaçu nunca tinham sido colocados em prática e entraram em desuso como o Tratado de Tordesilhas e outros tratados entre portugueses e espanhóis.
- 4.Havia um decreto imperial que havia definido os limites, em 1865, que passavam pelo Rio Canoas e Uruguai, tornando toda essa região uma parte do território do Paraná;

5. Acrescente-se ainda que toda a estrutura de administração que havia na região era fundamentada na presença do estado do Paraná. O estado de Santa Catarina sempre esteve completamente ausente da região e, portanto, não poderia ter qualquer pretensão de domínio sobre o território.

A partir destas posições o governo do Paraná considerava que qualquer pretensão catarinense seria absurda e não se dispunha a qualquer tipo de negociação (WACHOWICZ, 1987, p. 105).

No entanto, pelo acórdão de 06 de julho de 1904 que decidiu a ação ordinária número 07, movida pelo estado de Santa Catarina contra o estado do Paraná deu ganho de causa ao primeiro, garantindo a posse do território em questão para o estado de Santa Catarina. A aplicação da decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal se tornou impraticável pela reação do estado do Paraná.

A disputa teve desdobramentos muito sérios a partir dos anos 1912, estendendo-se até o ano de 1916. No âmbito dessa disputa desenrolou-se a Guerra do Contestado, envolvendo a população cabocla que havia se reunido em agrupamentos no território como reação à sua expulsão das terras pela empresa construtora da estrada de ferro entre São Paulo e o Rio Grande (POLI, 2009, p. 87).

A partir de 1916, com o acordo assinado através de mediação do governo federal, houve a demarcação das terras pelo divisor de águas entre as bacias dos rios Uruguai e Iguazu, assumindo o território em questão as características atuais.

Além da definição sobre sua vinculação ao Brasil e ao estado de Santa Catarina, é importante localizar a ocupação do território do Extremo-Oeste de Santa Catarina, que passou por diversos momentos.

O primeiro movimento de ocupação ocorreu a partir da ocupação dos campos de Palmas, no Paraná, e que teve como continuidade a ocupação dos campos do Erê. Essa ocupação territorial esteve vinculada à província de São Paulo, em função de sua fronteira estenderem-se até o Rio Uruguai ao Sul, e à leste na Serra do Mar, na divisa com a província de Santa Catarina.

Esse movimento foi influenciado pela abertura do caminho de tropas entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, que passou inicialmente pelos campos de Lages e pelos Campos Gerais, chegando a Sorocaba.

Com a anexação dos campos de Lages à província de Santa Catarina os paulistas buscaram uma nova rota para as tropas, passando pelo Oeste de Santa Catarina e

Sudoeste do Paraná.

Esse caminho de tropas foi aberto em função da ocupação dos campos de Palmas, iniciada por fazendeiros de Guarapuava em busca de novos espaços para a criação. A partir da ocupação dos campos de Palmas, as fazendas foram se estendendo em direção Oeste, chegando aos campos do Erê.

No ano de 1864 o governo imperial designa Condá para abrir um caminho entre os campos de Palmas e a província de Corrientes, na Argentina, para facilitar a importação de muares para as atividades econômicas nos estados de São Paulo e Minas Gerais.

O capitão Domingos do Nascimento passou pela região de Campo Erê em 1903. Em conversa com os antigos moradores, constatou que a fixação dos primeiros moradores ocorreu em 1858. Eram os Lara, os Machado e Joaquim Afonso. Os Lara ainda habitavam a região, mas os Machado foram parar em São Pedro, no território de Misiones na Argentina (WACHOWICZ, 1985, p. 17).

Esses moradores que ocuparam os campos do Erê já coincidem com os primeiros moradores e proprietários de terras no Extremo-Oeste do Paraná. Em 1867, quando Vicente Antunes de Lara e sua família, oriundos de São Paulo, se instalam na região adquirem o direito sobre as terras que correspondem aos atuais municípios de Palma Sola, Campo Erê e Dionísio Cerqueira, no estado de Santa Catarina, e Barracão, Bom Jesus do Sul, Flor da Serra do Sul, Salgado Filho e Santo Antônio do Sudoeste, no estado do Paraná.

Toda a área foi comprada em 1867 por Vicente Antunes de Lara através de uma escritura que foi registrada em Palmas e correspondia a uma área de 86.987,31 hectares (PEREIRA, 2004, p. 54).

Com a morte de Vicente Antunes de Lara, em 1880, parte das fazendas Tijucas, Jacutinga, Forquilha, Perseverança, Araçá, Capetinga, São Vicente de Palma Sola e Conceição foram herdadas pelos seus dez filhos.

O que se deduz é que esses herdeiros não tenham habitado sozinhos essas terras tão grandes. Provavelmente muitos outros habitantes os acompanhavam no processo de ocupação da região.

Ao chegarem de São Paulo, os Lara pertenciam à elite da época, tendo condições de adquirir uma grande quantidade de terras e promover o seu registro. De acordo com a legislação imperial o registro de terras era feito pela igreja. Depois do

cadastro de terras (também conhecido como Registro Paroquial), caberia ao Estado fazer as alterações com as Repartições Gerais das Terras Públicas.

A igreja ficava com a coordenação dos territórios sob seus domínios, transformando a Igreja, os bispos e os padres representantes do Estado. Durante o período imperial a Igreja e o Estado estavam unidos, sendo o catolicismo a religião oficial do país e a Igreja uma instituição mantida e coordenada pelo imperador. Por essa razão a escritura de compra das terras por parte da família Lara foi registrada em Palmas.

A grande quantidade terras que pertencia a família Lara eram terras com grande riqueza natural. Além de serem cobertas por florestas de araucária e erva mate, eram excelentes para a agricultura.

A exploração da erva-mate foi um fator que influenciou na ocupação dos territórios do Extremo-Oeste de Santa Catarina e do Sudoeste do Paraná. É um produto originário da própria região e abundante em quase todas as terras. A história do mate como produto utilizado na alimentação e na economia sua remonta aos mais antigos povos que viveram neste território.

Perdendo-se na noite da pré-história americana, o que se sabe, portanto, com segurança, é que ele era elemento básico da alimentação dos guaranis, cuja tribo se espalhava pelo vasto território banhado, sobretudo, pelos rios Paraná, Uruguai e Paraguai. Outras tribos, porém, em cujas terras a planta não medrava, realizavam ativo comércio de troca com a bebida, cujo transporte era feito por milhares de quilômetros, através de difíceis caminhos, que atravessavam muitas vezes os Andes para chegar à Bolívia, ao Peru e ao Chile (LINHARES, 1969, p. 48).

A erva-mate tinha várias utilidades para a população local. Ela era usada desde medicina popular até a culinária. Por ser um produto originário da região, sua utilização pelos portugueses e espanhóis só veio a acontecer a partir do momento em que tiveram contato com os povos que viviam no território.

Os primeiros europeus a travarem contato com a erva-mate foram os conquistadores espanhóis do Peru, entre os quais a “erva do Paraguai” logo se tornou um hábito, chegando mesmo a ser consumida pelas mulheres e damas da corte. Durante esses primeiros anos da colonização, muitos foram os que se levantaram contra o seu consumo e até conseguiram sua proibição. A despeito de ser acusada de provocar danos à saúde; de vício e mau costume; de “erva do diabo”, por seus pretensos efeitos afrodisíacos (BOGUNZOWSKI, 2007, p. 20).

O produto ficou conhecido entre os portugueses a partir de seus movimentos de preação de índios para o trabalho forçado e que os trouxe até as reduções jesuíticas de

Guairá.

Os portugueses conheceram o mate, quando de suas incursões a Guairá (1628-1632) para a expulsão dos espanhóis. Levado a São Paulo, o costume de bebê-lo logo se firmou entre o povo mais simples e com o aumento da procura pelo produto, verificou-se que os índios Caingangs que habitavam o planalto curitibano conheciam a erva-mate, a qual denominavam *congoin*. Assim, a planta que os espanhóis preferiam chamar de mate, passa a ser denominada pela corruptela *congonha* pelos portugueses de São Paulo e em consequência também pelos brasileiros (BOGUNZOWSKI, 2007, p.21)

Pelo seu consumo, especialmente nos países platinos, o produto foi assumindo uma importância econômica muito grande, especialmente no Paraná, onde se caracterizou como um produto que gerou um processo de industrialização e de urbanização muito acentuado em função de seu processamento, que era realizado nos espaços urbanos, com a implantação de ervateiras e soques de erva-mate (PEREIRA, 1996, p. 54).

Na região Sudoeste do Paraná e no Oeste de Santa Catarina era coletado pelos nativos, identificados como caboclos, e comercializado com os castelhanos, como eram chamados os argentinos que entravam pelo território em busca do produto. É claro que os argentinos vinham em busca do produto num território que consideravam seu porque estava em litígio com o Brasil (POLI, 2006, p. 14 e 19).

Depois da solução do conflito de limites entre a Argentina e o Brasil e entre o Paraná e Santa Catarina, os argentinos continuavam a atuar na região da fronteira, especialmente na exploração da erva-mate. Conforme o historiador Ruy Cristovam Wachowicz, no ano de 1916, quando foi resolvida a questão dos limites estaduais, os argentinos tinham uma forte presença no Sudoeste do Paraná e no Oeste de Santa Catarina, em função da exploração da erva-mate. Essa exploração era bastante antiga e datava de antes da solução da questão dos limites entre o Brasil e a Argentina (WACHOWICZ, 1987, p. 32).

A presença dos Argentinos na exploração econômica da erva-mate não cessou após a definição das questões dos limites entre os dois países. Ao contrário disso, houve uma continuidade no processo de exploração, fazendo com que muitos caboclos residentes no Extremo-Oeste de Santa Catarina tivessem como atividade econômica o corte da erva-mate para fornecimento aos argentinos.

A família de Pacifico de Abreu e outros tarefeiros que vieram da Argentina para o extremo oeste com o objetivo de praticar o extrativismo da erva-mate, demonstra que havia incentivo e compradores.

Outra referência é a família Lara, que era proprietária da maioria das terras da região, pode-se afirmar que sua origem na elite paulista foi sendo perdida em função do insucesso dos empreendimentos nos campos do Erê. Viviam isolados e suas atividades econômicas se resumiam à produção de subsistência.

Outro fator de entrada de população na região foi a criação de Colônias Militares, com a finalidade de promover a ocupação das regiões disputadas com a Argentina e que ainda apresentava muitos vazios populacionais. Em 1859 o Paraná cria duas colônias militares, de Chopim e de Chapecó¹⁰ no território que considerava de sua jurisdição.

Além das duas colônias militares (que eram também agrícolas) na província do Paraná, o Presidente da Província criara uma colônia em Campos do Erê, depois instalada nos Campos do Chagú. O objetivo era de defender a fronteira e proteger os habitantes dos Campos de Palmas, Erê, Chagú e Guarapuava contra as incursões dos índios.

O decreto de criação das colônias militares não teve um impacto imediato. Somente em 1882 se instala a primeira colônia dos Campos do Erê em Chapecó, para assegurar a área de litígio, pois, o governo Argentino havia criado em 1881 a Gobernación de Misiones, incluindo esta área no seu país.

Para se estabelecer na colônia, os colonos deveriam se sujeitar ao contrato firmado com o diretor geral da colônia, este documento e entre outras cláusulas dizia seguinte:

Além do soldo fornecer-se-há a cada um dos colonos engajados, por uma vez somente um machado, huma foice, huma enxada, huma faca ou facão de mato, huma espingarda ou clavina, huma libra de pólvora, quatro ditas de chumbo grosso, e uma data de terras de dez braças de frente, e cinqüenta de fundo, própria para edificação de casas no lugar em que for estabelecida a colônia, e outra data de terras destinadas para cultura ou criação, que nunca exceda de hum quarto de légua quadrada em terreno para cultura, e huma légua quadrada em campos para a criação.¹¹

Para a definição da população que vivia na região pode-se observar a forma como aconteceu no Sudoeste do Paraná, uma região cuja proximidade estabelece muitos aspectos de similaridade no processo de ocupação.

¹⁰ Decreto N°. 2.502 de 16 de Novembro de 1859.

¹¹ Artigo 7º do Decreto n°. 2.502 de 16 de novembro de 1859.

Ricardo Abramovay, em seu estudo sobre o Sudoeste do Paraná, identifica a origem da população cabocla naquela região e que pode ter muita semelhança com o processo ocorrido no Extremo-Oeste.

a) vários deles era antigos “agregados” de fazendas de gado dos Campos de Palmas. A mão-de-obra empregada nestas fazendas era relativamente escassa, incapaz de absorver o próprio crescimento vegetativo da população. Parte desta população que o “sistema do latifúndio não mais comportava” foi ocupar o Sudoeste Paranaense, as matas virgens contíguas aos Campos de Palmas; b) do Estado do Rio Grande do Sul partiu boa parte dos caboclos que iniciaram ocupação do Sudoeste Paranaense. Em função da escassez numérica desta população, do fato de que seu deslocamento não caracteriza um processo migratório massivo, é impossível determinar com um mínimo de precisão os locais exatos de onde saem os caboclos gaúchos que se dirigem ao Paraná. Mas não há dúvida de que, ao menos em parte, eles foram afastados pela imigração europeia que, a partir de 1824, chegou ao Rio Grande do Sul. Este deslocamento da população cabocla (que na maior parte das vezes não tem na propriedade a base jurídica da ocupação da terra) por um campesinato europeu (ou de origem europeia), fortemente marcado pela tradição da propriedade parcelar, é um traço geral da política de colonização do império, e, no essencial, esse traço permanece intacto até hoje, no sentido de que a política oficial da colonização dirigida repudia a posse e privilegia as formas de apropriação da terra sob cuja base podem erguer-se relações econômicas de caráter mercantil. Como veremos, essa oposição social entre colonos europeus (ou de origem europeia) e caboclos vai aparecer também no Sudoeste do Paraná; c) A guerra do Contestado também forneceu ao sertão do Alto Iguaçu boa parte de sua população inicial. E na origem da Guerra do Contestado encontra-se a política de colonização levada adiante por grandes grupos econômicos estrangeiros que desapropriavam os posseiros, recorrendo, via de regra à violência (ABRAMOVAY, 1981, p.20).

Abramovay identifica de forma clara a busca de terras de matas por parte dos caboclos excluídos do trabalho junto às criações. Algumas razões importantes para essa busca podem ser citadas. Uma delas é o desinteresse pelas terras de matas por parte dos criadores de gado, tornando as terras de matas lugares mais tranquilos para a vida do caboclo e sua família. Dificilmente haveria um dono para reclamar essa terra e obrigar o caboclo a migrar. Outro elemento importante era a abundância de alimentos e a facilidade para sua obtenção. A fertilidade dos solos permitia que, em pequenas áreas, pudesse produzir os alimentos necessários para a família.

Esse papel exercido pela terra dá ao caboclo uma de suas características fundamentais. Sua produção de alimentos se dá apenas para a subsistência, de forma complementar ao que ele coleta da própria natureza. Raramente vai fazer um roçado com proporção maior que sua própria capacidade de consumo.

Outro aspecto destacado por Telmo Marcon nos costumes do caboclo era a criação de animais perto de suas casas, tendo suas pequenas roças implantadas em locais mais distantes, permitindo que seus animais pudessem ser criados soltos. Esse costume identificava a forma como o caboclo encarava a criação de animais, podendo servir estes para sua alimentação, a exemplo das galinhas e dos porcos, ou para sua utilização

no transporte, como os cavalos e bois (MARCON, 2003, p. 165).

Para a população local estudar tinha que fazer vários quilômetros ou muitas vezes mudar de localidade e residência. A educação informal prevalecia até a década de 1930. Aprender era observar e ouvir, sendo que a maioria das coisas eram descobertas vivenciando-as no dia a dia.

A educação formal iniciou a partir da construção da primeira escola da região Extremo-Oeste que foi instalada no ano de 1929 quando o governador de Santa Catarina, Adolfo Konder visitou a vila de Dionísio Cerqueira. “Estudei na Escola Isolada José Boiteux na década de 1950. O acesso era difícil, pois tinha que ir e ficar lá em Dionísio Cerqueira”¹².

Na região era constante a presença de pessoas fugidas do Rio Grande do Sul, especialmente aqueles que tinham conflitos com inimigos ou com a polícia. A região era conhecida pelo banditismo que imperava em toda a sua extensão.

Os conflitos não eram somente por terras. Havia muitas desavenças entre famílias, provocando muitas mortes em tocaias e brigas.

¹² Moralino Antunes de Lara. 71 anos. Linha São Sebastião – Palma Sola SC. Entrevista realizada em 2009: 51

1.2. Elementos da “identidade” do caboclo

Em todo o território do Extremo-Oeste de Santa Catarina a população cabocla foi a primeira a penetrar, ocupando os espaços ou convivendo com os índios Kaingang cujo território se estendia desde o Rio Uruguai até o Rio Iguaçu.

Uma das questões importantes para este estudo é identificar quem era esse caboclo e a sua origem.

“O termo “caboclo” tem vários significados, entre os quais os mais comuns são os de índio aculturado, mestiço de branco com índio, pessoas de pele acobreada e cabelo liso, pessoas de procedência rural”(BENJAMIN, 2010, p. 36).

A origem da palavra caboclo, a partir de estudos feitos sobre essa população em outros espaços do extremo-oeste catarinense é de origem tupi.

“A palavra ‘caboclo’ é de origem tupi e designa o filho de indígena com branco europeu”. (ZARTH, 1998). Nos dicionários de língua portuguesa o substantivo caboclo é conceituado como mestiço de branco com índio, de cor acobreada e cabelos lisos, tendo como sinônimo o mameluco, sertanejo, caipira, etc. (REICHERT, 2008, p. 34)

No seu estudo sobre Porto Novo o autor aprofunda o debate sobre a forma como essa população era conhecida pelos outros e a forma como se identificava. Normalmente sua identificação era na forma de diferenciação com outras categorias, especialmente o colono.

A palavra caipira é praticamente inexistente na documentação e literatura do sul do Brasil porque seria um conceito muito abrangente numa região onde existe uma acentuada diferença entre duas categorias de camponeses: o caboclo e o colono. No Rio Grande do Sul conforme Zarth (1998, p. 47): “Na documentação oficial, a expressão mais comum para designar este tipo de camponês livre é ‘lavrador nacional’”. Também é encontrado de forma abreviada como “nacionais” com o objetivo de diferenciá-lo do imigrante colono. É possível ainda encontrar a designação de ervateiro nas regiões dos ervais do sul do país, uma vez que a atividade da produção da erva mate é compreendida como um ofício étnico caboclo (RENK, 1997). Também no sul, popularmente o termo “brasileiro” é muito utilizado, tanto pelos caboclos que assim se autodenominam expressando uma concepção de grupo étnico, quanto por parte do imigrante colono que assim define o caboclo comparando-o na diferença e na inferioridade em relação a sua identidade cultural que é caracterizada conforme a nacionalidade do país de sua origem ou da origem dos seus antepassados. O que foi observado na pesquisa a campo é que os caboclos também às vezes se denominam como descendentes de portugueses, mas sem deixar de se identificar com as outras categorias étnicas acima citadas (REICHERT, 2008, p. 34).

A identificação do caboclo como grupo étnico é muito difícil em função da variedade de sua origem. Pode-se afirmar que o caboclo é um tipo social que mantém muitas das características do campesinato tradicional do Brasil. Muito mais que uma definição racial, a identidade cabocla se fundamenta numa forma de vida.

A datação do povoamento inicial da região extremo-oeste de Santa Catarina é de difícil estabelecimento. Divulgam-se por vezes indícios de que os primeiros habitantes tenham chegado à região com as bandeiras de apresamento de índios realizadas pelos paulistas ainda nos séculos XVI e XVII.

Com a vinda das bandeiras paulistas para o Sul e para as missões, mais especificamente no século XVII, migra para o planalto, como força de trabalho para tais empreendimentos, o caboclo mestiço. As bandeiras voltam para São Paulo, mas os caboclos permanecem; [...]. Ele se torna um peregrino, extraíndo erva-mate nos ervais públicos para a venda a particulares e a comerciantes. A erva, nos séculos XVII, XVIII e XIX, é exportada para grandes mercados, inclusive para Buenos Aires e Montevideú. Desta forma, além de praticar uma agricultura rudimentar, de sobrevivência, e de um extrativismo itinerante, o caboclo ervateiro não se fixa, a não ser onde haja um novo erval para explorar (REICHERT, 2008, p. 80-81).

O autor identifica a permanência dos caboclos na região, quando das bandeiras, vinculada à exploração da erva-mate, um produto muito apreciado pelos castelhanos e cujo mercado era muito grande na Argentina. No entanto, pode-se admitir a vinda de outros caboclos, para além dos que permaneceram na região na passagem das bandeiras. Uma das possibilidades era o caboclo migrante como excedente de mão-de-obra das fazendas e que se internalizava nas regiões em busca de um espaço de sobrevivência não reclamado pela propriedade. Neste caso, muitos caboclos passaram a conviver com os nativos, tanto os guaranis do Rio Grande do Sul, quanto os Kaingang do Oeste de Santa Catarina e do Sudoeste do Paraná.

Parte dos caboclos do Rio Grande do Sul e das regiões de campos nativos de Santa Catarina e do Paraná originaram-se nas fazendas de gado, entre a segunda metade do século XVIII e o final do século passado, com o deslocamento de indígenas subjugados, principalmente das Missões, e que em contato de outras populações passaram a viver no mesmo espaço, se miscigenaram biológica e culturalmente. Nessas propriedades serviram como moradores, responsáveis pelas culturas de subsistência, até quase o final do século XIX, quando o abastecimento passou a ser feita pela colônia e a introdução de melhorias tecnológicas na pecuária dispensaram o uso dessa força de trabalho. Foram 'expulsos' para as áreas de matas ('terras devolutas') e passaram a competir, em condições desiguais, com a colonização oficial (GEHLEN, 1998, p. 121; 131e141).

Essa migração para as matas em busca de um espaço de sobrevivência encontrou muitos espaços abertos e sem propriedade para a formação de suas posses. No Oeste de

Santa Catarina, além da possibilidade das posses conseguiram uma forma de se integrar a um trabalho regular, de coleta e comercialização da erva-mate.

Aconteceram, também, casos em que esses caboclos conseguiram boas condições para desenvolverem atividades que lhes permitiram enriquecer, através do comércio ou da produção. Esses caboclos passaram a se constituir enquanto elite local e não mais se reconheciam como caboclos. Poli na pesquisa com os caboclos da região de Xanxerê argumenta:

[...] onde caboclos que conseguiram alguma forma de enriquecimento passaram a denominar-se portugueses ou brasileiros, e não mais admitiam a denominação de caboclos. Além disso, alguns filhos de caboclos que tiveram acesso à instrução e que conseguiram completar estudos de mais alto grau também deixaram de se denominar desta forma (POLI, 2006, p. 100).

Os caboclos que colhiam erva-mate também praticavam uma agricultura de subsistência. Sua forma de produzir, no entanto, era adequada ao papel da agricultura em seu processo de sobrevivência. Normalmente abriam clareiras em sua posse onde implantavam as pequenas roças de milho e feijão, utilizando o machado, a foice e a queimada para preparação do solo. Em algumas regiões esses caboclos passaram a associar a produção de milho com a criação de porcos. Era o denominado porco de safra. Como a colheita da erva-mate é sazonal e o período de entressafra coincide com época de cultivo de verão, a população se dedicava ao plantio do milho e do feijão que eram os produtos agrícolas mais consumidos.

Nesta prática agrícola o caboclo ervateiro forma uma identidade camponesa caracterizada pelo nomadismo e pelas relações sociais coletivas e de ajuda mútua. O período entre uma e outra poda do erval é de quatro anos, o que faz com que o ervateiro necessite migrar constantemente. A sua instalação é sempre provisória e vive em forma de acampamento (REICHERT, 2008, p.52).

Aqui o autor aproxima a concepção de caboclo com a de camponês tradicional, pelas características básicas que apresenta. A produção prioritária para a subsistência, a relação com a terra baseada numa concepção de uso e não de propriedade, a tendência para a migração depois de algum tempo, quando as condições de sobrevivência ou a pressão da chegada da propriedade da terra através da colonização, e a diversificação das suas condições de sobrevivência, aliando a produção dos grãos, a caça e pesca e a coleta como forma de completar a sua alimentação.

Os pequenos agricultores e ervateiros, assim como os estancieiros, eram posseiros e tinham o direito à propriedade conforme o estabelecido pelas Leis de Terra de 1850, mas vários obstáculos impediam o seu acesso: o desconhecimento do registro das posses que deveria ser feito na paróquia, habitavam as áreas mais distantes e frequentavam raramente a igreja; a Lei de Terras determinava que todas as despesas (medição das terras, a tramitação e legalização dos processos) ficavam por conta do requerente da posse, o que impedia os camponeses pobres de requerê-la; os ervais eram considerados públicos e a regularização da posse pelos ervateiros era impedida; entendendo que os ervais eram públicos não haveria a necessidade de regularizar as posses, e a sua divisão em pequenos lotes particulares seria um obstáculo para a continuação do campesinato pluriativo dos caboclos (erva-mate e agricultura de subsistência) que necessitam de uma área mais extensa, de um trabalho coletivo e de uma mobilidade constante (REICHERT, 2008, p. 52).

A partir da edição da Lei de Terras, em 1850, que fez com que o acesso à terra só fosse possível através da compra, dava direito de propriedade a todos esses caboclos. Neste sentido os caboclos poderiam tornar-se proprietários, da mesma forma como os estancieiros ricos e, no caso do Extremo-Oeste, da família Lara, que adquiriu uma enorme área de acordo com suas condições de acessar o registro da propriedade em Palmas.

A grande maioria desses caboclos não tinha consciência que suas terras eram apenas posses, que não tinha direito de propriedade e que, na medida em que as empresas colonizadoras e colonos a reclamassem, eles teriam que migrar para outras terras.

As transformações iniciaram a partir da década de 1930. O que mais contribuiu a essas mudanças foram a comitiva de Konder, a política de nacionalização e ocupação de fronteira nas décadas posteriores e principalmente as companhias colonizadoras. O extremo oeste aos poucos foi mudando de paisagem e a população cabocla tendo novas interações sociais a partir da presença do imigrante.

2. A colonização do Extremo-Oeste de Santa Catarina

O Oeste de Santa Catarina como um todo, incluindo a região do Extremo-Oeste, passou por um processo de ocupação territorial muito intenso nas décadas de 1930 a 1960, provocando uma transformação profunda no perfil da população, na forma de ocupação das terras e na produção econômica.

As terras que eram conhecidas e ocupadas desde o século XIX por populações migrantes, foram excluindo as populações nativas e transformando a realidade social e econômica.

Em meados do século XIX a Assembléia-Geral aprovou a Lei de Terras. Esta regulamentava a questão das terras em todo o Império Brasileiro. Segundo ela não era mais permitido doar capitâneas, sesmarias e nem datas. Somente poderia ser adquirida através de compra.

A Lei de Terras de 1850 definia normas para a demarcação e o registro das terras obtidas antes da data de sua promulgação. Além disso, estabelecia que a aquisição futura de terras públicas só poderia ser feita por meio de compra, e não da ocupação ou de doação, como até então ocorria. Ou seja, um lavrador sem-terra que ocupasse um terreno abandonado não poderia se tornar seu proprietário legal, a menos que pagasse por ele. [...] Os lotes, com tamanho mínimo definido pela lei de 1850, eram grandes e caros, ficando fora do alcance da população rural pobre. Vendas de lotes a prazo foram proibidas e, para os imigrantes, a lei criou um obstáculo a mais: estrangeiros vindos para o Brasil com passagens financiadas só poderiam adquirir um pedaço de terra três anos após a chegada (MOZER, 2005, p. 75).

Neste horizonte, esta lei serviu para garantir terra ao grande proprietário. Os nativos e caboclos que ocupavam essas terras estavam distante de possibilidade de aquisição de suas propriedades.

Muitos caboclos conseguiram adquirir terra fazendo safra de porcos e praticando o extrativismo de erva mate. Outros através de negócio. Alguns até hoje não adquiriram e não vêem necessidade nenhuma em aquisição.

“Os primeiros tempos não compramos terras, pois trabalhávamos nas terras dos argentinos. Quando trabalhamos para os argentinos trabalhamos por arrendamento. Mais tarde compramos terras dos Crestani na comunidade de São Roque – Palma Sola. Adquiri um pequeno lote de dez alqueires puro mato, pelo preço de trinta e nove mil. Consegui com safra de erva e porco. Um pouco emprestado para pagar na safra.”¹³

¹³ Pedro de Abreu. 86 anos. Palma sola SC. Entrevista realizada durante o ano de 2001: 03 e 04

A insistência dos argentinos em afirmar que essas terras do extremo oeste catarinense eram da Argentina era tão grande que muitos tarefeiros pagavam renda a eles do que colhiam.

Embora o acesso a terra fosse restrito, mesmo assim havia caboclo que comprava. Além de comércio a safra de porco era uma das formas rentáveis de aquisição de terra.

Pedro Mello dos Santos cansado de puxar erva para os argentinos, resolveu vender os burros para comprar terras. Ele comprou terra na comunidade de São Pedro e em outras comunidades como na Linha Formosa de Palma Sola. Ao todo foram adquiridas 13 colônias de terra. Cada colônia custava de sete a doze mil réis. Era puro mato e não tinha nada de campo.¹⁴

Após a aquisição de terras muitos achavam que nunca iria faltar ou ser escassa ou ainda ficar centralizada nas mãos de poucos.

Tenho uma colônia de terras, mas já tive perto de vinte colônias de herança de meus pais. Depois acabei vendendo aqui e ali para pagar aval no Banco do Brasil. Numa feita avalisei um indivíduo que arrendou minha terra e eu tive que vender trinta e cinco alqueires de terra para pagar. O homem falava que nem um padre confiei nele, nunca me pagou. Agora morreu matado num assentamento de sem terras. Outro foi um primo que quis se meter a granjeiro. Dei a carta de anuência e tive que pagar um trator Valmet, um arado, uma plantadeira e nem me lembro mais quanto, só que paguei tudo.¹⁵

O maior valor da terra encontra-se naquilo que ela pode proporcionar como sobrevivência. Embora na concepção de muitos esteja voltada única e exclusivamente ao valor comercial.

A vida na cidade despertava curiosidade e a ilusão do conforto completo em relação ao campo. Estes e outros motivos levaram muita gente ao êxodo rural. “Sou proprietário de uma área de terras na comunidade de Burro Branco – Campo Erê de duzentos e cinquenta alqueires de terra. Parte foi herança de meus pais e parte adquiri de meus irmãos que não gostavam de terra e foram para a cidade”.¹⁶

Também havia muito conflito em relação à terra. Muitas companhias colonizadoras que comercializavam terras contratavam jagunços para retirar caboclos que estavam em cima das terras. “Os jagunços também eram chamados de fiscais de terras. Eles eram peões das colonizadoras e dos que compravam terra a preço baixo.

¹⁴ Maria Zilda Pereira. 77 anos. Palma Sola SC. Entrevista realizada durante o ano de 2001: 18

¹⁵ Moralino Antunes de Lara. 71 anos. Linha São Sebastião – Palma Sola SC. Entrevista realizada em 2009: 54

¹⁶ João Neir Pontes Rocha. 67 anos. Campo Erê SC. Entrevista realizada em 2009: 79

Eram os de fora que queriam as terras que diziam que não tinham documento.”¹⁷

Na maioria das vezes os jagunços eram os próprios caboclos que eram contratados para realizarem os serviços. “Havia jagunços sim me lembro de dois. Eles eram pistoleiros que tiravam os moradores das terras para entregar para as companhias”.

18

Não eram chamados de jagunços. Eles eram chamados de Fiscal de terras. Mas tinha jagunço também e tinha bandido também. Meu irmão mais velho foi fiscal de terras. Ele trabalhou para uma colonizadora. Ele dizia que a ordem era tentar vender um pedaço de terras para o caboclo por bem e depois se não quisesse mesmo a ordem era retirar ele. Só que ele nunca matou ninguém, conseguiu fazer muitos cadastros de venda de terras para caboclos na época.¹⁹

As maiores disputas de terras ocorreram devido a presença das companhias colonizadoras que depois de muita propaganda traziam na maioria das vezes imigrantes do Rio grande do Sul.

Este capítulo tem como objetivo trabalhar a identidade dos dois grupos sociais que entraram em confronto em um novo processo de exclusão, com a substituição dos caboclos pelos colonos em toda a região.

A substituição de um grupo social pelo outro representou a estruturação de uma nova forma de organização social e econômica, em que o processo comercial e industrial passou a predominar em todos os espaços.

Os caboclos, cuja forma de vida não se adequava a essa nova forma de organização econômica e social, passam a ser substituído pelos colonos, que vieram para a região em busca de terra e de novas condições de vida.

A exploração da madeira, abundante em toda a região, e a implantação de uma agricultura comercial mudaram completamente a região. Os caboclos sofreram um processo de ruptura em sua identidade e, no processo de exclusão, mantiveram seu espírito de migrantes em busca de novos espaços não reclamados para implantação de suas posses.

¹⁷ Leonardo Land. 83 anos. Linha Ataneira – Flor da Serra do Sul Pr. Entrevista realizada em 2009: 69 e 72

¹⁸ João Neir Pontes Rocha. 67 anos. Campo Erê SC. Entrevista realizada em 2009: 79

¹⁹ Moralino Antunes de Lara. 71 anos. Linha São Sebastião – Palma Sola SC. Entrevista realizada em 2009: 54

2.1. As colonizadoras no Extremo-Oeste

A ocupação dos territórios com vazios demográficos e que eram disputados com outros países, como era o caso das terras do Extremo-Oeste de Santa Catarina, dependiam de muitas ações governamentais para incentivar sua inclusão na economia e no mercado nacional.

Uma das medidas mais ousadas foi a construção de uma estrada de ferro ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul, concluída em 1912. A mesma passava próximo aos territórios contestados e tinha o objetivo de promover a integração que ladeavam a ferrovia ao conjunto da economia brasileira.

A construção dessa estrada de ferro foi estabelecida pelo governo imperial pelo Decreto nº 10.432, de 09 de novembro de 1889:

Concede privilégios, garantia de juros e terras devolutas, mediante autorização legislativa, para construção, uso e gozo de uma estrada de ferro, que partindo das margens do Itararé, na província de São Paulo, vá terminar em Santa Maria da Bocca do Monte, na província do Rio Grande do Sul, com diversos ramaes (HEINSFELD, 1995, p. 103).

A concessão, que foi feita poucos dias antes da Proclamação da República, 15 de novembro de 1889, foi ratificada pelo governo republicano tendo em vista a importância estratégica da construção da estrada de ferro.

Em troca da construção dessa estrada de ferro o governo brasileiro concedia as terras localizadas às margens da estrada de ferro para que fossem exploradas e colonizadas.

Acontece que a maior parte dessas terras que se localizava a margem da ferrovia eram ocupadas por famílias caboclas. Esses se juntaram aos trabalhadores que haviam terminado a ferrovia e passaram a fazer parte do movimento que resultou na Guerra do Contestado de 1912 a 1916.

Como nem todas as terras estavam disponíveis nas margens da estrada de ferro, os governos estaduais, que geriam as terras devolutas no início do governo republicano, negociavam a concessão de outras áreas em troca das que a empresa teria direito.

Ao mesmo tempo, o governo brasileiro, na tentativa de conseguir modernizar a agricultura brasileira e garantir o abastecimento, promovia processos de colonização através de empresas concessionárias, denominadas de colonizadoras. Essas empresas

recebiam concessões para promover o processo de colonização, através da comercialização de lotes rurais com colonos interessados.

Para tanto, adotou o governo brasileiro uma política de incentivo à imigração de camponeses europeus, mais acostumados ao processo de produção de uma agricultura comercial.

Nem todas as empresas que promoveram os processos de colonização no Oeste de Santa Catarina receberam concessões diretamente do governo brasileiro. Boa parte delas conseguiu adquirir áreas de outras empresas ou de particulares, como foi o caso da empresa Barth Annoni, que colonizou terras na região do Extremo-Oeste.

O conceito de Colonização aqui adotado é elaborado por Piazza que se refere à colonização como a introdução de “programas ou projetos de subdivisão de grandes propriedades por organizações públicas ou particulares visando a colocação de famílias de agricultores nos lotes assim criados, e a desenvolver atividades de ajuda, assistência e supervisão, a fim de implantar nestas áreas comunidades de pequenos proprietários rurais”. (PIAZZA, 1982, p. 25).

O processo de colonização era realizado, normalmente, com aproveitamento da madeira por parte das colonizadoras e a comercialização dos lotes de terra com a madeira de lei retirada para os colonos. Outra forma era a venda dos lotes aos colonos com um contrato que reservava o direito sobre a madeira de lei para a colonizadora ou a seus representantes.

Em Palma Sola a Colonizadora Barth Annoni e Cia Ltda com sede em Carazinho RS adquiriu, no ano de 1945, a propriedade sobre a fazenda Conceição ou Flores como era conhecida, que envolvia o território de vários dos atuais municípios e que era herança de Antônio Antunes de Lara, um dos dez filhos de Dom Vicente Antunes Lara.

Antônio formou uma família com uma índia Kaingang Custódia Maria da Rocha. Ela era filha de Antoninho Rocha conhecido como Capitão Rocha com uma índia de Nonoai. Antônio fixou residência nos Campos dos Erês permanecendo com seus filhos praticamente isolados de outros centros urbanos até seu falecimento em 01/09/1908. “Após sua morte, a fazenda Conceição foi dividida pelos seus dez filhos: Maria do Espírito Santo Soares, Laurentina Antunes de Lara, Maria Lourença Antunes de Lara, Arbelino de Lara Sobrinho, Corolina Antunes de Lara, Antônia Antunes de Lara, Honória Antunes de Lara, Vicente Antunes de Lara, Arlindo Antunes de Lara e

Antônio Antunes de Lara Filho”. (PEREIRA, 2004, p.54).

A maneira como ocorreu a aquisição pela colonizadora foi alvo de disputa judicial que se arrastou durante muitos anos com a acusação de fraude no processo de transferência da propriedade. Pela acusação, a empresa conseguiu a assinatura de apenas dois dos dez herdeiros, tendo falsificado a assinatura dos demais, para obtenção da transferência da área para seu nome e promover o projeto de colonização da região (PEREIRA, 2004, p. 54 e 55).

Laurentina Antunes de Lara era filha de Antônio Antunes de Lara e Custódia Maria da Rocha - índia Kaingang – a quem o próprio Antônio atribuiu esse nome. Neta de Dom Vicente casou em primeira núpcias com Flávio Rodrigues e depois com um Paraguaio que morava na Argentina Vicente Antônio Matiauda. Após a morte em 1941 de Laurentina Antunes de Lara seu segundo esposo Vicente Antônio Matiauda, entrou com pedido de anulação da escritura em Passo Fundo em 31 de dezembro de 1945 contra a empresa Barth Annoni & Cia Ltda.²⁰

A resistência surge com apenas os espólios de Laurentina que era uma das herdeiras de Antônio Antunes de Lara. Outros herdeiros não apresentaram resistências aos fatos que estavam sendo transcorridos.

Muitos herdeiros de Vicente Antunes de Lara não se preocuparam como os espólios de Laurentina. Porém cada vez que iam para a justiça os herdeiros perdiam 20% ou às vezes até 30% em gastos com suas reivindicações.

Acrescenta-se ainda que para entrar com uma ação judicial, os herdeiros teriam que percorrer longas distâncias. Ir até Passo Fundo no Rio Grande do Sul, a Chapecó, Mondai ou municípios onde teria cartório e eram comarcas.

Além disso, não era prática da maioria dos caboclos se preocuparem com as leis e com a luta pela terra. Sabiam que a terra era tudo para eles, porém não deixavam levar unicamente pelo valor comercial. Em muitos casos usavam o silêncio e a dispersão ao invés de resistir.

A colonização tomou basicamente a forma de entradas de colonos vindos do Rio Grande do Sul e a expulsão dos caboclos que ali residiam desde o século passado.

²⁰ Processo Judicial da Comarca de Dionísio Cerqueira Nº 017.59.00000.1-9 Autos de 01-06. Livro 01: 06

O processo de colonização da região oeste pelos migrantes gaúchos deu-se pela exclusão do elemento nativo. Neste processo conjugaram-se interesses diversos, entre os quais o das empresas colonizadoras, que especulavam com a venda das terras; dos investidores, que esperavam ver suas aplicações multiplicarem-se em pouco tempo e, do Estado, que objetivava ver este espaço ocupado para melhor explorá-lo economicamente, inclusive pela cobrança de tributos sobre a erva-mate e a madeira (RADIN, 1997, p. 65).

Observa-se que os interesses do governo e das colonizadoras normalmente coincidiam. As colonizadoras tinham interesse na comercialização das terras e na exploração da madeira. O Estado tinha interesse em implantar uma estrutura econômica como condição para a arrecadação de impostos sobre produtos que, na maioria dos casos, era comercializado diretamente com a Argentina, sem passar pelos serviços aduaneiros e nem recolher os tributos devidos.

A parceria com as colonizadoras era bastante útil tendo em vista a facilidade com que poderia implantar suas políticas sem necessidade de uma ação direta.

As colonizadoras, para facilitar o processo de comercialização das terras precisavam garantir que estivessem desocupadas. Para isso, tinha uma ação bastante contundente de exclusão das famílias posseiras. Um dos métodos era a atração desses caboclos com trabalhos nas medições das áreas, na derrubada da madeira e no seu transporte para as serrarias. Para que pudesse exercer essas atividades econômicas normalmente passava a morar na cidade, em casas simples ofertadas pela empresa colonizadora ou, mesmo, em pequenos casebres construídos nas imediações dos espaços urbanos.

Em Palma Sola e região os “fiscais de terra” como eram chamados, eram contratados pelas colonizadoras para fazer a venda da terra para os caboclos, se eles não quisessem, os fiscais utilizavam outros meios.²¹

Entre as companhias que desalojaram os caboclos no Oeste de Santa Catarina podem ser citadas a Southern Brazil and Colonization Company e a Brazil Development and Colonization Company. A primeira foi autorizada pelo governo federal a implantar serrarias em terrenos devolutos para, depois de explorada a madeira, promover a venda para migrantes colonos. A segunda foi a empresa encarregada pela companhia construtora da estrada de Ferro São Paulo Rio Grande a implantar processos colonizadores nas terras recebidas como concessão em troca da construção da ferrovia.

As duas empresas eram lideradas pelo empresário canadense Percival Farquhar

²¹ Moralino Antunes de Lara. 71 anos. Linha São Sebastião – Palma Sola SC. Entrevista realizada em 2009.

que concluiu a construção da estrada de ferro entre São Paulo e o Rio Grande no ano de 1910. A empresa Brazil Railway Comapny coordenava e centralizava outras duas empresas.

As terras concedidas em troca da construção da estrada de ferro estavam ocupadas por caboclos e que foram excluídos delas por processos de intimidação. Nas regiões do Meio-Oeste de Santa Catarina essa expulsão dos caboclos provocou a formação de agrupamentos de caboclos que foram combatidos pelos dois estados (Paraná e Santa Catarina) no âmbito da disputa pelos territórios, provocando a Guerra do Contestado.

No espaço do Oeste de Santa Catarina nem todas as terras eram originárias desse processo de concessão. No caso da Colonizadora Barth Annoni e Cia Ltda, a sua atuação se originou da aquisição de uma área de terras que havia sido adquirida no processo inicial de ocupação dos campos do Erê, ainda no século XIX.

Os processos de colonização da região Oeste de Santa Catarina foram feitos por empresas colonizadoras que envolveram a região desse estudo, foi mais intensamente colonizada nas décadas de 1940 e 1950. Além da empresa Barth Annoni, atuaram no Oeste as empresas Colonizadoras Sul Brasil Ltda; Alberico Azevedo; Barth Benetti e Cia Ltada; Madeireira Iguaçu Ltda; Colonizadora e Madeireira Bandeirante Ltda.; Pinho & Terras Ltda; Sociedade Madeireira Santa Rita Ltda e outras.

Após os comerciais feitos no RS, as companhias trouxeram milhares de colonos para a região oestina, segundo estimativas, “até 1935 cerca de 60 mil pessoas tinham entrado nas áreas de colonização do interior catarinense, na quase totalidade vindas do Rio Grande do Sul.” (SADIA, 1994, p. 15).

O governo de Getúlio Vargas, na década de 1940 criou decretos para aumentar a fiscalização através de impostos e incentivou as empresas colonizadoras a ocupar toda a região do Extremo Oeste de SC que fazia divisa com a Argentina.

O Presidente Getúlio Vargas encampou as terras do extremo oeste que se encontravam dentro da faixa de 150 quilômetros, na fronteira com a Província de Misiones, na Argentina, a partir do Rio Peperi Guaçu, e abrangendo 1.760.478.547 m² das concessões Xapecó e Peperi, e 174.889.653 m² da concessão Capetinga, integralmente. Essas terras passaram ao domínio das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União e foram vendidas a diversas firmas colonizadoras (DE BONA, 2004, p. 23).

As empresas colonizadoras atenderam a oferta do governo e iniciaram o comércio lucrativo na comercialização de terras no Extremo Oeste. O negócio estendia-

se e muitas colonizadoras que não recusaram a oferta.

Embora o governo incentivasse a colonização através de concessões às empresas colonizadoras, as terras do extremo oeste já estavam ocupadas por caboclos. Ocorre, porém, que a maioria desses brasileiros que já tinham posse sequer tinha documentos pessoais e muito menos das frações de terras que ocupavam.

2.2. Os migrantes no Extremo-Oeste

A população do Extremo-Oeste de Santa Catarina começou a mudar seu perfil de forma acentuada na medida em que os processos de colonização se iniciaram. Além do aumento significativo de novas famílias, estas trouxeram uma nova forma de viver e uma nova forma de se relacionar com a terra e com a produção.

Chamados de colonos eram migrantes vindos do Rio Grande do Sul, normalmente descendentes de imigrantes europeus que haviam se fixado no Rio Grande do Sul desde o século XIX e que migraram ao extremo oeste principalmente a partir da década de 1930.

Influenciados pela constante corrente emigratória que procede do Rio Grande do Sul – e os novos colonos para as glebas catarinenses já são todos nascidos no visinho Estado sulino, descendente de italianos e alemães, toda uma gente forte e decidida, disposta ao trabalho, levando áqueles rincões, até ha pouco incultos por abandonados, a prosperidade e a riqueza – os referidos lugares apresentam agora apreciáveis elementos de progresso (BOITEUX, 1931, p. 10).

Podemos considerar que a colonização passou a aplicar uma nova política de ocupação da terra, trazendo pessoas mais acostumadas ao processo de agricultura comercial e dispostos a buscar uma nova condição de vida nessas novas terras.

Normalmente esses colonos chegaram para a região em busca de uma nova oportunidade de se reproduzirem socialmente enquanto proprietários de terras. O esgotamento das terras no Rio Grande do Sul pela utilização intensa sem a devida reposição de fertilizantes ou a ausência de novas terras para os filhos levaram à migração como única alternativa (POLI, 2009, p. 167). Pode-se afirmar a característica do colono que chega à região como:

[...] não é qualquer agricultor, pois a definição cabível é a de um pequeno proprietário rural que não emprega mão-de-obra assalariada permanente. Algumas características específicas do campesinato estão presentes como elementos de categorização: trabalho familiar, posse de terras em quantidade suficiente para permitir a atividade de cultivo, produção voltada em primeiro lugar para o consumo doméstico (privilegiando-se, assim, a policultura com criação), participação nas atividades de solidariedade etc. Neste sentido consideram-se distintos de outras categorias de produtores rurais, como aqueles que denominam ‘fazendeiros’. A categoria fazendeiro pressupõe a posse de uma área de terras muito maior do que uma colônia, e a utilização de mão-de-obra assalariada (SEYFERTH, 1993, P. 31).

Poli alinha diversas características desses colonos no Sudoeste do Paraná e que

podem ser apontadas como similares para os colonos que aqui se estabeleceram. A similaridade ocorreu em função da proximidade dos processos ocorridos, pois a região Sudoeste do Paraná é contígua ao Extremo-Oeste. A empresa colonizadora Barth Annoni que atuou nesta região estendeu sua atuação em alguns municípios paranaenses que são lindeiros com Santa Catarina e que pertencem à região Sudoeste do Paraná.

O colono que se instalou na região, atraído pela colonização, apresenta algumas características que foram sintetizadas como: possuíam pequena propriedade, mantinham relação coletiva na família, possuíam seus próprios instrumentos de produção, utilizavam quase somente o trabalho familiar, produziam quase todo o alimento que consumiam e tinham um produto ou às vezes mais do que um para destinado à comercialização (POLI, 2009, p. 169).

Um dos aspectos importantes da discussão sobre a população que se instalou no Extremo-Oeste de Santa Catarina no processo de colonização é a sua diferenciação em relação ao campesinato tradicional no Brasil e, mesmo, do campesinato europeu.

Neste trabalho, como no trabalho de Jaci Poli (2009) e de Maria Cristina Colnaghi (1984), adota-se o termo colono por ser a denominação pela qual essa população se identificava e se reconhecia socialmente.

Por mais polêmica que possa produzir essa diferenciação, é necessária sua adoção de forma mais clara em função da forma como essa população chegou à região e da sua maneira de produzir e de viver.

A vinda desses migrantes provocou a saída dos caboclos das terras, especialmente por ação direta das colonizadoras, que queriam as terras desocupadas para procederem a venda dos lotes para os colonos que chegavam.

Esses colonos adquiriam suas propriedades com o compromisso de efetuar o seu pagamento nos primeiros anos de sua permanência no local. Pela produção que obtivesse na propriedade poderia pagar as prestações da compra da terra.

Na medida em que adquiriam a terra eram obrigados a implantar roças e realizar a produção de produtos com aceitação no mercado para poder comercializar e receber o dinheiro necessário ao pagamento das terras.

A chegada da família na terra significava a construção de uma casa simples e de outras benfeitorias para abrigar seus produtos e animais e a derrubada imediata das matas e capoeiras existentes para a implantação de produtos como o milho e o feijão, que eram os mais aceitos pelo mercado na época.

Algumas famílias adotavam, também, a criação de suínos como alternativa de renda em função do seu valor de mercado.

Normalmente os locais onde os colonos se instalavam passavam a ter um grande dinamismo econômico e social, pela sua forma de organização e pela sua produção.

Um outro fator de transformação na realidade local ocorria pelo fenômeno da urbanização, provocada especialmente pela exploração madeireira coordenada pelas empresas colonizadoras.

Dennison de Oliveira aponta que, no Paraná, a serraria passou a fazer parte da paisagem e da realidade social e econômica de todas as cidades. Muitas pequenas cidades foram se constituindo ao redor das serrarias ou em função de sua presença (OLIVEIRA, 2001, p. 30).

Conforme o Anuário Brasileiro de Economia Florestal, citado por Aida Mansani Lavallo em seu estudo sobre a exploração madeireira no Paraná, o estado de Santa Catarina possuía, no ano de 1949, 737 serrarias registradas, passando para 1.019 em 1955. Desse ano até 1962 houve muito pouca variação no número de serrarias, passando para 1.066. Conforme a autora, além das condições políticas brasileiras, após o encerramento da II Guerra Mundial houve um incremento muito grande da atividade de exploração madeireira serrada em função da possibilidade de importação de máquinas e equipamentos industriais. No período considerado acima, o estado de Santa Catarina que possuía quase o mesmo número de serrarias que o Paraná (687 em 1949) e um número bem inferior ao existente no Rio Grande do Sul (1.086 em 1949), passou a ter um número muito superior aos dois estados. No ano de 1962 o estado de Santa Catarina tinha 1.066 serrarias registradas, enquanto o Paraná tinha 859 e o Rio Grande do Sul 613, demonstrando que essa indústria era muito forte no estado (LAVALLE, 1981, p. 66).

Em Palma Sola e arredores também ocorreu a implantação de serrarias, que absorviam o trabalho de muitos caboclos que saíam de suas posses, desalojados pelo processo de colonização e exploração madeireira. Esses caboclos passavam a residir, grande parte das vezes, em pequenas casas construídas pela própria madeireira como incentivo para que viessem a residir mais próximos do trabalho e fora das terras destinadas à comercialização depois da exploração da madeira.

A paisagem urbana, normalmente, passava a se caracterizar pela presença da igreja, dos cartórios, dos escritórios das colonizadoras, das casas comerciais, das

serrarias, das casas dos trabalhadores da serraria, dos pequenos bairros formados pelos caboclos que viviam como trabalhadores temporários, fazendo empreitadas na medição de terras ou na derrubada de mato.

A urbanização foi lenta em Palma Sola, mas exerceu um papel importante de mediação de processos e de atividades, não absorvendo os excluídos da terra e encaminhando os migrantes que chegavam. Estes últimos passaram a exercer o papel de referência para a organização social e econômica.

2.3. Relações entre os caboclos e os migrantes

Da mesma forma que os índios e os caboclos tiveram um período de convivência, ou pelo menos de ocupação simultânea das terras do extremo-oeste catarinense, os caboclos e colonos também tiveram um período de convívio e de ocupação das mesmas terras durante um período histórico.

Os caboclos e os colonos vieram de diversos locais, devido ao crescimento demográfico e pelo excedente de mão-de-obra das atividades econômicas desenvolvidas em seus locais de origem.

Nos depoimentos, o processo migratório, ocorreu por homens e por famílias já formadas. Sobreviviam a princípio da prática e o desenvolvimento de uma agricultura de subsistência.

Com a escassez do extrativismo da erva mate na Argentina, e vivendo, muitos castelhanos começaram a extrair erva na região de fronteira com o Brasil.

Em 1911 meu pai Pacífico de Abreu, Domingos de Souza, Tomásio e Milhano Ramão partiram da Argentina, atravessaram o Rio Peperi, Lageado Grande e o Chicão para trabalhar na lida com a erva para a empresa CREGE. Além do chimarrão era utilizada na fabricação de tinta. Convidado para este trabalho numa das safras, acabei fixando residência, pois sempre procurava melhorar minhas condições de vida.²²

Pacífico de Abreu era filho de Antônio de Abreu (argentino) e de Severina de Abreu (índia Kaingang). Frequentou a região durante várias safras juntamente com outros tarefeiros. Após algumas safras casou e fixou residência em 1911. Embora tenha vindo para o Extremo Oeste de SC em função do trabalho na erva por empreitada, formou família em seguida e iniciou uma agricultura de subsistência.

Vimos morar aqui em 1929 porque meu pai ficou sabendo do frete que podia fazer aqui nesta região. Saímos de Vacaria com uma tropa de 24 burros e levamos 21 dias para chegar. Vimos por Palmas – Paraná. Para entrar de carroça de São Lourenço até aqui vínhamos fazendo estrada de machado e serrote. Pouco a Pouco mudávamos nosso acampamento. Meu sogro Alípio Pereira foi quem abriu as primeiras estradas. Mais tarde vendemos os burros e compramos terra na comunidade onde hoje é São Pedro - Palma Sola. Também fizemos safra na comunidade de Novo Cerro Azul.²³

Conforme já exposto, a maioria dos fretes era de erva-mate e seguiam para a

²² Pedro de Abreu. 86 anos. Palma sola SC. Entrevista realizada durante o ano de 2001: 03

²³ Maria Zilda Pereira. 77 anos. Palma Sola SC. Entrevista realizada durante o ano de 2001: 17 e 18.

Argentina. Outros produtos como a farinha e munição eram trazidos e comercializados.

A fronteira também foi ocupada por migrantes vindos de Urussanga e São Bento do Sul SC.

Nasci em Campo Erê SC. em 1953. Porém meus pais são da região da Serra de SC. Eles vieram para cá porque ficaram sabendo que as terras eram boas e tinha boas condições de pagamento. Compramos terras na localidade de Entre Rios, onde hoje é a comunidade de Idaugusta. Com dois anos de idade vim para região que pertenceria a Palma Sola até 1975. Aqui morei na Linha Capetinga – Marmeleiro Pr. Depois na Linha Barra Grande - Palma Sola, depois em Campo Erê e por último em São Bernardino. Essas andanças é dividido a minha profissão de gaiteiro e agricultor”²⁴.

A região também recebeu imigrantes que vieram de São Paulo e de lá se dirigiram para a fronteira ainda no século XIX. “Na verdade sou de origem portuguesa com índio, mas me considero caboclo legítimo. Meu bisavó veio morar aqui porque comprou uma grande quantidade de terra. Meu pai herdou uns 600 alqueires. Eu herdei 16 colônias e seis alqueires”²⁵

Das cidades próximas também ocorreu migração. Embora, a procedência seja variada, (italiana e polonesa), o estilo de vida predominante foi o de caboclo.

Nasci em Descanso SC em 1948. Meu pai era de origem polonesa e minha mãe italiana. Minha mãe veio para cá para trabalhar e melhorar as condições de vida. Eu sigo o costume caboclo, eu vivo como um caboclo. Nós tivemos terra em Linha Pratinha - Descanso SC. Hoje não tenho terra. Não tenho interesse de acumular bens. Não vejo necessidade de adquirir nenhum pedaço de terra. A terra é para todos. É como a água e o ar.²⁶

Ainda do Rio Grande do Sul mais precisamente de Soledade veio para região buscar melhores condições de vida.

Sou de origem alemã. Nasci em 1926 em Soledade – RS. Viemos para cá porque tinha terra barata e boa. Aqui casei com minha mulher que é cabocla. Mas eu também convivi com caboclos. Existem caboclos morenos e existem caboclos brancos. Os Lara são caboclo branco. Nós morávamos na comunidade que mais tarde se chamaria São Roque - Palma Sola. Depois viemos para Linha Altaneira – Flor da Serra do Sul Pr. onde vai fazer 50 anos que moramos aqui”²⁷.

O depoente faz uma diferenciação entre caboclos brancos e caboclos morenos.

²⁴ Valdevino Pereira da Silva. 56 anos. Linha Santa Maria – São Bernardino SC. Entrevista realizada em 2009: 45.

²⁵ Moralino Antunes de Lara. 72 anos. Linha São Sebastião – Palma Sola SC. Entrevista realizada em 2009: 52 e 54.

²⁶ Avelino Grabowski. 61 anos Linha Paraíso – Palma Sola SC. Entrevista realizada em 2009: 62 e 63

²⁷ Leonardo Land. 83 anos. Linha Ataneira – Flor da Serra do Sul Pr. Entrevista realizada em 2009: 69 e 71

Isto demonstra um processo hierárquico entre estes grupos com alto teor de mestiçagem. Alguns embora caboclos se encontravam no mais alto patamar da hierarquia.

Da cidade de Clevelândia Pr. e de Nonoai no Rio Grande do Sul, vieram para a região de estudo para extrair erva, fazer safra e produzir cereais. “Minha mãe veio do Pr. e meu pai do RS. Nasci nas terras que iriam se chamar Campo Erê em 1942. Sou de origem cabocla. Porém, sigo costumes gauchescos. Meus pais vieram para cá devido a compra de terras e para extrair erva, fazer safra, produzir cereais, fazer comercio.”²⁸

Do Oeste de SC também vieram para a região de fronteira na busca de melhores condições de vida, na extração da erva mate e para produção de cereais.

“Nasci em Concórdia SC em 1918. Vim para Campo Erê em 1931. Minha mãe era descendente de índio e meu pai Italiano. Eu me considero caboclo e tenho meus costumes caboclos. Aqui na região tinha muito serviço na extração de erva mate. Embora vim para Linha Palmerinha Dionísio Cerqueira – SC porque adquiri terra.”²⁹

Da região de Palmas Pr. e de Vacaria RS vieram os pais de Aurora Land. Seu pai veio para trabalhar como tropeiro. “Nasci em 1920 em São Bento do Sul. Trabalhava como costureira até meus 48 anos. Depois que viemos para São Sebastião futura Palma Sola, casei e virei agricultora. Nós viemos para a região porque meu pai tinha muita terra, só que não valia nada naquela época”.³⁰

Devido a demora nas definições de fronteira, O Extremo Oeste de SC foi uma das últimas região a explorar a madeira e a ser ocupada pela migração. Por esse motivo esta área de estudo recebeu contingente demográfico de vários lugares que aos poucos entraram em contato com as populações nativas.

Aqueles que aqui chegavam, passaram a formar suas posses nas terras que consideravam livres de qualquer reclamação em relação à propriedade. Em função da sua maneira de viver, não se organizava para regularizar a propriedade das terras, pois isso o fixaria definitivamente a um espaço, e tornaria a busca de novos lugares para viver bem mais complexos. Isso porque a propriedade da terra tornaria a mudança de local ou de espaço de produção muito mais difícil.

²⁸ João Neir Pontes Rocha. 67 anos. Campo Erê SC. Entrevista realizada em 2009: 75 e 78

²⁹ Pedro Antônio Barbosa. 91 anos. Linha Palmerinha – Dionísio Cerqueira – SC. Entrevista realizada em 2009: 82 e 84.

³⁰ Aurora Land. 89 anos. Linha Altaneira – Flor da Serra do Sul – Pr. Entrevista realizada em 2009: 88; 89 e 90.

Os caboclos que são excedentes da mão-de-obra dos ervais e das estâncias adaptam a sua identidade camponesa aos serviços da colonização. Os principais trabalhos com a ajuda da mão-de-obra de caboclos são: a medição dos lotes; a abertura de estradas; a derrubada de mato; a extração de madeira. O trabalho dos caboclos está mais relacionado à infra-estrutura da colônia, depois que os colonos estão estabelecidos e a mata transformada em roça, a mão-de-obra do caboclo torna-se novamente excedente. Os caboclos participam da colonização com a sua mão-de-obra, mas não são incorporados por ela, no sentido de adquirir uma propriedade e se fixar nela. Vários fatores dificultam a fixação do caboclo à propriedade privada, a um lote colonial, fatores culturais relacionados à sua identidade camponesa e outros em relação a sua marginalização social. A identidade camponesa cabocla anterior à colonização, vinculada à agricultura de subsistência e com inserção mínima no mercado econômico do extrativismo da erva-mate, se caracterizava pelo semi-nomadismo, pelo trabalho coletivo e sua alimentação vinha de uma prática agrícola rudimentar, complementada com a caça e a pesca. As atividades e a mobilidade dos caboclos representavam, no conjunto, uma síntese adaptativa da vida econômico-social num processo de utilização do meio imediato, onde cultura e natureza apareciam como uma totalidade (REICHERT, 2008, p. 56).

Conforme a propriedade da terra vai se estabelecendo e envolvendo as posses do caboclo, ele migra em busca de terras ainda não ocupadas pelos colonos ou pelas colonizadoras. Continuam produzindo da mesma forma, complementando sua alimentação com a caça e a pesca. Mesmo sem ter uma prática de priorização da agricultura comercial ele participa do mercado local através dos trabalhos que realiza, normalmente na forma de empreitada, e da comercialização de seus produtos para os colonos ou para os moradores das vilas. A sua mobilidade em busca de novas terras, em especial das matas assume o mesmo ritmo que os processos de colonização e de ocupação das terras por colonos.

O avanço da propriedade da terra provoca uma ruptura muito grande na identidade do caboclo. A sua forma de vida, migrando em busca de novas terras a partir da sua transformação em propriedade, o obrigava a migrar mais rapidamente em busca de novos espaços que, a cada ano se tornavam mais raros.

As características sócio-culturais do caboclo foram pouco atrativas às instâncias políticas de escala nacional e estadual que por meio do processo político da colonização pretendiam modernizar o Estado com a sua maior integração ao grande capital internacional. Na estratégia de dinamizar as relações capitalistas sobre o território a partir da pequena propriedade agrícola, privada e produtiva, idolatraram-se as virtudes do camponês europeu que com a sua imigração ao Brasil já traria os princípios da propriedade privada e das relações capitalistas de trabalho. Sem se comprometer com algum amparo social sobre o camponês colono e caboclo, o Estado terceirizou os serviços de colonização a grandes corporações capitalistas cedendo-lhes vastas áreas de terras. Estas corporações em geral novamente subdividiam as terras que legalmente lhes pertenciam e as comercializavam a empresas de colonização, que por sua vez efetivavam a ocupação da área por colonos com a venda dos lotes agrícolas. Os camponeses caboclos, não tendo a incorporação de valores capitalistas como a concepção da propriedade privada da terra e a produção de excedentes com a ideia de acúmulo, deixaram de ser incluídos nos projetos de colonização que se desenvolviam a partir da especulação do mercado da terra (REICHERT, 2008, p. 179).

O conceito de progresso e de desenvolvimento defendido pelos espaços governamentais e pelas empresas colonizadoras excluía a forma de vida dos caboclos. Esses eram considerados como mão-de-obra desqualificada para algumas tarefas a serviço do próprio processo de colonização.

Na medição de lotes rurais, na derrubada e arrasto da madeira, nas serrarias, nas roçadas necessárias para que os colonos implantassem as suas lavouras e algumas outras tarefas similares o caboclo era considerado a mão-de-obra mais adequada.

A adequação do caboclo, no entanto, era extremamente útil na medida em que, assumindo esses serviços, deixava de suas atividades nas posses, passando à condição de assalariado ou de tarefeiro, que assumia empreitadas em troca de pagamento.

O seu afastamento das posses era muito importante para as colonizadoras porque deixava as terras livres para serem vendidas para os colonos. Por outro lado, alguns caboclos eram contratados para convencer outras famílias caboclas a deixarem as suas terras, normalmente com métodos violentos e de intimidação.

Os governos da época consideravam o colono como portador do progresso e que deveria ser incentivado em sua produção. A forma de atraí-lo para as regiões era, principalmente, pela oferta de terras de qualidade e a preços bem acessíveis. Para os caboclos que viviam no local, e que poderiam ser considerados como população nativa, não havia incentivo algum. Ao contrário, as empresas e instituições públicas normalmente procuravam apoiar as ações que levassem à sua exclusão social.

[...] a instituição estatal cumpre o papel de tornar iguais os diferentes, não na perspectiva de sua inclusão como diferentes, mas na busca de uma homogeneização a partir de um padrão referencial, o qual é sustentado por um conceito peculiar de racionalidade. Entendemos que, dadas as particularidades do modo de produção capitalista, a medida que o Estado promove um processo de igualização das diferenças, fomenta, como consequência, a competição entre os sujeitos sociais, na perspectiva de uma seletividade, no âmbito da ocupação dos espaços sociais, entre os considerados 'qualificados' e os 'não qualificados' a serem 'incluídos' no modelo referencial de sujeito social e de sociedade (BONETTI, 1998, p. 44).

A própria ação governamental descrita acima já afirma um processo de exclusão social que levou ao afastamento das populações caboclas em todo o extremo-oeste de Santa Catarina.

É importante entender que nem sempre essa exclusão foi feita de forma violenta. A desocupação muitas vezes eram em forma de pedido verbal, outras eram em forma de ofertas de compra da terra. Como a maioria não dispunha de bens e nem dinheiro havia

uma outra proposta que era oferecer um outro lugar para morar.

O próprio caboclo foi se sentindo excluído e foi abandonando os locais em busca de novas oportunidades de vida que lhe permitisse viver com maior proximidade dos seus costumes.

O respeito ao direito de quem tinha a propriedade da terra foi uma das características marcantes desses grupos sociais. O legalismo era uma forma de relação social. Esse respeito à propriedade era refletido, também à autoridade instituída.

É evidente que houve muitas exceções, quando caboclos passaram a reagir de forma violenta às pressões para a sua saída das terras.

No caso da família Lara, descendentes do patriarca que no século XIX adquirira uma enorme quantidade de terras na região, sua forma de vida foi mudando a cada geração. De elite proprietária de terras passaram a ser despossuídos, que, de acordo com suas alegações no processo de transmissão de propriedade da área colonizada, foram expropriados de forma fraudulenta. No entanto, o processo judicial se arrastou por tanto tempo que tornou impraticável a reversão da propriedade, pois a empresa vendeu toda a terra para colonos, fragmentando toda a área em milhares de pequenas propriedades.

3. As experiências de Vida do Caboclo de Palma Sola e Arredores

As entrevistas realizadas no Município de Palma Sola Santa Catarina e arredores foram feitas com pessoas que se identificaram como caboclos³¹. Elas permitiram gravar suas falas e redigir suas experiências de vida para a construção da narrativa em relação ao modo de viver e de se comunicar tendo como objetivo a buscar nos diálogos sua ligação com esta categoria.

Figura 03: Avenida Crestani, em Palma Sola, 1950. Aos fundos o seminário em construção



Fonte: Acervo Particular de Terezinha Zandoná Crestani.

Esta classe social teve uma identidade construída num sistema de representação individual e grupal. Neste horizonte, o contato entre Kaingangs, guaranis, brancos e negros formou uma nova geração populacional denominada de caboclo, miscigenada pelo contato de várias culturas. O estilo de vida, normalmente no meio da floresta, era predominantemente dedicado à subsistência, a partir dos recursos naturais presentes ao redor de sua moradia e complementada com pequenas roças implantadas em clareiras

³¹ Na bibliografia e nas categorias usadas quotidianamente, o termo caboclo, às vezes aparece referindo a miscigenação do branco com o índio, também chamado de mameluco. Outras vezes do negro com o índio, também chamado de cafuso ou entre si como a do mameluco e do cafuso.

abertas através da derrubada ou da roçada.

No extremo oeste de SC, o surgimento do caboclo ocorreu da composição de vários elementos culturais. Os que descenderam de europeus, os índios, os brancos e negros. Viviam aqui como na maior parte de nosso país. “Os caboclos eram os descendentes da fusão de índios, brancos, negros. Além desses, os tropeiros e bandeirantes que andavam pelo nosso estado. Os negros eram em número muito reduzido nessa região” (GURGACZ, 2004, p. 76).

Entretanto, no final da década de 40 do século XX, houve uma partilha cultural que alterou ainda mais estas características grupais, ou seja, do pequeno roçado, da extração da erva-mate, de caçador, pescador, passou a ser o descascador de pinheiro, o arrastador de toras, o abridor de estradas e o diarista da serraria e mais tarde, na maioria das vezes residente em bairros, cortiços na periferia da cidade e assalariado.

A presença das companhias colonizadoras a partir de 1945 também influenciou significativamente. Gaúchos das antigas colônias do Rio Grande do Sul e outras regiões sentiram-se despertados por terra boa e condições favoráveis de pagamento. Porém, com a migração do sul principalmente, criou-se uma cultura híbrida de caráter relacional com os que aqui se encontravam.

As novas relações entre a miscigenação étnica nos diferentes estilos de vida somente foram discutidas com as lembranças. Neste horizonte, a memória nos faz voltar ao passado para melhor compreender a identidade.

Nesta perspectiva, pode-se observar nos depoimentos, que a formação da sociedade brasileira foi composta por várias etnias. Embora no extremo oeste predominasse a miscigenação do índio com o branco, a presença de vários povos e várias nações produziu uma diversidade cultural muito rica.

A definição de um povo ou de uma nação a partir de aspectos físicos, como estatura ou cor, desqualifica e carrega de preconceito toda e qualquer organização social. Isto ocorreu na relação estabelecida entre europeus e os nativos da América. Em toda a história brasileira, os europeus ou seus descendentes sempre tiveram uma posição de superioridade que impunha aos demais povos, tanto indígenas quanto africanos e suas descendências e miscigenação a pecha de raças ou povos inferiores e, a partir dessa pretensa superioridade, impuseram formas abertas ou camufladas de segregação social com base no conceito de raça.

De maneira geral, índio é todo o povo nativo da América, Porém, sabe-se que

isso é um equívoco de Cristóvão Colombo quando aportou nas ilhas caribenhas em 1492 pensando ter chegado às índias.

Embora tenha sido uma generalização por parte dos europeus em relação aos povos que se encontravam na América, não foi levada em consideração a diversidade cultural entre os mais variados grupos humanos, mantendo-se uma visão apenas de povos nativos e atrasados.

A presença de descendentes de nativos é bastante acentuada no extremo oeste. A família Lara que ocupa essa região desde o século XIX, pode demonstrar este fato pelos contatos que estabeleceram em forma de casamentos e no convívio social que constituíram pelos anos que aqui residem.

Meu avô Antônio Antunes de Lara casou com custódia Maria da Rocha (índia kaingang). Meu pai contava que aproximadamente na última década do século passado XIX, minha avó Custódia perdeu um filho uma vez de medo dos índios, chegou um e em sinais pediu para meu avô se podiam ficar ali, meu avô disse que sim, em dois dias encheu de índios. Minha avó ficou nervosa se assustou perdendo o filho que estava esperando. Eles comeram nove vacas em nove dias. Ai meu avô mandou chamar um linguará (tradutor) e os índios explicaram que estavam de passagem e depois foram embora agradecendo a hospitalidade.³²

A forma como os nativos eram vistos pelos entrevistados manifesta a maneira como eram tratados com temor e de forma discriminatória. Entretanto, a índia Custódia Maria da Rocha era filha do Capitão Rocha e esposa de Antônio Antunes de Lara. Essa relação demonstra que os contatos com os Kaingang nem sempre eram atemorizados e que também havia alianças e relações amistosas.

A presença de índios era considerada ameaçadora por serem considerados selvagens, envolvendo aí um conceito de ausência completa de civilização. Pelo jeito não tinham considerações nenhuma e podiam ser equiparados com animais não domesticados e, em função disso, muito perigosos. Acrescenta-se ainda sob essa relação à existência de índios e bugres.

Quando o pai chegou aqui índios não tinham mais somente bugres. O índio era visto como um indivíduo perigoso. Os brancos para ter contato tinham que caçar os índios e amansar. Os índios eram vistos como uma nação perigosa e que eram contra as leis, as demarcações de terras etc. Como descendente de índio senti que muitas vezes fui desprezado, mas aprendi a ser obediente.³³

³² Moralino Antunes de Lara. 72 anos. Linha São Sebastião – Palma Sola SC. Entrevista realizada em 2009: 50; 51.

³³ Pedro de Abreu. 86 anos. Palma sola SC. Entrevista realizada durante o ano de 2001: 01; 02

O depoente em relação a comunidade tinha pudor se parecer como nativo, por esse motivo preferiu assimilar e obedecer as normas segundo a sociedade da época . Sentir-se como índio ou como bugre³⁴ era aceitar a inferioridade. Isso demonstra que a população local, já tinha construído um protótipo de vida e assemelhar-se com eles seria inferiorizar-se.

Os nativos não eram vistos como hoje. Apesar de cultura diversa eles eram vistos de uma forma não civilizada. As relações eram esporádicas e difíceis, mais existiam. O próprio Pedro de Abreu era filho de uma índia com um argentino.

Embora considerado caboclo, o depoente analisa a partir da visão já existente na comunidade. A maneira deturpada e estigmatizada em relação aos nativos seria construída em torno de si devido a influência da sociedade que estava tendo duras transformações.

A relação nem sempre era boa. Muitas vezes a competição pela posse das terras tomava forma de conflitos entre colonos e bugres. “Além disso, eram muito freqüentes as lutas entre os colonos e os “bugres” – era assim que os imigrantes chamavam os indígenas” (FIORI & LUNARDON, 2004, p.64).

Com o início da derrubada e a comercialização da madeira na década de 1930, grande parte de nativos se ausentaram muitas vezes sem conflito. “Quando chegamos aqui tinha poucos índios, lembro de dois casais de índios que viviam na comunidade onde hoje é Cerro Azul. Eles viviam se escondendo nas matas de medo dos brancos. Depois os índios fugiram para a Argentina deixando uma índia com dois filhos que mais tarde foi embora com os ciganos.”³⁵

Em muitos casos, como o da depoente, os estigmas e a derrubada da matas fizeram com que alguns índios vivessem isolados, forjando uma segregação. No entanto, temos lugares no Estado de Santa Catarina que os indígenas resistiram.

Mais ao litoral catarinense, mais precisamente onde se localiza hoje a cidade Ibirama grupos de Xokleng resistiram até a morte.

No início do século XX, com o objetivo de acabar com esses conflitos, o governo e particulares começaram a contratar homens especializados em “caçar índios”. Estes passaram a ser denominados de “bugreiros”. Comandavam um grupo de pessoas, 10 ou 15 homens, e

³⁴ Bugre – Indivíduo dos bugres, tribo indígena. Indivíduo da região entre os rios Iguaçu, Piquiri e as cabeceiras do Uruguai. Indivíduo desconfiado, arredo, bravio, inculto, grosseiro, rude. FERREIRA, 1986: 291

³⁵ Maria Zilda Pereira. 77 anos. Palma Sola SC. Entrevista realizada durante o ano de 200: 17.

penetravam mata adentro em busca de populações indígenas; costumavam atacar os acampamentos indígenas à noite. O objetivo dos “bugreiros” era dominar os Xokleng, mesmo que precisassem matá-los. Diz-se que as mulheres e as crianças podiam ter melhor sorte e serem poupadas; os índios fortes, capazes para a luta eram mortos (FIORI, 2004, P. 64).

Conflitos com indígenas ocorreram e ocorrem em todo o Brasil principalmente antes de criar o Serviço de Proteção aos Índios (SPI)³⁶ em 1910. Embora o interesse fosse acalmá-los sem conflito, tinha a finalidade de segregá-los para locais impróprios a terras cultiváveis. Às vezes eram os governos, outras vezes grupos particulares que contratavam bugreiros.³⁷ “Os brancos acostumados a fazer grandes plantações para acumular capital foram tirando a mata que é fundamental para a vida dos índios”³⁸

Sozinho gastei mais de vinte balas. O falecido Zé não sei quanto gastou. Nem sei quantos morreram. E olha que a gente era só dois, já não era como antigamente, quando os companheiros de tropa eram quinze, vinte. O Martinho limpou a região até para os lados de Curitiba. Mas para o Sul Araranguá e fronteira com o Rio Grande já tinha outros. Era Natal Coral, o Maneco Ângelo, o Veríssimo (AUED, 1999, p. 15)

Conforme o que já foi exposto sobre as companhias colonizadoras, os depoentes também trazem em sua memória expropriação de muitos nativos. Algumas vezes fazendo alianças e convivendo pacificamente, outras vivendo em competição ou conflitos.

Porém, o objetivo das colonizadoras era vender seus lotes sem ninguém estar reivindicando suas posses. Isto fez com que muitos índios e caboclos se deslocassem ao Sudoeste do Paraná ou para a Argentina

Houve vários casos de resistência, pois os nativos dessa região no século em fins do século XIX, também entravam em conflitos com outros grupos pela disputa de espaço, alimento e por diversidade cultural.

³⁶ O SPI (Serviço de Proteção ao Índio) é um órgão federal que atuava na recolocação dos indígenas “que não eram mortos” e que eram expropriados de suas terras, recolocando-os em locais onde o governo decidia. Isso facilitava as colonizadoras, pois as terras melhores poderiam ser negociadas sem que os indígenas atrapalhassem o processo de instalação dos colonos nessas áreas. Para os índios eram dedicadas as terras de difícil acesso, geralmente em beiras de rios de locais impróprios para a agricultura e pecuária.

³⁷ Bugreiro - Caçador de bugres. Sílvio Coelho dos Santos conseguiu localizar em 1972 o bugreiro Ireneo Pinheiro em Santa Rosa de Lima no Rio Grande do Sul. Ireneo auto-identificado como caçador de índios. O original deste depoimento foi publicado em Homem. São Paulo: Abril Cultural, 1976, ano 1, n.9.

³⁸ Pedro de Abreu. 86 anos. Palma sola SC. Entrevista realizada durante o ano de 2001: 02

Sabe-se que há talvez 5 anos, parte da tribo de – guaranys – emigrando do Rio Grande em busca de um novo aldeamento nesta província, foi cruelmente batida nas proximidade do Goio-En³⁹ pela dos Coroados, por ignorarem estes o idioma daquela e a reputarem inimiga. O combate foi sanguinolento e grande a mortandade entre os grananys, que eram inferiores em número. Nesse combate, os kaingang aprisionaram vários granany e lanharam as solas de seus pés para que eles não fugissem, e os que fugissem ficavam dispersos na região. (MOTA, pg. 130)

Se estas competições entre nativos fossem analisadas coerentemente observaremos que os meios de competição entre guaranis e kaingangues eram relativamente proporcionais em termos de armas. Enquanto que os dos bugreiros, dos fiscais de terra, dos jagunços que serviam as companhias eram totalmente desproporcionais.

Embora o Serviço de Proteção aos Índios fosse órgão público criado em prol dos nativos, não foi dessa forma que agiam na maioria das vezes. Em muitos casos este órgão estava a serviço do governo e de companhias colonizadoras.

O Serviço de Proteção aos Índios, que há quasi 40 anos vem atuando no Paiz, passou agora a ser Serviço de Perseguição aos Índios.

Ha muito tempo não temos noticia do S.Ex^a. o Sr. General Candido Mariano da Silva Rondon. Que dirá S. Ex^a.?

Mas nas esferas governamentais deve haver autoridade justas e dominadas por espírito de humanidade. Não acreditamos que a ignorância, a venalidade, a falta de critério, ou de bom senso, a ambição e má fé seja regra geral. (CAMPOS, 2004, p.61)

Essa matéria escrita em 1948 e publicada no Jornal a Voz de Chapecó demonstra a indignação de Antônio Selistre de Campos e se refere a uma gleba de terras entre os rios Chapecó e Chapecosinho de 83.066.300 metros quadrados. Esta área foi reservada aos índios coroados ainda pelo governo do Paraná em 1902, para habitação e uso. A mesma estava sendo adquirida por uma procuração em causa própria a um particular por interesse de comercialização da madeira e das terras. Portanto, os nativos teriam que passar ao outro lado do rio para desocupar a área (CAMPOS, 2004, p. 61-93).

A forma de ocupação do território em direção ao oeste a (Marcha para o Oeste) na maioria das vezes foi de forma violenta. O governo investia no imigrante para produção e circulação de bens. As companhias para explorar o extrativismo da madeira

³⁹ O Goio-En situa-se as margens do Rio Uruguai e é distrito de Chapecó. Próximo desse local começou a ser construída aquela que possivelmente seria a cidade de Chapecó. No entanto os colonizadores decidiram construir uma cidade em outro local, e próximo cerca de 20 km desmataram o espaço que é hoje a cidade. Mas os primeiros colonos que vinham para se instalar aqui tinham a cidade no Goio-En. Hoje nesse espaço está a vila de Marechal Bormam que é o primeiro local a ser ocupado por colonizadores na região.

e lucrar com o comércio das terras.

Nas primeiras décadas do século XX, muitos italianos que migraram para a região de fronteira estabeleceram convívio social com outras etnias. “Meu pai era italiano e eu não cheguei a conhecer, pois, fui criado por padrasto que era caboclo. Minha mãe, Maria Antônia Barbosa era índia”.⁴⁰

Esse foi um traço característico de boa parte dos primeiros migrantes que chegaram ao Extremo Oeste. A presença de outros grupos sociais na região permitiu o estabelecimento de relações que, pela forma como atualmente se consideram seus descendentes, passou a adotar elementos culturais e promover miscigenações com esses grupos, alguns até assumindo uma identidade cabocla em função dessa miscigenação. Outros se adaptando em uma nova forma de viver.

Os contatos sociais até a década de 1930 eram menos intensos. A região do extremo oeste é banhada pela bacia hidrográfica do Rio Uruguai e estava coberta de vegetação de mata de araucárias e floresta decidual.

A mata de araucárias, nas encostas ocidentais das serras, onde predominam as araucárias (pinheiros), cercadas por canelas, imbuías, ervas-mates, além de arbustos de várias espécies e forração vegetais variadas. A floresta decidual, no oeste catarinense, onde dominam espécies que perdem as folhas no inverno, como a grápia, o angico-vermelho, a guajuvira, a canafistula, a canela, peroba, cedro, palmito, figueira, guamirim e muitas árvores, cipós e arbustos (QUEVEDO, ORDOÑEZ & SALES, 1997, p. 15).

A mata representava vida a todos os que habitavam. Nela sobreviviam animais de grande diversidade. Dela retirava-se o que era necessário a sobrevivência, a culinária e a medicina cabocla.

As fontes ou nascentes dos rios eram indispensáveis aos caboclos como água potável. “Tenho algumas tradições que conservo e uma delas é tomar água na fonte e lavar o rosto. A água da fonte não dá amarelão”.⁴¹

As águas thermais daquela região são muito procuradas pelos passaros e pelas caças. Parece haver nellas alguma substância ou qualidade apetecível ou buscada pelo próprio instinto animal. Talvez a temperatura, em uma região em que faz frio em certo período do anno. Os animais são guieiros do homem na descoberta dessas fontes. (...) Numa árvore vizinha de uma dessas thermas completamente coberta por bando de passaros, que lhe davam um aspecto curioso e raro de belleza. As thermas de Chapecó representam uma das imensas riquezas daquela região privilegiada que ainda ha de ser, senão a capital econômica de Santa Catharina (COSTA, 1929, p. 37).

⁴⁰ Pedro Antônio Barbosa. 91 anos. Linha Palmerinha – Dionísio Cerqueira – SC. Entrevista realizada em 2009: 82; 83.

⁴¹ João Neir Pontes Rocha. 67 anos. Campo Erê SC. Entrevista realizada em 2009: 78

A água dos rios era potável e havia uma diversidade de peixes muito grande. “As água dos rios eram boas e tinha bastante peixe, nós tomávamos até água do rio. Hoje em dia não dá mais tem veneno”.⁴²

Quando o autor relaciona ao antigo Chapecó está relacionando a parte da região do oeste e toda do extremo oeste e quando ele se refere as águas termais são as de Irahya, que significa “água de mel”, dada pelos índios a essa estância (COSTA, 1929, p. 37).

Estas características de raras belezas da fauna e da flora atraíram grande quantidade de imigrantes a prática o extrativismo da madeira e ao cultivo de cereais. Impressionados com a propaganda da época, os que migraram sentiram-se desamparados por muitas vezes.

Essa riqueza natural da floresta como o pinhão, a carne de caça e pesca mais o milho e a mandioca cultivada pelos nativos proporcionavam condições favoráveis à alimentação a todos inclusive aos imigrantes. Entretanto essa região era pouco conhecida pelos governantes nas primeiras décadas do século XX e muitas vezes denominada de “sertão desconhecido”

O sertão nacional, na forma como os confinantes se expressavam nos documentos de legalização dos extensos campos, escondia seus mistérios, flora, fauna e seus moradores: índios e caboclos, cujo lugar no mundo estava demarcado. Aqueles que viviam no sertão nacional valiam-se de plantas, cipós, tubérculos, folhas e frutos para alimentação e remédios. Com o declínio da pecuária e o incentivo à imigração para a colonização, a mata torna-se riqueza. Nas primeiras décadas do século XX, a madeira foi um dos principais esteios econômicos da região e resultou na acumulação primitiva de muitas fortunas regionais (CEOM, 2008, p. 15).

As riquezas naturais que se encontravam representavam sobrevivência para a maioria da população local nas primeiras décadas do século XX. Porém serviriam ao acúmulo de capitais para muitas outras que ali chegariam. Embora os nativos e os caboclos comprometessem o sucesso comercial da madeiras e das terras devido suas posses, a relação de proximidade foi essencial principalmente para o imigrante que teve que se adaptar a uma nova realidade e sobreviver com a ajuda daqueles já estavam nesta região.

⁴² Aurora Land. 89 anos. Linha Altaneira – Flor da Serra do Sul – Pr. Entrevista realizada em 2009: 91.

3.1 Um estilo de vida

Morando em casas simples, para se manter, além da caça, pesca e da coleta de frutos silvestre, os caboclos praticavam uma agricultura de subsistência. Cultivavam o milho, a mandioca, o feijão e a criação do porco solto (safra). Entretanto, a extração da erva-mate era atividade mais praticada, tanto para o consumo, quanto para a troca e às vezes até para a venda, principalmente quando tratava de comprar sal, ferramentas, pólvora, espoleta e tecidos.

As habitações caboclas geralmente eram rodeadas de varas com forquilhas, amarradas com cipó ou presas com uma espécie de cavilha. Cobertas com uma esteira de taquara trançada, preenchida de folhas de coqueiro e capim. No assoalho era posto cinza úmida que servia como repelente aos insetos e parasitas. “Na maioria das vezes tinha casas com paredes e assoalhos de madeira bruta lascada ou falquejada coberta de tabuinhas também lascadas uma sobreposta à outra.”⁴³

“A casa era feita de madeira talhada e coberta com tabuinhas também talhadas com o machadinho, uma parte era sem assoalho e tinha a biriva (cozinha de chão) que se fazia o fogo no centro para se aquecer no inverno e também para cozinhar no trempe. Era um local de contar causo e tomar chimarrão”.⁴⁴

Ao lado do fogo na cozinha de chão era o local de prosa. “O caboclo não duvida de visagem, lobisomem, saci pererê. O caboclo lê a natureza, observa e interpreta. Se o galo cantar em frente à porta da casa é sinal que vai ter visita”.⁴⁵

Em muitas residências não havia repartições nem um prego sequer. Paredes, cobertos, assoalhos, tudo era construído pelos membros da família de acordo com a disponibilidade que existia no momento. A cadeira era um cepo de madeira. O colchão era de tecido preenchido de palha de milho. O travesseiro também de tecido com pena. A gamela feita de madeira esculpida com brasa. O pilão que servia para socar erva mate, descascar arroz, fazer canjica, farinha de beiju e outros.

Dentro de casa se fazia baile, mas trabalhava-se muito. Ganhei uma máquina de costura de meu

⁴³ Pedro Antônio Barbosa. 91 anos. Linha Palmerinha – Dionísio Cerqueira – SC. Entrevista realizada em 2009: 86.

⁴⁴ Valdevino Pereira da Silva. 56 anos. Linha Santa Maria – São Bernardino SC. Entrevista realizada em 2009: 49.

⁴⁵ Pedro Antônio Barbosa. 91 anos. Linha Palmerinha – Dionísio Cerqueira – SC. Entrevista realizada em 2009: 87.

pai e aprendi a costurar. Costurava para toda a família roupas de todo o tipo, inclusive colcha de retalho. Aprendi a fazer chapéu de palha de trigo, de folha de butiá, de palha de milho e outros que até nem me lembro. Fazia também cestos de taquara, peneira, e até laço de couro. ⁴⁶

As atividades eram desenvolvidas para suprir as necessidades da época. Embora, alguns produtos feitos em casa nem se encontravam para a venda. Era comum na época desenvolver atividades artesanais. Além de tempo disponível, as prioridades eram outras.

Figura: 04 Residência de Arlindo Antunes de Lara (1893-1970) na década de 1950.



Fonte: Acervo particular da família Lara.

A casa era coberta de tabuinha e tinha a biriva constituída de chão com cinza úmida. Próximo a Arlindo o primeiro jipe a circular na região. A construção era típica da região, construída toda de madeira, pela abundância existente em todo o território.

Na década de 1930, o deslocamento entre uma residência e outra ou entre uma cidade a outra era através de picadas. Em depoimento, Pedro de Abreu afirmou que as primeiras trilhas teriam sido abertas pela família de Vicente Antunes de Lara por volta de 1871. Os objetivos eram de ocupar as terras compradas e comercializar erva cancheada com os argentinos. “Vicente fixou morada nos Campos dos Erê e quando seu pai (Pacífico de Abreu) chegou à região, já tinha aberto várias clareiras e estradas no

⁴⁶ Aurora Land. 89 anos. Linha Altaneira – Flor da Serra do Sul – Pr. Entrevista realizada em 2009: 92

meio da mata por volta de 1871. A picada era para ligar o extremo – Oeste e Argentina – para venda de erva-mate”⁴⁷.

Conforme já foi comentado, a família de Pedro de Abreu veio da Argentina para o Brasil no início do século XX. Como seu pai ficava por certo período nesta região na extração da erva, começou também a produzir um roçado para o trato dos animais e para consumo próprio. Embora estivesse a serviço, Pacífico de Abreu resolveu permanecer depois de ter “casado” com uma índia Kaingang.

Figura 05. Avelino Grabowski (socando erva mate) em sua residência em Linha Paraíso – Palma Sola.



Fonte: Acervo particular da família Debona.

O hábito da roda de chimarrão era constante em Palma Sola. Porém, esse também era o costume de muitos nativos dessa região. Aqui ninguém se importava de alguém tirar um feixe de erva, pois tinha em grande quantidade nas matas da região.

⁴⁷ Pedro de Abreu. 86 anos. Palma sola SC. Entrevista realizada durante o ano de 2001: 02

De acordo com Gomes, os índios a chamavam a erva-mate de “caa”(GOMES, 1953-1954, p. 103-206). Também é conhecida aqui na região como congonha. Já o termo *Ilex Paraguariensis* é utilizada por ervateiras aqui do município para especificar seu nome científico. Essa erva era utilizada pelos nativos muito antes dos portugueses terem chegado ao Brasil.

O uso do mate é conhecido desde as chegadas dos colonizadores no Brasil e no Paraguai. As primeiras notícias concretas datam de 1541. Os documentos falam de uma bebida usada pelos nativos na região do Guairá, como verdadeiro vício. (...) o hábito se generalizou desde o Peru ao Rio da Prata (COSTA, 1995, p. 35).

O hábito do chimarrão é cultivado em praticamente todos os países da América do Sul até nossos dias, desde os nativos, caboclos e imigrantes. Tomado com água quente Chimarrão ou com água fria tererê ou ainda na forma de chás.

Figura 06. Erva mate pronta para ser transportada ou vendida.



Fonte: Acervo fotográfico da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão Paraná.

Embora a extração da erva tenha contribuído significativamente no “reconhecimento regional” do extremo oeste de Santa Catarina, ela tornou-se um

produto consumido pela grande maioria da população e um produto comercial até nossos dias.

“Nós (Abreu), os Lara, Cabral, Amaral, Rocha, Piruchim praticamos o extrativismo da erva. Além do consumo próprio, era uma forma rentável para a sobrevivência. Durante as primeiras décadas do século XX, era comum levar erva cancheada para a Argentina e de lá trazer sal, farinha, banha e carne”.⁴⁸

O processo da colheita era sazonal, ou seja, no período após o amadurecimento da semente e do brotamento. “O período entre safra na época era de quatro em quatro anos nos meses de janeiro e maio. Esse intervalo seria indispensável ao novo brotamento as novas ramificações sem prejudicar a árvore. Getúlio Vargas organizou a safra de erva, pois os ervais estavam morrendo”⁴⁹.

A prática da colheita consistia em primeiro lugar construir uma esteira de taquara lascada conhecido como raído, seguido da retirada da vegetação de maior porte que estava ao redor da árvore, para estende-lo ao seu redor formando uma cama para facilitar o recolhimento do produto. Em seguida o coletor subia na árvore e passava quebrar os ramos com as mãos ou cortá-los com um facão, deixando-os cair ao redor da árvore, sobre a cama de vegetação preparada antes. A colheita da erva-mate é uma forma de poda da árvore, quando seus galhos menores e mais tenros são aproveitados e o restante da galhada é mantida para uma nova brotação que ocorre no período de descanso da planta.

O corte ou a poda das erveiras é feito manualmente com facão ou foice. Existem árvores com mais de doze metros de altura. Geralmente o corte é realizado por homens, sendo que mulheres e crianças ficam reunindo os galhos cortados em feixes que serão levados para a operação do sapeco. O corte mutila, mas não prejudica a árvore que levará de até cinco anos para se regenerar e sofrer novo processo de corte. O sapeco é feito sobre o fogo, a ação rápida das labaredas faz com que as folhas percam parte da umidade, evitando que ela escureça e adquira um sabor desagradável. Após isso a erva é submetida a uma secagem que dura de dez a doze horas, em instalações de calor intenso, como um forno e sem contato com a fumaça. Terminada a secagem, a erva é triturada e fragmentada, depois peneirada. A atividade do produtor local termina com o peneiramento da erva-mate, que assim se constitui na matéria-prima para os engenhos de beneficiamento (COSTA, 1995, p.26-27).

A população local da época que estudei tinha o hábito de cortar os ramos de maneira transversal, isso seria necessário para não acumular água na extremidade do ramo e não vir a danificar toda a árvore. Após o corte eram reunidos os ramos e

⁴⁸Pedro de Abreu. 86 anos. Palma sola SC. Entrevista realizada durante o ano de 2001: 02 e 03

⁴⁹Moralino Antunes de Lara. 72 anos. Linha São Sebastião – Palma Sola SC. Entrevista realizada em 2009: 53

sapecada em seguida reunia-se os ramos em feixes amarrados com taquara fina lascada.

Em seguida era desidratada nos carijos (instalações rudimentares cobertas de folhas de coqueiro preenchidas de capim rabo de burro). Entre o teto e chão fazia-se uma armação com varas de forquilhas onde eram colocados os feixes de ramos e folhas amarrados.

Protegida das intempéries e com fogo embaixo, em poucos dias estava pronta para ser cancheada, ou seja, quebrada com mangual (pedaço de um galho seco que servia como um facão de madeira para quebrar os pedaços maiores dos ramos) em cima de um raído ou de uma lona (cancha).

Pronta para ser socada no pilão ou monjolo ⁵⁰, grande parte servia ao consumo. Outra parte era ensacada em bolsas ou bruacas (malas de couro postas transversal no lombo de burros para ser transportada até seus destinos) a maioria das vezes até a Argentina.

Figura 07. Representação de uma comitiva na região transportando mercadorias no lombo de burros.



Fonte: Acervo fotográfico da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão Paraná.

⁵⁰ MONJOLO: equipamento para o soque da erva-mate constituído por um recipiente de madeira onde era colocada a erva-mate sapecada e que passava a ser socada por um braço de madeira acionado pela água que caía de forma intermitente na outra extremidade do braço de madeira. O princípio de funcionamento era o da gangorra. Na extremidade onde caía a água era feita uma cavidade na madeira para que, quando cheia, erguesse a outra extremidade. Na medida em que a água provocava o rebaixamento da extremidade da madeira em função de seu peso, a água saía da cavidade, elevando-se ao seu nível normal. Na volta provocava a batida da outra extremidade na erva-mate, provocando sua trituração.

As tropas de muares variavam muito em números de animais e tipos de transportes. No caso da congonha às vezes tinha quinze ou até vinte animais de carga comandados por três ou cinco homens e orientadas por uma madrinheira ou madrinheiro (animal mais experiente que puxava a frente para os outros seguirem um amarrado no outro).

Depois de cavalgar o dia todo no lombo de um cavalo ou de um burro, era hora de encontrar um pouso para o descanso. Alimentar-se e alimentar os animais era prática de todo o tropeiro quando iria passar a noite. Primeiro desencilhar os animais, cuidá-los e em seguida fazer uma fogueira.

Demos aos nossos animais taquara verde ou cará, bambu verde e milho que havíamos trazido. Para nós próprios chamejava uma clara fogueira perto do rancho; assava-se carne-seca num espeto e preparava-se café. A carne-seca com farinha foi comida com a mão e o café foi tomado no copo de chifre (feito de chifre de gado). Depois cada um arrumou seus arreios; os animais, para protegê-los das onças, foram trazidos para bem perto do rancho e ao nosso lado estavam as pistolas carregadas, espingardas e facas. Certamente, se as onças e bugres se achessem contra nós, mal lhes adviria (se dariam mal). Por isso se mantiveram quanto possível longe de nós; a nossa fogueira foi conservada, ao passo que nós, cada um por sua vez, dormíamos excelentemente. E quando rompeu a manhã de 09 de junho, estava bem disposto todo o grupo de viajantes, inclusive cavalos e burros. Com o resto do jantar fizemos o pequeno almoço (café da manhã) e prosseguimos (AVE-LALLEMANT, 1980, p. 48).

O médico Robert Ave-Lallemant em 1858 descreveu sobre o interior de Santa Catarina quando realizou uma viagem a cavalo em direção ao seu interior. Apesar das dificuldades enfrentadas, ele e um caboclo que o acompanhava como guia conseguiram lograr êxito.

Os caminhos percorridos no Extremo Oeste não eram diferentes. Além dos perigos com animais da selva eram rudes. Muitos deles eram feitos a facão, foice, machado, pás e picaretas.⁵¹ Durante o trajeto fazia-se paradas nos pousos a futura Palma Sola era referência para os transeuntes, pois existia uma palmeira com três copadas que se localizava onde fica hoje a praça central que servia de orientação. As paradas normalmente eram perto de nascentes de água e comida para os animais.

Nas comitivas realizadas pelos tropeiros, todo o cuidado era pouco. Além dos animais ferozes não estavam livres de serem roubados. Eram comuns assassinatos de mercadores que faziam o comércio. As sucessivas vezes a que acontecia era devido à

⁵¹ Pedro de Abreu. 86 anos. Palma sola SC. Entrevista realizada durante o ano de 2001: 02.

impunidade de quem os praticavam.

Figura 08. Representação de porcos levados a pé e a cavalo aos grandes centros.



Fonte: Acervo fotográfico da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão Paraná.

Os tropeiros enfrentavam muitas dificuldades em suas viagens para realizar o comércio da erva, do gado e principalmente do porco solto.

O trabalho dos tropeiros era pesado. Além dos péssimos caminhos, havia onças e bugres. Em cada pouso era preciso descarregar toda a carga. Comida preparada por eles mesmos. Dormir nos galpões ou no relento, sobre os arreios, envolto na capa, às vezes molhada. De madrugada pegar as mulas, mantidas unidas pela madrinheira presa no laço, correr pelo mato atrás de alguma fujona. Depois encilhar uma por uma, sem uma troca de arreios, as vinte trinta e quarenta mulas e tocar-se pelas picadas do mato, pelos peraus da serra, nas travessias perigosas dos rios, quase sempre na lama, à chuva, ao frio (DALL'ALBA. 1986, p. 134).

Dall'albra traz presente lembranças que estavam na memória do povo da região do Vale do Braço do Norte e Orleans no sul de Santa Catarina através da figura do tropeiro.

O preparo para fazer um frete dava trabalho. Primeiro o tropeiro tinha que levar consigo milho para o trato das mulas, conferir os arreios, as bruacas, os pelegos, os

freios, o laço, a badana e tudo o que precisava para uma boa encilha ⁵². Depois os utensílios indispensáveis às refeições como panelas de ferro e o trempe ⁵³. Além da carne seca, a farinha o cantil, a faca aparelhada e a garrucha.

Meu pai ficou sabendo que era possível fazer frete. Então resolveu vir para cá trazendo consigo 24 burros que carregavam em média 240 quilos cada animal. Quando a viagem era para Argentina demorava três dias. Normalmente passava pela “Sanga do farelo”. Localizada hoje próxima ao posto de gasolina Texaco centro de Palma Sola – SC. Era chamada de “Barreiro” devido à freqüente entrada e saída dos animais do mato que vinham beber água ⁵⁴.

Pedro Mello dos Santos e Olga Mello dos Santos vieram de Vacaria RS em 1929 para a região com a finalidade de trabalhar como tropeiro e carreteiro. O que dificultava suas tarefas eram as péssimas condições das estradas. Porém, a beleza da fauna e a flora compensavam.

A fauna do interior catarinense era exuberante. Embora, ninguém estaria livre dos perigos das onças, das aranhas (caranguejeira), das cobras venenosas como a coral, cascavel, jararaca, urutu. Alguns animais excelentes para a alimentação como a anta, cervos, vários tipos de tatu, algumas qualidades de javali, alguns roedores como a paca, até os macacos e lagartos. Entre os pássaros de grande porte e comestíveis. Outros estupendos como beija – flor, tucano e a araponga (GROSSELLI, 1987, p. 361).

Um viajante da Alemanha que percorreu o Sul do Brasil no início do século XX, Wilhelm Lacmann, narrou detalhadamente à fauna e flora brasileira por onde ele visitou, e descreveu sobre a vida simples aqui na colônia.

Entre o planalto de Lages e as regiões vizinhas circulam inúmeras tropas. Elas levam para fora do planalto os rebanhos de gado, de cavalos, de mulas e trazem para dentro as mercadorias necessárias, para a região do campo. O transporte de bens acontece através de bestas de carga. As mulas também ajudam. Raramente, os cavalos, porque poucos colonos os possuem. A carga é dividida em dois fortes sacos de couro de boi ou cestos de taquara, proporcionalmente divididos e presos à cangalha. O peso médio que um desses burros carrega é de seis arrobas ou noventa quilos. Cada tropa é abastecida com alimentos – carne seca, toucinho, feijão, arroz, farinha, café, açúcar – e leva uma barraca consigo (LACMANN, 2004, P. 15).

As mulas eram os animais mais utilizados nos transportes de mercadoria utilizada pelos tropeiros nessa época. Um cavalo bem encilhado era poucas pessoas que tinham. Somente as famílias mais bem sucedidas passeavam e usavam para o transporte.

⁵² Encilha é o termo usado para denominar o preparo dos animais para o transporte de carga ou para montaria. Os principais eram os arreios, a bruaca, os pelegos, a badana e os freios.

⁵³ Trempe era uma armação de metal com três pés, que era colocado sobre as fogueiras para pendurar as panelas durante o preparo dos alimentos.

⁵⁴ Maria Zilda Pereira. 77 anos. Palma Sola SC. Entrevista realizada durante o ano de 200: 17.

A atividade do tropeiro fez surgir às primeiras vilas que depois se tornaram cidades. Onde os tropeiros repousavam surgiam em seguida pousadas.

A cidade de Lages e conseqüentemente Mafra e Campos Novos surgiram a partir da travessia dos tropeiros do Rio Grande do Sul que levavam gado e muares para as feiras de Sorocaba São Paulo. Além de levar os costumes, as tradições e o modo de falar ao longo do caminho levavam também variados produtos (GURGACZ, 2004, p. 40).

Mais ao extremo oeste de SC, uma palmeira era referência aos que comerciavam com argentinos. O futuro município de Palma Sola era local de sesteada e pouso. A orientação era seguida entre duas partes. Uma parte predominava a planície e outra mais ao extremo oeste predominantemente de relevo acidentado.

Nas partes mais íngremes, no lugar das bruacas era utilizado um cesto de taquara de cada lado do animal principalmente para a colheita do milho. Ainda nas partes irregulares do terreno, onde não era possível transitar com o carro de boi, utilizavam-se duas varas uma de cada lado do animal. Em meio destas se fazia uma armação em cima para transportar os produtos. Uma extremidade era atrelada ao animal a outra levada de arrasto.

A maioria do relevo do Extremo Oeste de SC. é acidentado. Entretanto, o solo era muito fértil. O cultivo do milho, do feijão, da mandioca e mais tarde do arroz não precisava de fertilizante e nem de inseticida. Para fazer safra, que envolvia o plantio de milho, e a criação de porcos soltos no roça, era preciso encontrar uma nascente de água próximo a mata ou tigüera⁵⁵ que iria se fazer o roçado, queimá-lo e plantar o milho e em seguida largar os porcos para a engorda.

Quando faziam safra, convidavam os vizinhos, os compadres e alguns amigos mais íntimos para em forma de puxirão⁵⁶ realizar o roçado ou bater a tigüera. Dependendo do roçado queimado e depois encoivarado⁵⁷ antes de plantar.

A prática do “puxirão” e de “ajutório”, está ligada à coletividade tradicional, fundamentada em princípios de reciprocidade e solidariedade, de união e socialização dos equipamentos de trabalho, cuja realização só é possível devido à força que emana do parentesco, do compadrio e da amizade. É lembrada, na comunidade, como uma forma de ajuda para aqueles que

⁵⁵ Tigüera era a capoeira, ou seja, a vegetação que crescia no local onde havia sido derrubada a mata e feita uma colheita.

⁵⁶ Puxirão, também conhecido como mutirão ou pixurum ou ainda puxerão, era uma forma de trabalho coletivo organizado principalmente pelos caboclos em épocas de roçada, plantio ou colheita dos produtos.

⁵⁷ Encoivarado – era a prática de encoivarar, ou seja, juntar as ramagens mal queimadas em montes para atear fogo novamente com a finalidade de limpar a área para o plantio.

necessitavam de auxílio na realização da lavoura (ROMÃO, 2010, p. 98).

O puxirão é o termo mais usado no Oeste do Estado de Santa Catarina, era uma forma de uns ajudarem os outros nos trabalhos na lavoura. É um trabalho em equipe, principalmente quando tinha alguém com certa enfermidade e não podia realizar os serviços, os membros da comunidade prestavam ajuda.

O dia-a-dia do caboclo começa bem cedo. O fogo é uma das primeiras coisas que se fazia. No trempe, no borralho ou no fogão a lenha aquecia a água. “O chimarrão, o café de açúcar queimado, o chá de erva e é claro não saia para o trabalho sem comer o revirado com ovos fritos que era comum no café da manhã”.⁵⁸

Depois de preparar o terreno, era hora de fazer a seleção do milho para o plantio. O “milho cunha” era a variedade mais utilizada. A seleção consistia na retirada dos grãos da ponta e da base, aproveitando somente o do meio da espiga. O “milho cateto” ou o “milho branco” era utilizado para ser saboreado quando era verde. Na maioria das vezes era consumido como canjica. O “milho roxo” era consumido quando ainda não estava maduro, mas depois de seco era muito apreciado pelos porcos. Devido sua estrutura ser grande ele deixava uma ótima cobertura do solo. Também era apreciado como canjica ou como farinha de beiju.

Após a queimada e com ajuda de um xaxo (espécie de cavadeira de madeira ou com ponta de metal) que servia para abrir os sulcos na terra, eram depositados dois ou três grãos cada cova e em seguida cobertos com os pés.

As tarefas do dia eram uma diversão. Além de se encontrar, se distrair com conversas e muitas vezes brincadeiras, uns ajudavam os outros no plantio ou na colheita. De uma maneira descontraída o trabalho era realizado, e antes do meio dia e após era servido o chimarrão. Normalmente o almoço tinha como prato principal a carne de porco assado no forno mandioca e Jupará.⁵⁹ Além da carne suína, muita apreciada, era comum outras variedades de carne de caça como a de tatu, paca, cutia, veado, anta, capivara e outros. De vez em quando carne de aves que poderia ser de uru, jacu, pomba, macuco, perdiz, perdigão, jacutinga, saracura, codorna, tucano, nambu sabiá e outras aves silvestres.

Não era de costume limpar as plantas durante seu desenvolvimento. Quando

⁵⁸ Valdevino Pereira da Silva. 56 anos. Linha Santa Maria – São Bernardino SC. Entrevista realizada em 2009:47.

⁵⁹ Comida típica cabocla a base de quirera, feijão e carne de porco frita na banha: 56.

estavam quase maduras os porcos eram soltos no milharal.

A engorda dos animais era feita no sistema de safra. Os porcos adquiridos em varas dos criadores em soltos em 'milharais' previamente cultivados pelo safrista, preferencialmente numa clareira aberta no meio da mata para que os animais não se dispersassem ou prejudicassem as roças dos vizinhos. No 'milharal' em grãos, o porco será semi-engordado e, então, tocado, a pé, para os centros mais urbanizados, onde eram vendidos ou trocados (CAMPIGOTO & SOCHODOLAK, 2009, p. 197).

Depois de um mês ou dois, eles estariam prontos para o consumo ou para levá-los a cavalo ou a pé até outros centros maiores para a venda para os comerciantes, normalmente com o objetivo de adquirir só produtos necessários para sua vida.

Quem atribuía o preço e fazia a medida era o comprador. “Naquela época os porcos não eram escolhidos por peso e sim por altura eles faziam seleção da tropa desta maneira o que alcançavam a altura mínima desejada era selecionado” (ROCHA, 2008, p.36).

Figura 09. Engorda do porco solto na década de 1950.



Fonte: Acervo particular da família Debona.

A criação do porco solto não gerava altas despesas, pois a semente do milho

(base de seu alimento) era crioula. Além disso, os animais se alimentavam de urtigão do mato, frutos silvestres e outras espécies de vegetações.

A criação de porcos soltos expressa o modo de vida caboclo do passado nas diferentes cidades do oeste catarinense. Eram construídos mangueirões de duas quartas. A base da alimentação eram os frutos silvestres e também abóbora, batata doce, milho e mandioca. No inverno os porcos eram conduzidos para os pinheirais devido a abundância de pinhões. Para conduzir os animais era utilizado um instrumento denominado “turu” (CEOM, 2008, p. 29).

Através de alguns cargueiros com duas bruacas cada animal e de posse do turu os tropeiros iam chamando os porcos e tratando com pequenas quantidades de milho até seu destino. Na maioria das vezes, por onde passava, a quantidade de animais era tão grande que os caminhos ficavam desgastados (profundos).

No final da década de 1940, com apenas cinco anos de idade acompanhei meu pai numa comitiva da nossa região até Joaçaba SC. Nós levamos uma grande quantidade de porcos e a cada parada tínhamos que construir o taume (cercado feito de varas de madeira do mato) para prender os porcos durante o pouso.⁶⁰

O fogo era uma referência para o caboclo. Nos caminhos por onde passavam ou em seus fogões de suas casas. Ao redor do fogo a família se reunia regularmente, para se aquecer, cozinhar seus alimentos, tomar chimarrão, conversar, fazer negócios, trocar idéias, contar as lendas da região tais como: negrinho do pastoreio, mula sem cabeça, mulher de branco, lobisomem, bola de fogo e outras.

O modo de viver caboclo preza pela hospitalidade. Recusar um convite é praticamente demonstrar-se insatisfeito. Aceitar um convite é tanto um prazer como um símbolo de amizade.

Muito desejara continuar a viagem na manhã seguinte, ao romper da aurora, mas não é fácil desprender-se daquela gente (as pessoas da casa onde se hospeda). Primeiro é preciso tomar café, e não se deve recusar. Parece-me que no planalto de Santa Catarina o café tem a mesma significação que o mate no Rio Grande do Sul. Com café se é recebido e com café se é despedido. Recusando a xícara de café da recepção, seríamos considerados orgulhosos; e, ao partir, não tomar café de manhã como hóspede, seria declarar-se insatisfeito com a hospedagem. Por isso é preciso primeiro tomar café, do contrário se destrói a paz (AVE-LALLEMANT, 1980, p. 63).

Depois do almoço servia-se como sobremesa canjica com leite, ou batata com leite, polenta com leite ou ainda coalhada com beiju. Negar qualquer prato de comida ou

⁶⁰ João Neir Pontes Rocha. 67 anos. Campo Erê SC. Entrevista realizada em 2009: 78

sobremesa oferecido era sinal de desagrado.

A interação social estabelecida entre esse grupo e outros não se resumia ao trabalho e à culinária. Estavam presentes nos batizados através do apadrinhamento (compadrio), nas orações aos santos, nas festas (do divino espírito santo e na mesada dos inocentes), nos velórios e outras.

3.2 - A sociabilidade

A sociabilidade é a participação familiar e comunitária. Tudo o que o caboclo estabelece em suas relações sociais, religiosa, política e cultural. A religião popular, o compadrio, amizade, respeito, coragem e honradez estavam presentes no desenvolvimento de suas atividades relacionadas ao convívio social.

A ausência de padres católicos na maior parte da região do extremo este e fronteira proporcionaram o desenvolvimento do catolicismo popular.

A crença nos santos João Maria e José Maria foi reconhecida desde os nativos. Muitos se batizaram na Aguinha de São João Maria, outros na Linha Faxinal em Campo Erê (SC), outros em Santa Emilia, em Siqueira Bello em Barracão (PR).

Entre os caboclos a figura de João Maria é emblemática, recebeu canonização popular. As graças e os milagres que intermediou não são reconhecidos pela Igreja Católica, mas não se trata de figura exclusiva do oeste catarinense. A literatura nos diz que o monge deslocava-se de Sorocaba ao Paraná (Lapa e a Gruta dos Monges), Santa Catarina e no Rio Grande do Sul até Santa Maria. É figura também presente entre a população Kaingang. Os escritos apontam a presença de três monges, dois sob o nome de João Maria, e o primeiro destes seria o santo. O último monge a aparecer foi José Maria, que desencadeou a Guerra do Contestado, quando fugiu para Irani e foi perseguido pela polícia do Paraná (CEOM, 2008, p. 49).

Devido à escassez das visitas dos religiosos da época, o batismo em casa foi adotado como prática dos grupos que aqui residiam. Além de serem batizados pelos seus padrinhos, eram batizados novamente nas Águas Santas. Mesmo com idade avançada iam se batizar na fonte da Aguinha de São João Maria no Faxinal em Campo Erê ou nas águas de Santa Emilia – Siqueira Bello- (Barracão PR). Se não fossem até lá, teriam que ir até a Igreja Nonoai no Rio Grande do Sul ou em Palmas no Paraná.

A figura de João Maria não era nova na região. Consta que desde a década de 1840, ao longo do antigo caminho das tropas entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, circulava um penitente leigo chamado João Maria que profetizava sobre o futuro e recomendava que os sertanejos mantivessem uma vida de fé, honra e lealdade. Sua atividade foi ligada à localização de vertentes de água, logo batizadas pela população de águas do monge ou águas santas, que os sertanejos acreditavam (e ainda acreditam) possuir poderes terapêuticos especiais (MACHADO, 2009, p. 292).

Nas primeiras décadas do século XX, orações, batismo em casa, nas águas Santa Emilia ou em outras, não eram reconhecidos oficialmente. Os santos venerados pelos

caboclos também não eram.

A região de Palma Sola e seu entorno, pertencia desde 1855 a paróquia do Senhor Bom Jesus da Coluna dos Campos de Palmas. Essa grande extensão era visitada pelo Pe. Achilles Saporitti, que mais tarde adquiriu uma fazenda e fixou residência na Fazenda São Vicente – na margem esquerda do Rio Capetinga – hoje Fazenda Caldato em Campo Erê desde 1904 até 1908/1909 (FOLADOR, 1991, p. 89).

Partindo de Palmas, o Pe. Saporitti vinha por fazendas, Xanxerê, Passo do Carneiro a Caxambu. Celebrava depois no Lageado Bonito, Barra do Chapecó, Gramados, Águas Frias e Pinhalzinho, seguindo para Campo Erê, onde estava sua fazenda. Outras vezes vinha da fazenda, em sentido inverso (HEINEN, 1997, p. 32).

Nas primeiras décadas do século XX a igreja conclamava pela catolicização da sociedade brasileira com seus princípios doutrinários e suas diretrizes morais através do Terceiro Congresso Eucarístico Nacional.

(...) no esforço de fundir a identidade católica com a nacionalidade brasileira, a hierarquia eclesiástica afirma os direitos de realeza de Jesus Hóstia e de Maria sobre o Brasil. Através do hino do Terceiro Congresso Eucarístico Nacional, realizado em Pernambuco em 1939, os católicos proclamavam com vibração: “Creio em ti, hóstia santa, até a morte! Quem não crê, brasileiro não é” (AZZI, 2008, p. 16).

O discurso proferido foi marcado em defesa ao catolicismo oficial da época sem levar em consideração o protestantismo e o catolicismo popular.

A distinção popular oficial coincide em grande parte com a distinção tradicional/moderno. O catolicismo tradicional - que sobrevive no catolicismo popular atual – já foi oficial no tempo da colônia e do império: é luso-brasileiro, medieval, congruente com a sociedade, familiar e leigo. O catolicismo renovado ou modernizado, por sua vez, é romano, tridentino, sacramental, individual e clerical (HIGUET, 1984, p. 25).

De acordo com o autor, o catolicismo popular teve seu surgimento na Idade Medieval trazido pelos portugueses e fomentado ainda no período colonial.

Disseminado em nossa região com pouca densidade demográfica sem custo e por pessoas consideradas leigas (formação fora de instituições religiosas) o que era mais importante era a devoção.

São João Maria era o profeta que andava por toda essa região. Ele benzia as casas, dava remédios, rezava, batizava e fazia previsões. “Até hoje pratico a oração do

Profeta João Maria de Agostinho pedindo benção para minha casa”⁶¹.

A oração do profeta João Maria de Agostinho era praticada por grande parte da população da nossa região. O folder com a oração pedindo benção para casa se encontra até hoje em diversos lares.

Ò Deus que criou o universo, Misericordioso e onipotente nos proteja e nos encha de sua benção. O dulcíssimo Senhor Jesus Cristo poderosíssimo Rei do céu e da Terra, filho de Davi, Jesus de Nazaré filho do Deus vivo crucificado por nossos pecados, compadecei-vos desta casa. Protegei os seus habitantes. Que a vossa divina benção e paz os acompanhe. Que cada um, que entrar ou sair dela seus Pensamentos, Seja iluminado, pelo Espírito Santo, assim cada objeto ou pertence dessa casa tenha a proteção da Santíssima Trindade. Ó Virgem Maria, a cubra com o seu manto materno. Os santos, arcanjos à protejam. Os santos apóstolos administrem os seus bens. Os santos evangelistas a tornem firme e a fortifiquem. A cruz de Cristo cubra esta casa. A coroa de Cristo seja a sua fortaleza. Jesus, Maria, São José e todos os nossos Santos Padroeiros e vós Santos Anjos da Guarda intercedei por nós ao Deus uno e trino para que guarde esta casa contra raios, fogo, tempestade, inundações, assaltos, escândalos, incredulidade, heresia e toda e qualquer desgraça que ameace prejudicar a alma e o corpo de seus habitantes em nome de Deus Pai, Filho Espírito Santo (CEOM, 2008, p. 60).

A oração de São João Maria descrita neste folder demonstra a fé de muitos para a proteção de seus lares por seu intermédio. O santo é a figura mais importante no catolicismo popular. Está presente em todas as atividades do dia-a-dia do fiel.

Com o objetivo de cultivar sua devoção, o caboclo normalmente construía um oratório. Este podia ser um pequeno altar em casa, composto por imagens onde a família se reúne para orar ou agradecer. Nas estradas através das procissões para fazer pedido ou pagar promessa. Nos santuários onde a imagem é guardada e reverenciada.

Não há um único lugar para orar aos santos. Se for pelas estradas a proteção deve ser pedida a São Sebastião. Em casa a João Maria. E em caso de doença a Santa Emília.

“Sou católico. Embora não praticante, acredito muito em Deus e em santos inclusive tenho muita fé em Santa Emília, aquela da gruta que vai para Barracão, Nossa Senhora Aparecida e tenho muita fé na oração do Divino Espírito Santo”.⁶²

Outra maneira de pedir proteção pessoal é carregar consigo a oração da carta celeste. Ela pode ser descrita em uma folha de papel ou bordar as letras sagradas (B+R+D+D+B+W+R+) no bolso ou na gola da camisa.

Preservai-nos dos pecados, guardai com respeito os dias santificados e viverei com temor a Deus para que alcance a eterna boaventura. Porém, se não fizer isto, castigar-vos-ei com peste, fogo,

⁶¹ Avelino Grabowski. 61 anos Linha Paraíso – Palma Sola SC. Entrevista realizada em 2009: 66.

⁶² Moralino Antunes de Lara. 72 anos. Linha São Sebastião – Palma Sola SC. Entrevista realizada em 2009: 52.

guerra e severas penas, enviarei um rei contra outro, filho contra mãe, um irmão contra outro, afilhado contra padrinho. A mão desce sobre vós contra as vossas injustiças. Acautelai-vos sobre as divinas palavras que protegem dos pecados.

Vossas injustiças empenharei as palavras de dois gumes e vos exterminarei lançando trovões e raios sobre a terra para que conheçais a minha ira divina e justiça, porque trabalhais aos domingos. Graças ao meu amor paternal, tenho-vos poupado até o presente porque, ao contrário, já teriam sido condenados pelas vossas injustiças, as penas do céu ordenai-vos moços e velhos porque freqüente assiduamente a Igreja que os arrependeis dos vossos pecados antes e depois da penitência. Não deves ofender o vosso próximo nem jurar falso testemunho contra ele.

Quem não acredita nessa carta jamais alcançará a eterna bem-aventurança, mas quem trazer consigo entrega a outro para copiá-la ou lê-la, pode ter pecados como outros existentes no céu ou grãos de areia à beira mar, serão perdoados, mas todo aquele que tiver notícias desta carta, não copiar e não conservar em sua casa, deixa de ser feliz. Quem não a der para copiar será amaldiçoado. Finalmente, ordeno-vos que observei os meus mandamentos tal e qual Cristo os ensinou em nome do Padre, do Filho do Espírito, Santo. Amém.

Quem consigo trazer esta carta abençoada não será ofendido por arma carregada, porque ela contém palavras que confirmam o que é divino e o que é preciso temer. Esta carta preserva-vos de qualquer arma, ladrões, inimigos e todas as moléstias, espadas, armas e canhões, para todas as armas visíveis e invisíveis para que não disparem de Nosso Senhor por João no Rio Jordão, para todas as armas visíveis e invisíveis pelo temor e Nosso Senhor Jesus Cristo, que a mim e a ti criou, para todas as armas visíveis e invisíveis pelo Santo Batismo daquele que morreu por nós, em nome do Padre do Filho do Espírito Santo..⁶³

As abreviações citadas substituem a oração. Moralino conta que tinha muita fé e sempre carregava consigo no bolso da camisa ou da calça ou ainda no porta luva do carro.

As devoções e as orações se estendiam também quando havia falecimento de um ente querido. A pouca densidade demografia que existia até meado da década de 50 do século XX da região de estudo era possível participar de grande parte dos velórios que havia. Até esse período não tinha disponibilidade de casas funerárias e muito menos casas mortuárias. Os preparativos para o cortejo eram por conta dos familiares.

Estes tempos atrás não existia casa mortuária e nem funerária. Entre os caboclos era costume primeiro lavar o defunto, depois confeccionar uma roupa para ele e colocar em sua mão uma vela. No mesmo instante era chamado um carpinteiro para fazer o caixão. Depois do caixão feito era forrado. Se fosse criança, era vestida de branco. Se fosse moça, era vestida de azul e se fosse adulto (a) a roupa era preta. Depois os da família faziam luto por um ano e ninguém participava de festas.⁶⁴

Os familiares avisavam os vizinhos e os parentes o mais rápido possível. Através de recado, carta e principalmente através do próprio. O “próprio” era a pessoa de confiança que avisava quando tinha algum negócio ou quando havia falecimento.

“Uns velórios era só terço, outros se usavam cantar o saclorio (sacrário) e as incêlência (excelências) eram rezas cantadas e tocadas com gaita e violão era de

⁶³Moralino Antunes de Lara. 71 anos. Linha São Sebastião – Palma Sola SC. Entrevista realizada em 2009: 57

⁶⁴Avelino Grabowski. 61 anos Linha Paraíso – Palma Sola SC. Entrevista realizada em 2009: 66

encomendação da alma do defunto. Os caixões eram confeccionados em casa feito de madeira e forrado com tecido preto por dentro e por fora.”⁶⁵

Devido às distancias e à grande quantidade de pessoas, tinha velórios que eram uma verdadeira festa. “O pessoal vinha de longe por isso era que nem um baile fazia comida, matava um boi, cachaça à vontade. Tinha um costume na sexta feira da quaresma no cemitério cantava um canto chamado levanta teu corpo morto”.⁶⁶

Em fins da década de 1940 as companhias colonizadoras não mediram esforços para trazer juntamente com elas ordens religiosas, pois, sabiam muito bem que a maioria de imigrantes trazidos por elas eram adeptos ao catolicismo.

As interações sociais se estendem além da questão religiosa. Estão presente nos bailes nas carreiradas e nas festas populares. Essas atividades expressadas por esta categoria demonstram as poucas diversões da jovem cabocla.

As tarefas realizadas durante o puxirão eram uma realização aos trabalhadores, pois sabiam que a elas seguia-se muita diversão. “Os puxirões também eram acompanhados de bailes e festas que duravam a noite toda. Podiam ser realizados a pedido de alguém ou então quando era identificada a necessidade de ajuda em alguma família. Neste último caso é chamado de *bater de surpresa*” (ROMÃO, 2010, p. 99).

O favorecido dos serviços do puxirão contratava um músico do local para animar o baile. “Só uma gaita tinha. O violão era difícil de achar. Esse gaiteiro era, via de regra, chamado a tocar sem ser oficialmente contratado. Seus serviços eram acordados “de boca” e geralmente recebia uma quantia ínfima e algumas bebidas para tocar enquanto houvesse gente dançando” (SEZERINO, 2007, p. 107).

Os bailes eram a forma de lazer com maior expectativa durante a mocidade cabocla. No dia de puxirão ou na casa do aniversariante a juventude e pessoas em geral se reuniam para divertirem-se. “O baile era na casa de um morador. Começava das cinco ou seis horas da tarde e ia até clarear o dia. Cerveja não existia, alguns tragos de cachaça escondidos. Gaita e violão animavam o baile. Os músicos eram daqui mesmo. Às vezes tinha brigas. Era resolvido na bala e na faca”.⁶⁷

Os preparativos davam trabalho. Primeiro teria que arredar a mobília, depois se arrumava cadeiras e bancos ao redor da sala, contratava-se alguém da comunidade que sabia tocar e cantar. Iluminados pela luz de lampiões começavam a diversão. Na sala ou

⁶⁵ Moralino Antunes de Lara. 71 anos. Linha São Sebastião – Palma Sola SC. Entrevista realizada em 2009: 57

⁶⁶ João Neir Pontes Rocha. 67 anos. Campo Erê SC. Entrevista realizada em 2009: 78

⁶⁷ Pedro de Abreu. 86 anos. Palma sola SC. Entrevista realizada durante o ano de 2001: 10

no chão batido, no ritmo de veneras, rancheiras, xotes, bugios, valsas, marchas e outros estilos, a festança ia até outro dia.

As danças duravam a noite toda, à base de gaita, gaita de boca e violão. O costume era de que os moços tirassem as moças para a dança. Se ela não aceitasse com certeza era briga arrumada. O carão (rejeição da dança) era motivo de desavença.

Além de alguns tragos de cachaça, às vezes, também tinha disponível vinho para beber. Como o baile era até o outro dia servia comida e café nos intervalos.

O baile era na casa do Arlindo Antunes de Lara. Começava às dezessete horas e terminava as nove ou até as dez horas da manhã. Os convites eram feitos pelos rapazes que iam de casa em casa para convidar. As comidas era carne frita com farinha de beiju, café preto. As danças era a gaita, o músico era o Arlindo de Lara. Tinha bastante briga, sempre tinha briga com morte. Não havia segurança todos se ajudavam.⁶⁸

Para a juventude, as festas da comunidade os bailes e os jogos de futebol eram uma das únicas formas de diversão em sua mocidade. Era nesses encontros muitas vezes assistidos pelos pais e familiares que iniciava o namoro.

A opção de escolha para a dança regularmente era por parte do moço. Porém, algumas vezes em meio à festança, eram as moças quem tomavam essa iniciativa. “Nos bailes tinha a vanera de damas, onde as moças convidavam os rapazes para uma dança, ai a gente notava quem tava a fim da gente”.⁶⁹

As adolescentes e jovens iniciavam a vida social e a namorar, com pouco ou quase nada de conhecimento sobre questões relacionadas ao sexo. Não era de costume os pais falarem sobre estes assuntos e na maioria das vezes aprendiam com os outros amigos mais velhos ou somente na prática depois de casadas.

Iniciar o namoro só seria possível após o consentimento dos pais. “Os pais que davam a mão da filha para namorar e tinha que ter muito respeito.”⁷⁰

As expectativas aumentavam quando se aproximava o final de semana. Nos sábados à tarde, raspar a barba, encilhar o cavalo e o destino um só: a casa da namorada. Normalmente o namoro era vigiado e não podiam sentar-se próximo um do outro.

Quando os pais não concordavam com o namoro, na maioria das vezes acontecia dos jovens fugirem para ficar juntos. Havia famílias que não admitiam que seus filhos e filhas se relacionassem com outras que não tivesse o mesmo status. “Roubar uma filha

⁶⁸ Maria Zilda Pereira. 77 anos. Palma Sola SC. Entrevista realizada durante o ano de 2001: 25

⁶⁹ Morolino Antunes de Lara. 71 anos. Linha São Sebastião – Palma Sola SC. Entrevista realizada em 2009: 56

⁷⁰ Maria Zilda Pereira. 77 anos. Palma Sola SC. Entrevista realizada durante o ano de 2001: 25

era motivo de morte se não assumisse.”⁷¹

As carreiras era uma forma de diversão muito praticada no convívio social do caboclo e da população em geral no início do século XX. Elas aconteciam nas raiais onde ocorriam as disputas de corrida de cavalo e envolviam apostas até de alto valor.

Da família Rocha, destacou-se também João da Rocha Loures, que se estabeleceu em Campo Erê, pelos anos 1912/1913, no lugar chamado Pedreira, no Bicudo, a 12 quilômetros da atual cidade de Campo Erê. Era filho de João Cipriano da Rocha Loures e irmão de Antônio Rocha Loures. No rio Bicudo, João da Rocha Loures instalou uma bodega e junto a ela uma raia, ou cancha de carreira de cavalos, o esporte preferido da época.

Nessa raia, em 1913, foi disputada uma corrida entre o cavalo de João Rocha Loures contra o cavalo de Antônio Rocha Loures. Valia uma novilha de três anos assada com couro. Na aposta, um tarefeiro de erva da firma Arachea ganhou um mil réis, contra Edmundo Cabral. Este não lhe pagou, açoitando-o de jibóia. Os Rocha e os Lara tomaram as dores do tarefeiro. Daí surge a inimizade entre os Rocha amigos dos Lara e a família dos Cabral Tronqueira (FOLADOR, 1991, p. 94).

As carreiras muito apreciadas na época, hoje se encontram presentes somente na memória dos remanescentes caboclos da região. ”As carreiras – As raiais eram lugares onde aconteciam as carreiras (corridas) de cavalos e se constituíam em espaços de socialização. Passavam o dia todo nas raiais, vendiam vinho, cartuchos de amendoim com açúcar e realizavam bailes” (ROMÃO, 2010, p. 101).

Quando havia carreira aglomerava-se muita gente de todo o tipo. Desde bandoleiros até trabalhadores. Era comum nesta época um indivíduo carregar consigo dois revólveres e uma faca ou espada. Vinha gente de todo o lado e a que questão de honra teria que ser respeitada, nenhum queria levar desaforo para casa. Quando não se entendiam nas carreiradas surgiam brigas que resultavam em mortes.

Dessa maneira João Neir Pontes Rocha em vários textos de seu livro se refere a uma das carreiradas mais famosa que deu origem as desavenças entre Lara e Cabral.

Na inauguração da raia de carreira os irmãos Antônio da Rocha Loures e João da Rocha Loures apostaram uma carreira percorrendo 400 metros o que perdesse pagava uma novilha assada, foi feita uma valeta para assar a novilha o assador era meu padrinho Pedro Timóteo excelente carneador.

Houve um grande número de aposta até um mulato velho que tirava erva mate para o castelhano Afonso Arache. Ele apostou tudo que tinha uns mil reis com Edmundo Cabral colocaram o dinheiro na mão de uma pessoa de confiança para que fosse retirado depois dos julgadores darem a carreira julgada (ROCHA, 2008, p.35).

Todos que se encontravam nas carreiradas e tivesse disponibilidade de dinheiro

⁷¹ Pedro de Abreu. 86 anos. Palma sola SC. Entrevista realizada durante o ano de 2001: 10

poderiam participar através de apostas. É interessante à afirmação quando se refere ao tarefeiro “mulato velho”. Observa-se que existia certa hierarquia quanto às etnias que compunham a comunidade local.

Estava uma festa muito linda o Edmundo Cabral e seus parentes compraram um barril de cachaça colocaram em um barranco e Edmundo puxou seu revólver e deu um tiro no barril de cachaça, falquejou um pedaço de madeira para trancar o buraco da bala e gritou. Quem quiser cachaça é só chegar aqui no barril. Logo o barril estava rodeado de pessoas querendo experimentar a cachaça arrematada pela família Cabral (ROCHA, 2008, p.35).

A cachaça era um tipo de bebida muito apreciado na época. Além dela saboreava-se junto com rapadura cartuchos de amendoim. Porém, aparece um indivíduo que depois de arrematar um barril de cachaça, queria representar ser o dono da casa e demonstra sua habilidade fazendo uma torneira improvisada com o buraco do projétil de sua arma. Parece que aqueles que estavam a sua volta comprovam que hierarquicamente estaria acima de sua categoria.

O juiz deu a largada da carreira e foi um silêncio total voltando ao normal quando o cavalo de nome Cargueiro cruza a linha de chegada. O mulato velho estampa de alegria em seu rosto, pois era neste cavalo que havia apostado. Quando foi buscar o dinheiro falou para o depositário. Vim buscar meu dinheiro, meu cavalo ganhou, portanto, ganhei a aposta. O mesmo responde, mas como? Edmundo veio aqui pegou o dinheiro e disse que ele tinha ganhado.

O mulato sai a procura de Edmundo para reclamar o seu dinheiro, quando avista Edmundo diz: O senhor entregue meu dinheiro fui eu quem ganhou esta aposta. Edmundo Cabral pegou sua jibóia na mão e desferiu vários golpes no mulato chegando a cortar sua camisa.

A poucos metros dali o Capitão Rocha Loures presenciou a cena e foi ver o que estava acontecendo, o mulato contou para ele que Edmundo não queria dar o dinheiro que ele havia ganhado na aposta e o capitão diz o seguinte para Edmundo: Edmundo entregue o dinheiro para este Mulato Velho e vamos acabar a festa em harmonia. Foi quando foi retrucado Edmundo. Eu bato nele e também a quem se doer por ele. Nesse momento o Capitão Rocha Loures alceou a perna de seu cavalo sabendo que Cabral era perigoso e se entrincherou em seu cavalo com o seu revólver em punho gritou.

Não se mexa que você morre. Foi um entrevero feio porque logo chegaram os parentes de Cabral e também os amigos do Capitão Rocha que eram: Hipólito Cordeiro, Olegário de Lara, Graciolino de Lara e Domingos Cordeiro. Foi chegando o final da tarde e todos foram se retirando daquele entrevero, e ficou por aquilo sempre com a palavra de Capitão Rocha Loures que era um homem calmo sempre dando conselhos aos mais exaltados. Capitão Rocha também foi para casa que ficava ali perto era só passar o arroio da fazenda e já estava lá (ROCHA, 2008, p.36).

A narração do fato feita pelo autor sobre a aposta realizada sem o compromisso assegurado após ela representa uma afronta à palavra e a honra. Uma vez que nessa época a palavra de um homem valia mais do que documento assinado. A diferença ocorre é com quem aconteceu a aposta. Um trabalhador da erva podia ser apenas um diarista, enquanto o que comprou um barril fazia parte de uma pequena elite local que procurava manter seu status. Neste instante aparece a figura da autoridade que procura

impor normas e regras a uma população que as desconhecia.

Outro dia de madrugada tinha que sair cedo, pois iria a um rodeio na fazenda São Vicente, Seu Candinho já estava esperando. Quando saiu da fazenda, Esterlino e meu pai que tinha seis anos que levava o sal na garupa pra levar ao gado, quando chegaram no Rio Bicudo Esterlino disse ao Capitão Rocha: Vou jogar o café e o chimarrão fora e já alcanço.

Quando chegou no lugar que queria apeou do cavalo e percebeu que atrás de uma canela lajeana grossa que tinha ali observou que havia toco de cigarro queimado e um amassado nas vassouras tinha também uma forquilha fincada no chão para escorar a espingarda e o tiro ficar mais seguro, ouviu um barulho de alguém que havia corrido dali. Suspendeu rapidamente o que ia fazer e voltou junto ao Antônio da Rocha Loures e Néri da Rocha Loures seu primogênito.

Quando Antônio (Capitão Rocha) avistou Esterlino logo brincou com ele! Que pressa é essa? Parece que nem apeou do cavalo! Foi quando Esterlino começou a relatar o que havia encontrado, o Capitão logo adiantou: Foi os Cabral por causa da discussão que houve na carreira, vou ter que ir embora de Campo Erê e garantir a minha vida e de minha família, já pensou se você não descobre esta espera que montaram para mim eles tinham matado eu e meu filho. Capitão Rocha voltou a ser criança por um momento, encheu seus olhos de lágrimas e falou:

É só por Deus para nós livrar destes perigos, agora que estou estabilizado economicamente vou ter que me mudar para outro lugar. Eles fizeram o resto da caminhada em silêncio para não assustar o menino Néri que apenas tinha seis anos de idade, pois os Cabral já haviam cometido assassinato de dois tropeiros paulistas que vieram comprar tropas de mulas e porcos (ROCHA, 2008, p.36).

Até as autoridades não estavam livres das espreitas que se faziam aos que eram considerados inimigos. A falta de coragem do agressor forçava-o e esperar a melhor oportunidade de preferência quando estivesse um só.

Um desses tropeiros foi morto antes das águas de São João Maria, ele estava vindo de Pato Branco também atrás de uma árvore grossa entre a fazenda Elsio Pacheco e Alcindo Rodrigues Pereira, tive oportunidade de conhecer esta árvore.

O outro tropeiro foi morto no Rio das Bicas onde fica o reservatório de águas da CASAN. Este morreu quando repousava para descansar. Os dois foram mortos por um único interesse dos Cabral o dinheiro que carregavam. Estes tropeiros que vinham de São Paulo eram muito importantes para muitas famílias daqui de Campo Erê pois eram para eles que vendiam seus animais e tiveram os sustento da família. Os Cabral com este dinheiro faziam as vezes paulistas, eles só exploravam os criadores pagando as vezes metade do valor dos produtos causando indignação da população que eram explorados por seus próprios vizinhos que moravam na fazenda Araçá (ROCHA, 2008, p.36 e 37).

Muitos comerciantes que compravam gado e suínos eram assassinados por causa de dinheiro e os criminosos na maioria das vezes passavam impunes de seus delitos. Atrás de uma árvores, macega, toco, capoeira e etc., o assassino esperava sua vítima que era alvejada com tiro certo. Depois de retirar o dinheiro deixava-se o corpo a espera de alguém que passasse por ali para enterrar. Estes que faziam o comércio eram de suma importância já que algumas famílias dependiam da venda desses animais para sobreviverem. Também existiam alguns espertalhões que se aproveitavam dos negócios e enganavam a população pagando preços inferiores ao do comércio.

Depois do rodeio o capitão pensativo despertou a atenção de seu capataz Candinho de Linhares Prestes. O senhor está nervoso? Estou mesmo Candinho porque sei que hoje de manhã tinha uma tocaia para me matar. Foi a discussão da carreira lá de seu Rocha. Estes homens são bandidos. Estou seriamente pensando de ir embora e por toda a terra a venda e a criação se eu não conseguir vender eu levo para Clevelândia. Tomaram um chimarrão e o Capitão Rocha foi almoçar na casa de Arlindo Antunes de Lara “Marca Véia” que morava perto do Rio Capetinga. Durante o almoço o Capitão contou o que tinha acontecido pela manhã e também de sua idéia de como fugir do problema que logo deixou “Marca Véia” enfurecido. Você não vai vender suas terras e nem ir embora por causa de bandidos que matam para roubar isto eu não vou deixar acontecer tchê, vou falar com os parentes e amanhã vamos em sua casa para resolvermos o que vamos fazer. E assim os Lara fizeram. Reuniram-se na casa do Capitão Rocha todos eram contra a sua partida desta cidade, e ali surgiu a idéia de extermínio dos Cabral, que foi na hora negada pelo Capitão mas os Lara com a idéia já pronta disseram ao Capitão: Você fique em casa se você não quer briga, que nós vamos fazer o que é preciso (ROCHA, 2008, p.37).

Outras famílias tinham proximidade às autoridades e contribuía para que as coisas continuassem em harmonia mesmo que precisasse fazer desaparecer alguns indivíduos da sociedade.

Montaram em seus cavalos e foram em direção a casa de Suzinho Cabral chegaram lá pelas oito horas da noite deram um “Ó de casa” um deles foi dar uma boa noite de mão pegada para Suzinho, quando o pegou firme na mão puxou ele para fora rapidamente outros colocaram a mão em sua boca para não fazer barulho e a faca pegou até ficar sem vida, mas tinha um menino na casa de mais ou menos oito anos de idade que quando viu alguém perguntar se tinha algum homem dentro da casa saiu correndo este era Pedro Cabral o único dos homens que se salvou. E assim foram passados todas as casas dos Cabral, as mulheres foram todas poupadas da morte, Edmundo Cabral estava colhendo em seu sítio Linha Dario de Noronha no quinhão trinta e um da fazenda Araçá que mais tarde vim adquirir esta área, caminharam a noite inteira para pegar Edmundo no acampamento que já tinha ido para a roça montaram tocaia uns de um lado e outros de outro do carreiro, mas guri Pedro mandado de sua mãe foi avisar Edmundo foi no alto da serra e gritou: Edmundo estão indo para te matar. Seja bobo piá posso morrer mas levo pelo menos um para travesseiro. Carregou seu cargueiro de milho e no caminho vinha brincando com sua winchester 44 este era perigoso homem de coragem e um excelente atirador, tive a oportunidade conversar com Vicente de Almeida que conheceu Edmundo ele me disse que já viu ele atirar em urubu voando e nunca perdeu um tiro, por isso os Lara deveriam tomar cuidado pois também Pedro havia avisado que eles estavam ali. Edmundo vinha pelo carreiro quando se defrontou com uma rajada de tiros ele na hora se jogou no chão disparando contra os Lara até terminar suas balas, ele ficou ali mesmo morto, mas deixou Arbelino de Lara gravemente ferido ali nos chão. Depois do término do tiroteio Arlindo de Lara “Marca Véia” vendo seu irmão gravemente ferido pegou sua espada e foi em direção dizendo vou terminar de te matar thé para você não sofrer. Mas o resto do pessoal pularam e não deixaram Arlindo fazer isto, pegaram Arbelino e levaram para a fazenda de Antônio da Rocha Loures e foram atrás de um curandor que se chamava José Rodrigues de Almeida que ficou durante trinta dias fazendo curativo em Arbelino e salvou sua vida, Arbelino durou ainda mais quinze anos. Começou um clima difícil a ser enfrentado até o primeiro comerciante de Campo Erê João da Rocha Loures resolveu ir embora inaugurando seu novo comercio em Guarapuava, pois ele sendo irmão de Antônio da Rocha Loures achava que corria algum risco. Lourenço Cabral era o pai líder da família tinha ido para Argentina com uma carga de erva-mate foram esperar na picada que ia a Dionísio Cerqueira, fizeram duas tocaias em uma delas estava / Aspar de Lara que era avô de Airton Sufredini e Ângelo de Lara, dois pontos de espera era uma garantia pois se o Cabral escapasse da primeira pegavam ele na segunda. E da primeira ele escapou falhou a winchester de Ângelo e Gaspar mas Lourenço Cabral sentiu que alguma coisa

estava errada passou a mão na sua arma parou com seu cavalo e gritou: Se tem alguém ai que saia na estrada.

Mas faltou coragem aos Lara, mas eles sabiam que logo a frente havia outra tocaia aguardando Lourenço, onde estava Arlindo e outros, Arlindo tinha comprado um revolver e disse que tiraria o selo em Lourenço Cabral. Quando avistou Lourenço logo disse para seus companheiros: Aqueles cagões deixaram o homem escapar, mas daqui ele não escapa. E vieram trazendo Lourenço na mira das winchester eles haviam combinado de atirar juntos e quando chegou a hora deram o sinal combinado e dispararam duas 44 no peito de Lourenço que ficou preso nos estribos mas logo ficou na estrada e foram se aproximando Arlindo e todos os outros ficaram em volta do Cabral que logo disse: eu já estou quase morto não me atirem mais, mas mesmo assim Arlindo de Lara pegou seu revolver em seu rosto e deu um tiro no olho do Cabral, pegaram desencilharam o cavalo que ele estava e o arrastaram para o lado da picada isto ocorreu no Rio Alecrim que vai a Dionísio Cerqueira (ROCHA, 2008, p.37-38).

Conhecida pelo Estado inteiro inclusive pela bandeira de Konder que esteve na região alguns anos depois, o aniquilamento da família Cabral aqui na fronteira representou as dificuldades de viver em uma época que prevalecia a “lei do mais forte” e a forma inescrupulosa e fria de tirar a vida das pessoas.

Um tempo mais tarde Ângelo e Gaspar estavam indo com uma tropa para a Argentina na época que Luis Carlos Prestes veio a Campo Erê em 1924, eles estavam cestiando e assando uma costela para o almoço quando surgiu Pedro Cabral e mais uns revolucionários de Prestes, Gaspar correu e deixou Ângelo sozinho e Pedro Cabral disse: Hoje é teu dia. Ângelo argumentou que estava com fome e pediu que deixasse ele almoçar, pois não queria morrer com fome. Os que vocês mataram não perguntaram se estavam com fome ou não. Disparou em Ângelo que ali ficou caído, pegou uma faca e tirou o couro da cabeça junto com as orelhas e colocou em um toco de xaxim na beira da picada (ROCHA, 2008, p.38).

A vingança era outro motivo para o agressor tirar mais uma vida friamente. As emboscadas eram organizadas para fazer vítima numa terra em que as normas e as regras eram de quem era melhor no gatilho.

Conforme o texto os assassinatos ocorriam entre as duas famílias. A partir do número de vítimas que Arlindo fazia anotava em forma de um risco no cano de sua arma. Com o passar do tempo a população local perguntava a ele como estava a marca? Ele então respondia a marca está veia. Daí então surge seu pseudônimo “Marca Véia”.

Um dos grandes panfletos do Oeste Catharinense, como no Nordeste brasileiro, é o banditismo no sertão.

As estradas e picadas estão macabramente povoadas de túmulos, em parte da zona que percorremos.

São resultados de motivos políticos, questão de terras, assuntos de honra e, em menor escala, de roubo.

A tocaia, no meio do deserto, a beira do caminho ermo, por detrás de um tronco de árvores ou tufo de mato, a poucos metros da vítima alvejada, prostra vidas e alastra as labaredas do ódio e da vindicta (...).

Dentre os casos mais cruéis que ouvimos narrar, destaca-se a guerra de extermínio entre os Lara

e os Cabraes. Eis o que nos contaram: Eram duas famílias numerosas aparentemente vizinhas (...). Por uma palerga de limites, os Laras mataram em um mesmo dia o velho Cabral e dois filhos (...). Os dois filhos foram mortos miseravelmente e quase simultaneamente. Um em sua própria casa e outro na roça (COSTA. 1929, p.53-54).

A Bandeira de Konder passou pela região do Extremo Oeste em 1929 e é surpreendida pela viúva Cabral que quer fazer queixa sobre os assassinatos que estavam ocorrendo. Na realidade não precisavam muitos motivos para que houvesse uma discussão e dessa tivesse como consequência uma ou mais vítimas.

As formas de lazer nem sempre eram aproveitadas para diversão e amizade. Embora houvesse diferentes maneiras de se divertir as carreiradas nem sempre acabavam em harmonia.

Outra forma de diversão eram as festas. Nelas os jovens rezavam e divertiam-se. A festa do Divino Espírito Santo e a Mesada dos inocentes simbolizava alegria, divertimento, partilha e solidariedade. Entretanto, muitas dessas festas não chegavam ao final. Depois de passar o dia comendo e bebendo ficava fácil arranjar uma desculpa para uma desavença.

A Festa do Divino acontecia em todo o país, quarenta dias após a Páscoa. Ela iniciava quando um grupo de pessoa com a Bandeira do Divino Espírito Santo passava casa por casa cantando, rezando e arrecadando ofertas que seriam partilhadas no almoço depois de realizados os rituais religiosos.

A Mesada dos Inocentes ocorria no dia 20 de janeiro, normalmente na comunidade de São Sebastião próximo a futura cidade de Palma Sola SC.⁷² Ela acontecia também quando alguém pagava uma promessa depois de graça alcançada. Durante o ritual eram convidados sete crianças de sete anos que teriam prioridade em fazer a refeição antes dos adultos.

As festas delineiam fronteiras entre os grupos étnicos no oeste catarinense. Antes da colonização, as festas não tinham por finalidade arrecadar lucros. Eram as festas de “adoar”. Valia o princípio da solidariedade. Os itens para as refeições eram arrecadados e depois partilhados. Hoje, as festas consideradas “legitimamente caboclas” não visam a lucro e tampouco do comensal. Cada um contribuía de acordo com suas posses. A festa é o momento de encontro, de reza, de alegria e comensalidade. Consiste em demonstração de fé, apreço e sociabilidade, valores cultivados e inerentes aos caboclos (CEOM, 2008, p. 72).

Os jogos de futebol iniciaram na década de 1950 quando houve a presença de

⁷² Arlindo Antunes de Lara é pai de Morolino Antunes de Lara. Ele nasceu no dia 20/01/1893 na região que mais arde iria se chamar Palma Sola. Ele que era devoto, neste dia fazia homenagem ao Divino Espírito Santo através da Mesada dos Inocentes: 50 e 52.

uma grande quantidade de migrantes vindos do Rio Grande do Sul. Um dos primeiros campos foi construído ao lado da Casa Paroquial na década de 1950.

Figura 10. Esporte Clube Fronteira.

O segundo da direita da foto agachado é Alduino Machiavelli.



Fonte: Acervo particular da família Machiavelli

Com a presença das companhias colonizadoras e as novas relações e contatos sociais de diferentes grupos, essas festas aos poucos foram sendo substituídas por outras às vezes de caráter utilitários e até com fins lucrativos. Aos poucos muitas destas comemorações foram tendo suas atividades diminuídas.

Outro meio de intensificar o convívio social dessas comunidades era através da escola. A educação formal nesta região era de difícil acesso. Para não permanecer isolado formalmente membros da família teriam que se deslocar. Até o final da década de 50 as escolas eram raras e, normalmente, distantes das casas dos caboclos em função da baixa densidade demográfica.

Figura:11 Colégio das Irmãs na década de 1960.



Fonte: Acervo particular da família Machiavelli.

Localizado onde hoje é o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Da direita para a esquerda da foto o primeiro é Airton Carlos Machiavelli. O primeiro da segunda fila é Milton José Machiavelli.

Destinada prioritariamente aos filhos homens, os pais teriam que contratar um professor e pagar. Caberia a ele educar e ensinar conteúdos mínimos com ler e escrever e as quatro operações. No entanto educação não se limitava a isso, os maus comportamentos eram corrigidos com castigos físicos. Muitos não tinham acesso e teriam que ajudar os pais na produção, criação e principalmente na lida com a erva.

Alguns alunos freqüentavam a escola esporadicamente e não conseguiram aprender a ler e escrever. “Freqüentei algumas vezes por ano durante cinco anos, mas não aprendi a ler e escrever. De castigo, pulei a janela e escapei”.⁷³

Para estudar tive que ir a Pato Branco, onde fiz o ginásio. Depois fiz o normal no Colégio São Luiz de Clevelândia, onde me formei professor.”⁷⁴ “Estudei até a segunda série primária na Escola Isolada José Boiteux em Dionísio Cerqueira e o Professor era Dalilo Quintina Pereira. O Professor era bravo, batia nos alunos, mas ensinavam muito bem. Eu agradeço pelo que aprendi até hoje. Na primeira e segunda série aprendíamos a ler, escrever e as quatro operações e o

⁷³ Avelino Grabowski. 61 anos Linha Paraíso – Palma Sola SC. Entrevista realizada em 2009: 60-61

⁷⁴ João Neir Pontes Rocha. 67 anos. Campo Erê SC. Entrevista realizada em 2009: 76

catecismo.⁷⁵

Alguns que dispunham de certas condições conseguiam sair da região para estudar, outros não tinham interesse e muitos tinham que ajudar suas famílias.

⁷⁵ Moralino Antunes de Lara. 71 anos. Linha São Sebastião – Palma Sola SC. Entrevista realizada em 2009: 51

3.3 – As transformações sofridas pela identidade cabocla nas suas relações sociais

É importante iniciar a identificação das transformações sofridas pelos caboclos em seu modo de vida pela discussão de quem são os caboclos de Palma Sola e Arredores. Sua origem é muito diversa, envolvendo os descendentes de luso-brasileiros vindos de São Paulo ou de outras regiões, como os descendentes da família Lara, e descendentes de imigrantes europeus que adotaram essa forma de vida. Descendentes de imigrantes italianos, poloneses e alemães se denominam caboclos pela forma de organização da vida e de trabalho. Pode-se concluir, como citado anteriormente, que a identificação como caboclo não é somente racial, mas assume muitas vezes uma característica sócio-cultural.

Essa forma de vida, no entanto, pode ter se originado a partir da maneira como essas famílias enfrentavam a sua realidade de virtual isolamento em relação ao mercado. De nada adiantava a produção de muitos bens se o mercado era distante ou inexistente. Sua sobrevivência estava muito mais relacionada à produção de alimentos e ao acesso aos recursos naturais da caça, da coleta e da pesca.

Como já evidenciado anteriormente, a relação do caboclo com a terra era de uso, para prover a sustentação de sua família, a partir da caça, pesca, coleta e de suas pequenas roças. Não havia necessidade de outra forma de estar na terra. Somente a ocupação e a sua utilização para a sobrevivência já lhe dava esse direito de uso.

Sua forma de produzir, com a criação dos porcos soltos, com a formação de pequenas lavouras em roçadas ou derrubadas novas sempre que a anterior começasse a demonstrar exaustão e sua complementação alimentar através da caça, da pesca e da coleta faziam com que suas posses não fossem definitivas, possibilitando mudanças relativamente fáceis. Por isso suas casas normalmente eram simples e frágeis.

As casas geralmente eram de “chão batido”, e a maioria não tinha assoalho. A estrutura da casa era construída de madeira; as mais usadas eram cedro, louro e canjerana. O telhado era feito de tabuinhas de pinheiro. Segundo Saturnino Gonçalves: “fincava umas forquias 4, 5, 6, 9 forquias e arrodia de vara de tábua como é que fosse atada com cipó ou furava com uma pua ou torno pra segurar as tábuas” (Depoimento: Saturnino Gonçalves). Algumas casas eram cobertas com folhas de palmeira e esteira de taquara (CEOM, 2008, p. 31).

Além disso, as posses precisavam de espaço que não atrapalhasse a vida dos

vizinhos. A forma de se organizar dependia de uma separação física entre as posses ou a semelhança entre as formas de ocupação em função da forma como criavam seus animais e faziam suas roças.

As razões pelas quais os luso-brasileiros se desfaziam de suas ocupações na região provavelmente são as mesmas citadas por Wachowicz (1987) em relação aos posseiros da região Sudoeste do Paraná: o pleno conhecimento de que sem a escritura a posse da terra era instável e insegura; a lembrança do ocorrido no Contestado, quando os posseiros foram expulsos pela polícia particular da Brazil Railway; a impossibilidade de convivência do sistema de criação de porcos soltos nas plantações de milho com o tipo de agricultura praticada pelos colonos de origem; e a opção de seguir mato adentro, onde podiam fazer suas costumeiras derrubadas, facilitava a expropriação. Mesmo assim, havia resistências (WERLANG, 2006, p. 77).

Embora nem sempre luso-brasileiros, como salientado a seguir, os caboclos de Palma-Sola e arredores podem ser retratados da mesma forma como os de Chapecó. No entanto, não se pode esquecer que algumas famílias que se consideram caboclos foram grandes proprietários de áreas durante o processo inicial de ocupação, como foi o caso da família Lara, que depois foi expropriada pelas colonizadoras.

O avanço da ocupação das terras com a formação de processos de colonização foi provocando mudanças profundas nas regiões. Além da tradicional exploração da erva-mate, aparecem os projetos colonizadores, antecidos pelas serrarias que iniciaram o aproveitamento econômico das matas.

Figura 12. A primeira serraria de 1952 ficava onde é hoje a Casa Mortuária.



Fonte: Acervo particular de Terezinha Zandoná Crestani.

Na medida em que a indústria madeireira se instalou na região influenciou de forma ampla a sociedade local e, também, a forma de vida do caboclo. Além de mudar a paisagem e o panorama econômico dos locais onde se instalava, a serraria provocava uma profunda mudança na forma de trabalho dos caboclos, que passavam de uma condição muito próxima do campesinato tradicional para uma situação de assalariamento muito próxima do operariado tipicamente industrial dos centros urbanos.

Telmo Marcon chega a essa mesma conclusão em seu estudo da região de Chapecó, identificando as transformações a partir dos processos de colonização.

Os primeiros habitantes da região construíram seu modo de vida numa íntima e profunda relação com a natureza, da qual retiraram os elementos essenciais para a sua subsistência. Essa situação começou a se modificar de forma substancial a partir das décadas de 1920 e 1930, quando ocorreu uma intensificação o povoamento com a migração e expansão da colonização e do setor madeireiro [...] Muios caboclos trabalharam nestas atividades madeireiras, contribuindo para o próprio desmatamento da região, enquanto outros se fixaram na terra (MARCON, 2003, p. 78).

O processo que ocorreu na região de Chapecó nas décadas de 1920 e 1930 foi similar ao que ocorreu em Palma Sola e arredores mais tarde, nas décadas de 1950 e 1960.

A primeira influência que a presença das serrarias provocou foi na relação com as terras e com as matas. De um espaço não reclamado e sem dono durante todo o período anterior, essas terras e matas passaram a ter alto valor comercial. A propriedade passa a ser reclamada por parte das colonizadoras, exercendo forte pressão sobre os caboclos para desocuparem as áreas onde viviam por tanto tempo. Como, normalmente, a maioria deles não tinha uma relação de propriedade com a terra eram obrigados a deixar suas posses e buscar novos espaços de vida. Qualquer tentativa de resistência era tratada com violência e intimidação.

Outra forma de afastar os caboclos de sua posse era a sua contratação para a derrubada e arrasto da madeira a ser industrializada nas serrarias. Normalmente atraídos pelas propostas das serrarias, os caboclos deixavam as suas posses conscientes de que seu direito sobre a terra era insuficiente frente o título de propriedade exibido pelos colonizadores. Como sitiantes eram um estorvo para os novos colonizadores, mas como peões assalariados ou diaristas nas atividades da extração da madeira, eram úteis e considerados mais ágeis que nas outras atividades. Sua adequação ao novo regime de trabalho foi mais tranquila quando feita através de empreitadas para derrubada da

madeira e preparação das toras para o transporte.

Normalmente as árvores eram derrubadas a machado e serrote por caboclos e as toras preparadas e reunidas em estaleiros próximos às estradas ou de mais fácil acesso aos caminhões das empresas. Para reunir as toras os caboclos usavam a tração animal, com juntas de bois suas ou da serraria.

As atividades de derrubada, transporte e serragem da madeira fizeram com que os caboclos passassem a adotar novas formas de vida, especialmente por terem se urbanizado. O assalariamento provocou mudanças substanciais na sua forma de se relacionar com o trabalho.

Antes só trabalhava na medida de suas necessidades de sobrevivência. A partir da sua vinculação à exploração madeireira sua vida passa a ser regulada pelo trabalho e pelas exigências de horários do processo industrial.

Figura 13. Casa cabocla em frente à primeira serraria.



Fonte: Acervo particular da família Machiavelli.

O processo de urbanização rompeu com a sua forma de vida anterior de forma muito brusca. Sua relação com a natureza na obtenção de alimentos era muito estreita, a partir da caça e da coleta. No espaço urbano essa forma de obtenção de alimentos se tornou impraticável, obrigando-o a buscar novas alternativas, ajustando-se à nova

realidade social.

O tempo, que antes contava pouco na relação com o processo econômico em função de suas atividades tipicamente de subsistência, passa a ser contado pelos patrões, que exigiam dele atividade mais intensa e durante um determinado período do dia. A relação entre o modo de vida do caboclo e o trabalho sofre alterações profundas e que produzem modificações nas suas relações sociais e familiares.

Essa medição incorpora uma relação simples. Aqueles que são contratados experienciam uma distinção entre o tempo do empregador e o seu “próprio” tempo. E o empregador deve *usar* o tempo de sua mão-de-obra e cuidar para que não seja desperdiçado: o que predomina não é uma tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. O tempo agora é moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta (THOMPSON, 1998, p. 272).

A experiência descrita por Thompson no processo da Revolução Industrial inglesa em relação ao tempo se parece com as transformações ocorridas com o caboclo que se inseriu no trabalho das serrarias. Ele teve que se adaptar ao rigoroso horário na sua nova condição de vida. Assim o camponês transformou sua realidade. A grande maioria deles passou de trabalhador rural a se urbanizar e obrigado a cumprir tarefas ou horários de trabalho de grande intensidade. A contagem do tempo não mais obedecia à sua concepção de vida pensada a partir da subsistência. A partir de sua nova condição o tempo era regulado pelo patrão e estava articulado a um conjunto de outros trabalhadores como ele.

Na medida em que a madeira era explorada em uma área, as terras eram comercializadas para colonos migrantes, normalmente de origem europeia, que vinham para a região a partir da propaganda feita pelas empresas, em sua ação de colonização, e pelas famílias que se fixavam na região, que incentivavam seus parentes a migrarem para a região, os trabalhadores nacionais eram segregados. “Os agricultores pobres, cuja existência na região serviu de argumento a consolidação do domínio nacional, agora passavam a ser um obstáculo aos interesses dos grandes proprietários pela região. Esta prática de expropriação significou a principal ação do “coronelismo”” (MACHADO, 2009, p. 291).

A maioria dos migrantes vinha do Rio Grande do Sul em busca de terras novas e mais baratas, que permitissem sua reprodução enquanto colonos no seu modo de vida tradicional.

Esses colonos vinham com o objetivo de produzir para conseguir pagar as suas

terras e para conseguir uma melhor condição de vida para si e para suas famílias através de uma produção prioritária para o mercado, embora mantivessem uma produção de subsistência que garantia uma grande autonomia em relação ao mercado. Normalmente eram famílias que dependiam muito pouco do mercado local para se alimentar e para produzir.

Na medida em que chegaram esses colonos, a concepção de vida na região passa a se balizar na forma de trabalhar desses novos habitantes, que trabalhavam muito mais e tinham objetivo de acumular. A forma de trabalhar e a relação com o dinheiro definem duas diferenças que influenciam decisivamente na forma como o caboclo passou a ser visto na sociedade. Sua exclusão da terra e sua ocupação nos trabalhos da madeira ou como diarista de atividades contratadas pelos colonos foi gerando um processo de segregação muito forte dentro da sociedade que se formava, onde os fundamentos do trabalho produtivo passaram a determinar as relações sociais.

A forma dos colonos considerarem o caboclo, cujo modo de vida tinha pouca preocupação com a acumulação de bens e dinheiro, era profundamente segregadora. Considerado vagabundo por não se preocupar em produzir para acumular e por fazer suas roças apenas para o consumo familiar, era visto como um estorvo para o progresso das comunidades.

A relação dos caboclos com essas famílias de migrantes provocou alterações bastante substanciais na sua cultura, bem como alguns conflitos em função das contradições nas formas de viver dos dois povos.

No conjunto das transformações percebidas através das entrevistas pode-se salientar a mais radical de todas em relação à forma de vida dos caboclos. De uma vida assentada na sobrevivência e com alto grau de autonomia na forma de prover seus meios de sustentação, os caboclos passam a uma situação totalmente dependente de fatores externos à sua família para prover seu sustento. O assalariamento nas serrarias, exercendo diversas atividades no processo de exploração da madeira e a condição de diarista ou trabalhador por empreitadas nas terras de colonos transformaram sua sobrevivência em uma busca permanente de atividades para conseguir dinheiro e adquirir seus alimentos.

Através das entrevistas com os caboclos podem ser observadas as formas como as transformações foram se assentando em suas relações familiares, nas suas maneiras de produzir e no seu modo de vida.

A partir das questões que apareceram na problemática inicial podem ser identificadas as diversas transformações que foram ocorrendo na identidade cabocla, partindo da observação e da análise das falas dos entrevistados nos mais diversos aspectos de suas vidas, incluindo as formas de produzir, as formas de sustentar as famílias, as relações entre as pessoas das famílias, a maneira como o trabalho passou a ser encarado na vida dos caboclos, nas suas formas de lazer, na sua religiosidade, na sua alimentação.

Os traços de sua cultura adequaram-se ao novo ambiente de vida e à nova relação com o trabalho. Muitos como assalariados outros como diaristas, essas atividades passam a fazer parte de uma nova identidade que começou a se construir.

As rupturas do tradicional modo de vida dos caboclos provocaram a construção de muitos novos valores e outras formas de obtenção da sobrevivência, mas não destruíram a noção desse grupo social em se identificar como caboclos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva desta pesquisa foi em analisar as diferentes formas de expressão cultural do caboclo de Palma Sola e arredores antes e depois da presença das companhias colonizadoras que atuaram nesta região no período compreendido de 1930-1960, antes e depois da entrada das serrarias para exploração da madeira e antes e depois da migração dos colonos de origem europeia vindos do Rio Grande do Sul. A identificação das transformações no modo de vida dos caboclos sob o impacto de transformações tão profundas na realidade social e econômica da região, durante o período considerado, foi fundamental para a compreensão das falas dos entrevistados, que ainda se identificam como caboclos a despeito de todas as influências que incorporaram em sua identidade e modo de vida.

O estilo de vida caboclo aos poucos foi sendo construído a partir de suas relações com outros grupos sociais que ocuparam esta região. Neste horizonte, sua identidade paulatinamente foi sendo construída, influenciada pelo meio social e influenciando outras categorias. Por certo sua presença na região de Palma Sola e arredores remontam ainda ao século XIX, quando as primeiras famílias se estabelecem, formando um primeiro grupo social que convivia mais proximamente com os índios. Posteriormente essa população se diversifica na sua origem, absorvendo famílias vindas de outras regiões e de outras origens, mas que assumiram a identidade cabocla.

O Extremo Oeste Catarinense e Sudoeste do Paraná inicialmente foram ocupados por grupos Kaingang e Xokleng. Em seguida pela família Lara que veio de São Paulo, moradores dos campos de Palmas, do Erê, de Lages (alguns refugiados da Guerra do Contestado 1912-1916), argentinos e principalmente pela maciça leva de descendentes de imigrantes italianos e alemães que vieram do Rio Grande do Sul a partir de meados da década de 40 do século XX.

Do caboclo tradicional, que vivia integrado de forma muito íntima com a natureza no provimento de sua sustentação, se chegou ao caboclo urbanizado, transformado em assalariado ou em trabalhador temporário, não mais dono do seu

tempo e longe de sua forma tradicional de pensar o trabalho como meio de prover a sustentação, ou mesmo o dono de uma pequena propriedade que o sedentarizou e fixou na terra, com poucas chances de poder migrar para novos espaços onde pudesse encontrar, sem a exaustão do intenso trabalho, os meios de sobrevivência.

Da pluralidade de suas origens e da diversidade de relações que foi estabelecendo, o caboclo foi se transformando a partir das influências que recebia, especialmente frente às transformações profundas da realidade econômica e social da região.

O que se pode deduzir é que a categoria caboclo envolvia uma pluralidade muito grande de indivíduos, de origem e condição muito diferente, desde o originário de coletores de erva-mate vindos em busca de um lugar seguro para viver, passando pelos fugitivos das revoluções ocorridas no Sul do Brasil e até de migrantes paulistas que vieram em busca de novas alternativas para as suas atividades pecuárias.

A destruição das matas e, principalmente, dos ervais, o comércio de madeiras, a maioria formada pela araucária, a entrada de colonos, migrantes de origem europeia, vindos principalmente do Rio Grande do Sul, e a perda das posses das terras pela exploração da madeira e a comercialização das terras aos colonos, provocaram profundas transformações no modo de vida desses caboclos. De camponeses passaram a assalariados ou diaristas, ocupados na extração da madeira ou nos trabalhos temporários da agricultura, residindo, na maioria das vezes, no espaço urbano. Muitos outros obrigaram-se a buscar refúgio nas barrancas dos rios, nos cortiços, nas beiras das rodovias ou a sujeição ao trabalho nas serrarias, nas construções de estradas, como diaristas e bóias frias.

Na década de 1950 surgem as primeiras cidades na região e, com esse surgimento, ocorre a modernização agrícola, a industrialização e as demais práticas produtivas transformaram os padrões sócio-econômicos e culturais. Neste período é possível observar as fases dos ciclos econômicos do extremo oeste: extrativismo da erva mate, da madeira e em seguida da produção agrícola. A paisagem regional paulatinamente alterava e significativamente. O relevo recebia novos contornos e conseqüentemente outros costumes, hábitos e práticas culturais eram visíveis.

Os contatos sociais entre estes grupos aumentaram a partir de 1945 em virtude da presença das companhias colonizadoras e conseqüentemente pelas novas relações de trabalho. Alguns caboclos resistiram à desocupação de suas posses e lutaram de acordo

com a legislação vigente. Outros assimilaram as modernas transformações e passaram a adquirir terras e desenvolver atividades diversificadas.

Com a acentuada migração, parte dos caboclos que se encontravam aqui foi incorporada por um processo de aculturação ou segregada em favelas. A outra porção foi dispersa pela região.

O relacionamento entre migrantes de origem italiana e alemã com outros grupos étnicos, como os caboclos, em relação ao namoro eram esporádicos. Havia uma rejeição por parte dos primeiros em relação aos outros grupos étnicos. Migrantes que vinham do sul consideravam o caboclo como um ser inferior, preguiçoso, que não possuía bens materiais e que seriam incapazes de proporcionar bem estar ao cônjuge.

Todo o processo de transformação na identidade do caboclo ocorrida a partir das relações com os colonos, migrantes de origem europeia vindos do Rio Grande do Sul, e com as madeireiras e colonizadoras não conseguiu provocar a quebra do processo de auto-identificação como caboclo por parte dos entrevistados na pesquisa. Por maiores que tenham sido as modificações na forma de viver, ainda continuavam presentes valores e formas de viver tipicamente caboclo.

Partindo do objeto de estudo, a percepção das transformações na identidade cabocla coloca o caboclo tradicional, como camponês, posseiro, que não se preocupava com a propriedade da terra e buscava sua subsistência numa estreita relação com a natureza, com um novo caboclo, muitas vezes urbanizado, assalariado, obrigando-se a cumprir horários de trabalho com o tempo controlado pelo patrão ou pelo colono que o contratava, mas com valores e forma de vida ainda próxima dos valores e da identidade que o caracterizaram desde o início da ocupação territorial do Extremo Oeste de Santa Catarina.

O trabalho realizado com a documentação permitiu avançar no conhecimento a respeito da situação local durante o período considerado, especialmente a importância e a diversidade de sucessivas levadas de migrantes internos. A categoria “caboclo” era o que permitia às pessoas, durante o período, ajustarem contas com essa diversidade e com as composições que faziam em suas vidas cotidianas.

A metodologia empregada consistiu em buscar nos depoimentos um modo de conhecer a situação local, pois essa memória descreve os ajustamentos realizados pelas pessoas para recompor suas vidas cotidianas e seus lugares na sociedade mais ampla. Esses encaminhamentos permitiram construir um ponto de vista: o “caboclo” não

apontava exatamente para um enraizamento imemorial, para um extremo enraizamento no passado, mas sim para a abertura para o atendimento à necessidade de compor, ajustar, misturar e conviver, já que todas as histórias começavam com deslocamentos geográficos, sociais e mesmo étnicos muito bruscos. Esse mundo frágil foi arrasado por mudanças muito fortes ocorridas durante a época que estudei.

Palma Sola e arredores, que forma a base espacial desta pesquisa, possuíam uma grande quantidade de caboclos que foram urbanizados e transformados em sua forma de viver a partir das relações sociais com os demais grupos sociais e, mesmo assim, muitos conseguiram manter sua identidade cabocla.

DEPOENTES

1-Pedro de Abreu. 86 anos. Entrevista realizada durante o ano de 2001. Cidade de Palma Sola – SC.

2- Maria Zilda Pereira. 77 anos. Entrevista realizada durante o ano de 2001. Cidade de Palma Sola – SC.

3-Moralino Antunes de Lara 72 anos. Entrevista realizada em 24-01-2009. Linha São Sebastião Palma Sola SC.

4-Aurora Pereira 89 anos. Entrevista realizada em 21/02/2009. Linha Medianeira - Flor da Serra do Sul Pr.

5-Leonardo Land 83 anos. Entrevista realizada em 21/02/2009 Linha Medianeira - Flor da Serra do Sul Pr.

6-Valdevino Pereira da Silva. 56 anos. Entrevista realizada em 01/03/09 – Linha Santa Maria – Campo Erê SC.

7- Avelino Grabowski. 61 anos. Entrevista realizada em 24/02/09 – Linha Paraíso – Palma Sola SC.

8- João Neir Pntes Rocha. 67 anos. Entrevista realizada em 28/02/09 – Rua Rio de Janeiro Centro de Campo Erê – SC. Também possui residência em Linha Bicudo.

9- Pedro Antônio Barbosa. 90 anos. Entrevista realizada em 01/03/2009 – Linha Palmeirinha – Dionísio Cerqueira – SC.

FONTES

- 1-DECRETO Nº. 2.502 – de 16 de Novembro de 1859.
- 2-Artigo 7º do Decreto nº. 2.502 – de 16 de novembro de 1859.
- 3-Processo Judicial Nº 17.59.000001-9. Autos de 1-6. Fórum de Dionísio Cerqueira SC.
- 4- Tratado de Madri. Artigos III; V; XV
- 5- Preâmbulo do Tratado de Montevideo. 25 de janeiro de 1890.
- 6- Relatório das Relações Exteriores do Brasil. Ano 1890: 35 e 36

FONTES INTERNET

- 1-Fonte:cepa.epagri.sc.gov.br/.../mapa_associacao.gif.http://WWW.google.com.br/imghp?hl=pt-BR&tab=wi&q=mapa%20%20extremo%20oeste%20%de20santacatarina. Dia 03-10-10

Referência Bibliográfica

AMEGHINO, Eduardo Azcuy & **BIROCCO**, Carlos Maria. **As Colônias do Rio da Prata e o Brasil**: geopolítica, poder, economia e sociedade (séculos XVII e XVIII). (org.) CERVO, Amado Luiz e RAPOPORT, Mario. História do Cone Sul. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo, **Transformações na vida camponesa: o sudoeste paranaense**, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, São Paulo, USP, 1981.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquem de. **Totalitarismo e revolução** – O Integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

AUED, Bernardete Wrublewski. **Histórias de profissões em Santa Catarina**: ondas largas “civilizadoras”. Florianópolis: Ed. do Autor, 1999.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo; Ed. da Universidade de São Paulo. 1940.

AZZI, Riolando. **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II/ 3-2: terceira época: 1930-1960. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

BRANCHER, Ana. **História de Santa Catarina**: estudos contemporâneos. 2.ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

BENJAMIN, Roberto. **A África Está Em Nós**. História e Cultura Afro-brasileira. 2ª Edição. Livro 03. Editora Grafset. João Pessoa, Paraíba. 2010.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. 7ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Obras Escolhidas, v.1).

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História, ou, Ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOGUNZOWSKI, José Humberto. **Uma História Cultural da Erva – Mate**: o alimento e suas representações, Dissertação de mestrado em História, DPHIS-UFPR, 2007.

BOITEUX, José Arthur. Oeste Catarinense : De Florianópolis a Dionísio Cerqueira, Florianópolis: Livraria Central de Alberto Entres & Irmão, 1931.

BONETTI, L. W.; ORG. Estado e Exclusão Social Hoje. In: Paulo Zarth. (org). Os Caminhos da Exclusão Social. 1ª Edição Ijuí – RS: UNIJUI, 1998, V. 01.

CAMPIGOTO, José Adilçon & SOCHODOLAK, Hélio. **Os Faxinais**. Orgs: MOTTA, Márcia Menendes. OLINTO, Beatriz Anselmo. OLIVEIRA, Oséias de. História Agrária – Propriedade e Conflito. Guarapuava: Unicentro, 2009.

CAMPOS, Antônio Selistre. **A Voz de Chapecó** – Artigos de Antônio Selistre Campos – 1939 a 1952. Chapecó, Argos. 2004.

CAMPOS Edson Nascimento; CURY, Maria Zilda Ferreira. **Fontes primárias: saberes em movimento. São Paulo: USP, 1998.**

CANCI, Ivan José; BRASSIANI, Ivanildo Ângelo. **Anchieta: história, memória e experiência uma caminhada pelo povo**. São Miguel do Oeste: McLee, 2004.

CARBONI, Florence & MAESTRI, Mário. **Raízes Italianas do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo/RS: UPF, 2000.

Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste. Para uma história do oeste catarinense: 10 anos de CEOM. Chapecó: UNOESC, 1995.

COLNAGHI, Maria Cristina, **Colonos e Poder: a luta pela terra no Sudoeste do Paraná**, Dissertação de Mestrado, Departamento de História, UFPR, 1984.

COSTA, Arthur Ferreira Costa. **O Oeste Catharinense** visões e sugestões de um excursionista. Rio de Janeiro: Vilas Boas & Cia. 1929.

DALL'ALBA, João Leonir. **Colonos e mineiros no Grande Orleans**. Florianópolis; Edição do autor, 1986.

DE BONA, Avelino. **Evolução Histórica de São Miguel do Oeste - SC**. Edição Comemorativa do Cinquentenário da Instalação do Município (1954 – 2004). São Miguel do Oeste, McLee. 2004.

DEBONA, Marcelio Inácio. **Introdução à Filosofia**. 2ª edição. São Miguel do Oeste: Mc Lee, 2006.

DEBONA, Marcelio Inácio. **Memórias da colonização de Palma Sola**. São Miguel do Oeste: Mc Lee, 2003.

- EAGLETON**, Terry. **A Idéia de Cultura**. São Paulo: Unesp, 2005. Versões de Cultura.
- FERREIRA**, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2ª Edição, 19ª Impressão. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.
- FIORI**, Neide Almeida & **LUNARDON**, Ivone Regina. **Santa Catarina de todas as gentes: História e Cultura**. Base Editora. Curitiba, 2004.
- FOLADOR**, João David. **História de Campo Erê**. São Lourenço do Oeste, Tipografia Cruzeiro. 1991.
- GEHLEN**, Ivaldo. **Identidade estigmatizada e cidadania excluída: a trajetória cabocla**. In: Zarth, P.A. e outros. (org.). Os caminhos da Exclusão Social. Ijuí: UNIJUI, 1998.
- GOMES**, Raul. **Aspectos Gerais e Econômicos do Paraná**. In: Guia Globo Paraná de Importação e Exportação (1953-1954). Porto Alegre: Clarim, 1953.
- GROSSELLI**, Renzo Maria. **Vencer ou morrer: camponeses trentino (Vênets e Lombardos) nas florestas brasileiras**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987: 361. (1ª parte, Santa Catarina: 1875-1900).
- GURGACZ**, Cirlei Maria. Livro didático: **história de Santa Catarina: ensino fundamental, 3ª série, 2ª Edição**. Balneário Camboriú: Parnaso, 2004.
- HABERMAS**, Jürgen. **Pensamento Pós-metafísico – Estudos filosóficos – Tradução Flávio Beno Siebeneichler**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 1990.
- HEINEN**, Luiz. **Colonização e desenvolvimento do oeste de Santa Catarina: aspectos sócio-político-econômicos e religiosos**. Joaçaba: UNOESC, 1997.
- HEINSFELD**, Adelar. **A questão de Palmas entre o Brasil e a Argentina e o início da colonização alemã no Baixo Vale do Ripo do Peixe-SC**, Joaçaba: UNOESC, 1995.
- _____, Adelar. **Fronteira Brasil/Argentina: a Questão de Palmas – de Alexandre Gusmão a Rio Branco**. Passo Fundo: Méritos. 2007: 38
- HIGUET**, Etienne. O misticismo na experiência católica. (org.). Vários Autores. **Religiosidade popular e misticismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984.
- HOBBSAWN**, Eric J.E. “**A Outra História: Algumas Reflexões**” In: Frederick KRANTZ (org.) **A Outra História: Ideologia e Protesto Popular nos Séculos XVIII a**

XIX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

LACMANN, Wilhem. Viagens a cavalo e sesteadas no sul do Brasil – nascentes do Rio Uruguai. Blumenau em cadernos, tomo XLV. n 1-2, Jan. Fev. 2004.

LAVALLE, Aida Mansani, A madeira na economia paranaense, Curitiba: Grafipar, 1981.

LAZIER, Hermógenes. Paraná: terras de todas as gentes e de muita história. Francisco Beltrão: Grafit, 2003.

LINHARES, Temístocles. História Econômica do Mate. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1969.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Práticas e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. Org. FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. Usos & abusos da história oral. 5ª edição. Rio de Janeiro, 2002.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Colonização e Conflitos no Sul do Brasil: estudos sobre os campos de Palmas. MOTA, Márcia Menendes, OLINTO, Beatriz Anselmo, OLIVEIRA, Oséias de, (Orgs) **HISTÓRIA AGRÁRIA: Propriedade e conflito.** Guarapuava: Unicentro, 2009.

MARCON, Telmo. Memória e Cultura: Modos de Vida dos Caboclos do Goio-Em (SC). São Paulo: PUC, 1999.

_____, Telmo. **Memória, História e Cultura**, Chapecó: Argos, 2003.

MOTA, Lucio Tadeu. As Guerras dos Índios Kaingang: A História Épica do Índios Kaingang No Paraná (1769-1924). Maringá, Eduem, 1994.

MOZER, Sonia Maria. TELLES, Vera Lúcia Pereira. Descobrimo a história. 2ª Edição. São Paulo. Ática, 2005.

OLIVEIRA, Dennison, Urbanização e Industrialização no Paraná, Coleção História do Paraná, Curitiba: SEED, 2001.

PARADISO, José. Um lugar no mundo: a Argentina e a busca de identidade internacional; tradução de Sérgio Bath. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005:

PEREIRA, Gilberto Schreiner. As Cidades Gêmeas. Blumenau S/C: Odorizzi, 2004.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello, **Semeando Iras rumo ao Progresso: (ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense, 1829-1889)**, Curitiba: Ed. Da UFPR, 1996.

PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina, sua história**. Florianópolis: Lunardelli, 1982.

POLI, Jaci, *Da posse para a propriedade da terra no Sudoeste do Paraná (1962-1973)*, Curitiba: PGHIS – UFPR, Dissertação de Mestrado, 2009.

POLI, Jaci, **Caboclo: Pioneirismo e Marginalização**, in CEOM: 20 anos de Memórias e Histórias do Oeste de Santa Catarina, Cadernos do CEOM, ano 19. Nº. 23, 2006.

QUEVEDO, Júlio; **ORDOÑEZ**, Marlene; **SALES**, Geraldo. **Santa Catarina: Meu estado**. Scipione, São Paulo, 1997.

RADIN, José Carlos. **Italianos e Ítalo-Brasileiro na Colonização do Oeste Catarinense**. Joaçaba. UNOESC, 1997.

_____ José Carlos. **Falta de terras na Serra Gaúcha. Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do oeste Catarinense**. 2ª. Ed. Joaçaba S/C: Unoesc, 2001.

REICHERT, Patrício, **Diferenças culturais entre caboclos e teuto-brasileiros de Porto Novo: a segregação social do caboclo**, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre: UFRGS, 2008.

ROCHA, João Neir Pontes. **Um Povo Chamado Campo Erê**. Campo Erê: Polyart, 2008.

ROCKENBACH, Sílvio Aloysio; **FLORES**, Hilda Hübner. **Imigração alemã: 180 anos – história e cultura**. Porto Alegre: CORAG, 2004.

ROMÃO, Jeruse Maria (coordenação). **A África Está Em Nós**. História e Cultura Afro-brasileira – Africanidades Catarinense. 2ª Edição. Livro 05. Editora Grafset. João Pessoa, Paraíba. 2010.

SADIA, 50 anos: **Construindo uma história**. São Paulo: Prêmio, 1994.

SACHET, Celestino & **SACHET** Sérgio. **Santa Catarina 100 anos de História**. Florianópolis: Século Catarinense, 1997.

SACHET, Celestino & **SACHET** Sérgio. **História de Santa Catarina: O Contestado**. Florianópolis: Século Catarinense, 2001

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital.** São Paulo, Homicitec, 1978.

SENE, Eustáquio de; MOREIRA, João Carlos. **Geografia geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização.**São Paulo: Scipione, 1998.

SEYFERTH, Giralda. Nacionalismo e identidade étnica. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

_____, Giralda, **Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso).** Anuário Antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

_____, **A Liga Pangermânica e o perigo alemão no Brasil:** análise sobre dois discursos étnicos irreduzíveis. História: Questões & Debates, Curitiba, 10(18-19): 113-155, Jun.-Dez, 1989.

_____. **Identidade camponesa e identidade étnica** (um estudo de caso). Anuário Antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

SEZERINO, Glauber Aquiles. **Brasil Caboclo: Música e cotidiano na população cabocla em movimento.** Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas - São Paulo, 2007.

THOMÉ, Nilson. **Guerra Civil em Caçador.** Caçador: Fearpe, 1984.

_____**Sangue, Suor e Lágrima no Chão do Contestado.** Caçador: Incon, Edições/ UnC, 1992.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

THOMPSON, Paul. A Voz do Passado: **História Oral.** Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WACHOWICZ, Ruy Cristovam. **Paraná Sudoeste:** ocupação e colonização. Curitiba: Lítero Técnica, 1985.

_____, Ruy Cristovam, **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização,** 2 ed, Curitiba: Ed. Vicentina, 1987.

WERLANG, Alceu Antônio. **Disputas e ocupação do espaço no oeste Catarinense.** Chapecó. Argos, 2006: 77.

WILLIAMS, Raymond, apud **EAGLETON**, Terry. **A Idéia de Cultura**. São Paulo: Unesp, 2005. “Versões de Cultura”

_____. **Obrageros, mensus e colonos: história do oeste paranaense**. 2. ed. Curitiba: Vicentina, 1987.

VOLPATO, Luiza. **Entradas e Bandeiras**. São Paulo, Global.1994.

ZARTH, Paulo Afonso. “**Os esquecidos da história**” In: Anais do IV Encontro de Cientistas Sociais sobre a problemática regional aportes para o futuro: globalização e regionalização. Ijuí, v1: 27-47, 1996.